

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO
ARCHE - REVISTA DISCENTE DE ARQUEOLOGIA

Caderno de Resumos do I Encontro de Pesquisas Arqueológicas Invisibilizadas



Organização:
Fábio Ortiz Goulart
Vanessa Avila Costa
Yasmin Acosta da Silva

ARCHE
RIO GRANDE, RS
JULHO DE 2020

Caderno de Resumos do I Encontro de Pesquisa Arqueológicas Invisibilizadas
ISBN: 978-65-00-06646-3

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO
ARCHE - REVISTA DISCENTE DE ARQUEOLOGIA

CADERNO DE RESUMOS DO
I ENCONTRO DE PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS INVISIBILIZADAS

ORGANIZAÇÃO
FÁBIO ORTIZ GOULART
VANESSA AVILA COSTA
YASMIN ACOSTA DA SILVA

ARCHE
RIO GRANDE, RS
JULHO DE 2020

© Autores, 2020.

Comissão organizadora do I Encontro de Pesquisas Arqueológicas Invisibilizadas:

Adara Guimarães de Souza
Anderson de Oliveira Gomes
Danusa Vieira Freire da Silva
Maria Helena Lopes Sant'Ana
Newan Acacio Oliveira de Souza
Shay de los Santos Rodriguez
Vanessa Avila Costa
Yasmin Acosta da Silva
Yuri Givago Yung Grillo

Diagramação e editoração: Fábio Ortiz Goulart.

Organização: Fábio Ortiz Goulart, Vanessa Avila Costa e Yasmin Acosta da Silva.

Os trabalhos que compõem a presente obra são de inteira responsabilidade de seus/suas respectivos/as autores/as. Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Ficha Catalográfica

E562 Encontro de Pesquisas Arqueológicas Invisibilizadas (01: 07-08 nov. – 2019 : Pelotas, RS)
 Caderno de Resumos do I Encontro de Pesquisas Arqueológicas Invisibilizadas [Recurso Eletrônico] / Organizadores Fábio Ortiz Goulart, Vanessa Avila Costa, Yasmin Acosta da Silva. – Rio Grande, RS: ARCHE, 2020.
 91 p.

 Evento realizado nas dependências da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), em colaboração com a Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

 Publicação em colaboração com a Arche: Revista Discente de Arqueologia da FURG.

 Disponível em: <https://arche.furg.br/anais-de-eventos>
 ISBN: 978-65-00-06646-3

 1. Arqueologia 2. Materialidade 3. Produção Discente
 4. Resistência I. Goulart, Fábio Ortiz II. Costa, Vanessa Avila III. Silva, Yasmin Acosta da IV. Título.

CDU 902

Catálogo na Fonte: Bibliotecário José Paulo dos Santos CRB 10/2344

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	5
A POPULAÇÃO DE RIO GRANDE ESTÁ DOENTE: UMA ANÁLISE ARQUEOLÓGICA SOBRE AS PRÁTICAS DE CURA DO SÉCULO XIX	6
DA REDE À FÁBRICA: UMA ARQUEOLOGIA DAS MULHERES TRABALHADORAS DE SÃO JOSÉ DO NORTE	9
SOBRE A MATERIALIDADE DE FÃS DE BL E A CONSTRUÇÃO DO SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO	12
ACERVO ARQUEOLÓGICO: O EMERGENTE DESAFIO DE UM ACERVO DIGITAL PARA A RESERVA TÉCNICA ARQUEOLÓGICA – LEPAN.....	14
ARQUEOLOGIA PÚBLICA E PAISAGEM NO CAIS JOSÉ ESTELITA, RECIFE: ‘O QUE O ESTELITA QUER SER?’	17
O POVOAMENTO AMAZÔNICO A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA BIOCULTURAL.....	20
A APLICAÇÃO PRÁTICA DA FOTOGRAMETRIA DIGITAL PARA DOCUMENTAÇÃO DE ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS	22
O BAIRRO CASTELO BRANCO I: UMA ARQUEOLOGIA DA E NA PERIFERIA	25
A DITADURA NO INTERIOR PAULISTA: AS MORTES DE ALTAIR E MARIA	28
AMBIENTE DOMÉSTICO OU DOMESTICADOR? A ARQUEOLOGIA DA ARQUITETURA PARA ENTENDER AS RESIDÊNCIAS DO INÍCIO DO SÉCULO PASSADO	31
ARQUEOLOGIA REGIONAL NA BAÍA BABITONGA: CONSIDERAÇÕES SOBRE OCUPAÇÃO E MOBILIDADE GUARANI	34
CODINOME MACUMBA: A VIDA NA TENDA DE NAÇÃO AFRICANA DO PAI OXALÁ E SUAS ESTRUTURAS SAGRADAS	37
PERCEPÇÃO E APROPRIAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DO VALE DO CATIMBAU PELOS POVOS INDÍGENAS KAPINAWÁ: UM ESTUDO SOB O OLHAR DA ARQUEOLOGIA PÚBLICA	40
ARQUEOPOESIA: UMA PROPOSTA TEÓRICO-METODOLÓGICA DE RESISTÊNCIA À COLONIALIDADE	43
OFICINA CAMADAS SIMBÓLICAS DA MATERIALIDADE: RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA E SUAS FORMAS DE HABITAR	46
PYRRHYCHE: A DANÇA EM ARMAS NA OBRA DE ATENEU DE NÁUCRATIS (SÉC. II-III D.C.) ...	49
NAS PAREDES DAS CABINES DOS BANHEIROS PÚBLICOS MASCULINOS: ARQUEOLOGIA DAS EXPRESSÕES DO PRAZER E DO ÓDIO	52
ARQUEOLOGIA SOB UMA PERSPECTIVA QUEER: IMPORTÂNCIA E DESAFIOS DA PESQUISA	55
DA CHARQUEADA A LEITARIA: AS MODIFICAÇÕES NA PAISAGEM	58
A CERÂMICA PAULISTA E O APAGAMENTO EPISTEMOLÓGICO DAS MULHERES TUPINIQUIM NA CAPITANIA DE SÃO VICENTE, BRASIL	61
O COMPLEXO INDUSTRIAL DO ENGENHO PEDRO OSÓRIO A PARTIR DA ARQUEOLOGIA DA ARQUITETURA	64
PENSANDO A EDUCAÇÃO COMO LIBERTADORA: UMA PROPOSTA DE OFICINA DIASPÓRICA EM UM CURSO POPULAR	67
UMA ARQUEOLOGIA DO URBANO NA AMAZÔNIA	70
EMPODERAR E INCLUIR: TODOS POR UMA ARQUEOLOGIA DIGITAL MAIS DIVERSA, ACESSÍVEL, IGUALITÁRIA E MENOS NORMATIVA	73
COBRAS GRANDES E OLHOS DE BOTO EM TODA A PAISAGEM: RELAÇÕES ENTRE O CONHECIMENTO SITUADO AMAZÔNICO E ARQUEOLOGIA	76
ARQUEOLOGIA DAS MASCULINIDADES: PIRÂMIDES INVERTIDAS DAS TRANSMASCULINIDADES	79
O RECURSO AUDIOVISUAL COMO MANIFESTAÇÃO DA ARQUEOLOGIA: EM FOCO O VÍDEO ARQUEOLÓGICO “EVOCANDO PAISAGENS – UMA CARTOGRAFIA DE MEMÓRIAS DA GRIÔ”. 82	
FLOR DE PAPEL: ARQUEOLOGIA, PERFORMANCE E MEMÓRIA	85
ESPETÁCULO, FETICHE E REIFICAÇÃO NA MATERIALIDADE ARQUITETÔNICA DE PELOTAS OITOCENTISTA	88

APRESENTAÇÃO

Este caderno de resumos é fruto do evento “I Encontro de Pesquisas Arqueológicas Invisibilizadas”, ocorrido nos dias 7 e 8 de novembro 2019, nas dependências da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e realizado em colaboração com a Universidade Federal do Rio Grande (FURG). A ideia de construir um evento de Arqueologia totalmente gratuito surgiu a partir de uma iniciativa de estudantes, que tinham como objetivo construir um espaço de equidade que desse visibilidade aos trabalhos desenvolvidos por discentes, privilegiando a pluralidade de vozes. Afinal, consideramos que o sistema acadêmico atua como produtor de hierarquias sociais e, por estarmos inseridos neste meio enquanto estudantes, nossas pesquisas são invisibilizadas. Com debates cada vez mais crescentes acerca de uma Arqueologia pensada de forma mais inclusiva, acreditamos que os espaços destinados à divulgação do conhecimento arqueológico deveriam construir-se enquanto espaços de inclusão e repensar como a prática acadêmica vem sendo abordada em eventos científicos de maior prestígio em relação ao discurso apresentado nos mesmos. O não acolhimento de estudantes (marcados por gênero, classe, raça/etnia, e outras) nesses espaços diz muito sobre o quanto posturas de arqueólogos podem ser colonizantes à medida que estus, ao não pensar em suas posições de privilégio, definem quem pode falar e quem não pode.

Lembramos que invisibilizações em eventos de divulgação do conhecimento arqueológico são reforçadas por vários motivos, tais como: valores elevados para estudantes em geral; políticas de ações afirmativas não eficazes, na medida em que valores e modalidades não são condizentes com a realidade. Essas devem contemplar estudantes negres, indígenas, quilombolas, transgêneros, travestis e estudantes em vulnerabilidade socioeconômica e, também, com deficiência. Práticas que incluam todos os estudantes devem ser pensadas; associação obrigatória de estudantes, que implica no pagamento anual da taxa de associação, para apresentação de trabalhos e pesquisas em Simpósios e/ou GT's.

Ademais, o não reconhecimento da legitimidade de muitas de nossas linhas de pesquisa, calcado em um ponto de vista arqueológico tradicional, também nos limitam nos espaços de divulgação do conhecimento acadêmico, sendo mais um exemplo de práticas excludentes. Não é à toa que a identidade visual escolhida foi representada pela Medusa, uma vez que seu mito passa por processos de releituras nos quais a mesma deixa de ser vista como uma mulher histérica e má, tornando-se uma figura feminina que sofre as consequências de uma sociedade machista. Assim, essa representação foi utilizada como escopo central de formulação do evento, pautada na inserção de estudantes (sem distinção hierárquica) enquanto protagonistas de suas próprias pesquisas, ideias e falas.

É com estas palavras que gostaríamos que você, que irá ter contato com esta obra, pudesse se apropriar dos conhecimentos arqueológicos que foram compartilhados durante o evento. Por último, gostaríamos de ressaltar que foi a partir das (re)existências, traçadas diariamente por estudantes de Arqueologia vindes de diversos grupos sociais, que o I EPAI surgiu. Trazemos este caderno de resumos como um dos resultados do evento, para mostrar que é possível, sim, (re)existir na ciência arqueológica.

Organização

A POPULAÇÃO DE RIO GRANDE ESTÁ DOENTE: UMA ANÁLISE ARQUEOLÓGICA SOBRE AS PRÁTICAS DE CURA DO SÉCULO XIX

Adara Guimarães de Souza
Universidade Federal de Pelotas. E-mail:adarawork@gmail.com

Palavras-chave: Anúncios; Jornais; Doenças;

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca através de uma arqueologia documental realizar o estudo de como se davam as novas práticas relacionada à higiene e saúde da população riograndina do século XIX através dos anúncios publicados nos jornais.

Na virada do século XVIII para o século XIX novas práticas de higiene e saúde são adotadas no mundo ocidental. No Brasil, isto ocorre no momento da transição no fim do período escravista (LIMA,1996). Uma cidade com novos hábitos, começa a ganhar ares modernos, e o discurso oficial é de que tais mudanças têm como objetivo último, a saúde. Este novo mundo passa a adotar políticas higienistas cuidando da configuração e o aformoseamento da cidade, das moradias, do corpo e o comportamento dos indivíduos. Sob a lente das elites do século XIX, a saúde passa a ser interpretada como algo que significa ser moral, civilizado/a e educado/a. Baseada nas ideias de Hochman, Gill (2005) aponta que a doença naquele período representava igualdade entre as espécies. Em razão disso a ordem daquele momento era curar e higienizar, como diz Lima (1996). Tudo foi preparado de forma a evitar os descontroles, através de rígidas regras de higiene e disciplina, necessárias à reprodução da burguesia como grupo social dominante. Como frisou Lima (1996, p.79), a “sociedade disciplinar” (cf. FOUCAULT, 1983) estabelecida então, se fortaleceu de modo a assegurar o adestramento, a docilidade e a submissão.

Para a cidade de Rio Grande esse contexto não é diferente: podemos ler o reflexo desta nova sociedade nas páginas dos periódicos, onde iremos encontrar reclamações sobre as obras que não estavam sendo realizadas, cães vadios nas ruas, pessoas vadias, os novos “mecanismos de *hygiene*”, anúncios de produtos relacionados saúde e higiene etc.

Tentarei compreender por meio de dois jornais existentes na cidade do Rio Grande no período em questão, que eram destinados a grupos sociais distintos, os discursos e seus significados nos anúncios ligados às questões de saúde e higiene. Como estes anúncios apresentavam os produtos? Era da mesma forma em ambos dos jornais? Eram os mesmos produtos oferecidos? Como se fazia a classificação dos grupos sociais pelo consumo desses produtos? Que diferenças a publicidade expressava em termos dos comportamentos esperados para esses distintos grupos sociais com relação às práticas de higiene e saúde.

2. METODOLOGIA

Compreendo os jornais como materialidade, seguindo a abordagem da arqueologia documental, onde de acordo com as ideias de Beaudry (2007) as fontes documentais nos permitem realizar reconstruções do contexto em que o nosso objeto de pesquisa arqueológica está inserido. De acordo com Barbosa (2016) através dos jornais conseguimos ver parte do cotidiano dos personagens, segmentos das histórias de vida, desigualdades e performances sociais nas diferentes esferas da sociedade.

A pesquisa teve o seu desenvolvimento a partir da análise dos anúncios dos jornais Riograndinos do século XIX. Neste período temos 3 jornais circulando no município – Echo

do Sul (destinado às elites), O Corymbo (feito e consumido por mulheres) e O Artista (direcionado à classe operária). Em minha pesquisa analisei o Echo do Sul e O Artista, o ano escolhido para a realização da pesquisa foi o ano de 1912. Selecionamos o mês de janeiro e agosto, para realizar uma comparação apontando as doenças que mais apareciam nos meses referentes ao verão e o inverno. Todos anúncios referentes à higiene e saúde foram quantificados, separados por tipologias: de toucador e medicinal.

Para ter maior compreensão sobre os novos hábitos da saúde Riograndina, realizei uma análise dos vestígios arqueológicos de uma unidade de saúde que existiu no município (RS-LS. 125), conhecido como Lazareto. Pretendo realizar o cruzamento destas duas fontes, para buscar compreender se a população de Rio Grande do século XIX consumia os produtos que estavam sendo publicizados nos anúncios publicados nos jornais.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por meio das análises realizadas, o que conseguimos perceber através dos jornais é que a população operária e burguesa, possuíam preocupações similares em relação à saúde. Porém o que fica claro é grande diferenças de produtos ofertados que tratam destas moléstias. Por exemplo, no jornal O Artista, encontramos uma taxa bem menor de anúncios e variedades de produtos de tratam problemas específicos. Trago o exemplo do Sabão Russo:

Queimaduras-espinhas-nevralgia-dores reumáticas,-cesõesdores de cabeça-darthros - ferimentos-impingens – sardas – panos – chagas – caspas -rugas. Erupções cutâneas e mordeduras de insectos venenosos etc. Excellente para banhos, a única e a melhor > agua de toilette, > reunido em si toda as propriedades das mais afamadas. Vende-se em todas as drogarias, pharmacias e casas de perfumaria (O Artista: 1912).

O que encontramos em relação ao jornal Echo do Sul, é um cenário completamente diferente. Às vezes, a mesma propaganda aparecia 2 ou 3 vezes no mesma página. A gama de remédios e tratamentos que havia para as/os consumidoras/es deste jornal era duas vezes maior do que os produtos publicados no jornal O Artista. A ideia inicial de que a análise de dois jornais poderia refletir uma possível distinção nas práticas de cura efetuadas pela elite e aquelas realizadas pela classe trabalhadora riograndina, parece ter sido confirmada. Produtos diferentes foram anunciadas nestes jornais dirigidos a grupos também distintos. Verminoses e doenças nervosas eram vinculadas aos menos favorecidos. Os grupos mais abastados estavam preocupados com a cura de doenças venéreas, em ter aparência saudável e ser capaz de criar filhos fortes, ou seja, estavam preocupadas com a sua preservação e reprodução enquanto indivíduos e enquanto classe.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A consolidação de uma ideologia de higienização, realizada em grande parte através dos anúncios de jornais, “foi uma das mais conseqüentes e eficazes estratégias para a sustentação do projeto vitorioso da hegemonia burguesa” (LIMA, 1996, p.88). Os anúncios funcionaram como instrumento de “pedagogia” para os grupos sociais. Eles foram responsáveis, em grande parte, por disseminar um novo ideal. Ao lado de práticas de cura, tais anúncios veicularam ideias acerca dos papéis sociais femininos e masculinos, do que era e quem era moral, ou não. Hoje, percebo que este quadro não mudou, por isso devemos fazer uma relativização crítica (VELHO, 1999) e problematizar sobre o tipo de mensagem que está sendo transmitida. Precisamos nos tornar mais ativos e refletir qual o nosso papel, precisamos fazer valer o nosso discurso.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, João Paulo. **O Pós-abolição no Rio de Janeiro: representações do negro na imprensa**. Dissertação de Mestrado (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro) UNIRIO- Centro de Ciências Humanas e Sociais. Programa de pós graduação em história, 2016, 229 pág.

BEAUDRY, Mary. Documentary archaeology in the New World. **Cambridge: Cambridge University Press**, 1988.

GILL, Lorena. A cidade de pelotas (rs) e as suas epidemias (1890-1930). **História em Revista**, v. 11, n. 11, 1-21, 2005. Disponível em:

<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/HistRev/article/view/11596/7449>. Acesso em: 10 de fev. 2018.

LIMA, Tania Andrade. Humores e odores: ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro, século XIX. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 2, n. 3, p. 44-94, 1996.

Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104->

[59701996000400004&script=sci_arttext&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59701996000400004&script=sci_arttext&tlng=pt). Acesso em: 15 de Jun. 2016.

VELHO, Gilberto. **Observando o Familiar**. In: NUNES, Edson de Oliveira – A Aventura Sociológica, Rio de Janeiro, Zahar, 1999.

DA REDE À FÁBRICA: UMA ARQUEOLOGIA DAS MULHERES TRABALHADORAS DE SÃO JOSÉ DO NORTE

Alice da Conceição Teixeira*

Universidade Federal do Rio Grande. E-mail: lilika.a@hotmail.com

Palavras-chave: Arqueologia; Mulheres; Indústria; Pesca; Violência.

1. INTRODUÇÃO

Para compreender a presença de oito fábricas ligadas ao pescado e a construção mútua mulher X fábrica em um município ao extremo sul do Brasil, com uma densidade populacional pequena e com o Índice de Desenvolvimento Humano historicamente abaixo do restante do país, é necessário refletir sobre a formação e consolidação desse espaço. Aqui, pretendo conceber a cidade como um espaço pensado e criado por homens e para homens, onde as mulheres são invisibilizadas do processo histórico.

O município de São José do Norte é cercado por água, banhado pelo oceano Atlântico e pela Laguna dos Patos o município abrange uma área de 1.118,109 Km², sua matriz econômica ainda se baseia no setor primário, com destaque para as cadeias produtivas vinculadas à pesca e ao agronegócio, focado na pecuária e na produção agrícola.¹

1.1. A importância da pesca e a participação feminina

Ao longo dos anos a pesca se caracterizou no município não só como uma produção econômica, mas como uma herança cultural, passada de pai para filho, uma atividade familiar que perpassa gerações. Adomilli aponta que

Em São José do Norte, os pescadores vivem entre a lagoa, o oceano e seu território terrestre. Atuam em dois mares: a Lagoa dos Patos, chamada de “mar de dentro”, e a zona costeira do Atlântico, referência à pesca barra fora. Junto ao território em terra, esses espaços de vida dos pescadores vão além da atividade que envolve o ato de pescar em si, mas diz respeito a um modo de viver, ao ethos de pescador, ao “ser pescador”, envolvendo aí não somente os homens em suas pescarias, embora esta seja a atividade que preside a identidade social do grupo mas, também, as famílias e todo o universo de parentesco e sociabilidade que a compõe, bem como outras atividades, como as de redeiro e de carpinteiro naval, configurando assim comunidades de trabalho em torno da pesca artesanal. (ADOMILLI, p.37, 2017).

Logo, embora a pesca artesanal possua no homem, uma figura central, provedora -que traz o peixe- ela é uma atividade que depende da estrutura familiar para ser desenvolvida de forma eficaz, e existe dentro dessa estrutura uma pré definição de distribuição de tarefas, mesmo que inconsciente, onde todos os membros da família desempenhem um papel. O homem é o pescador, o personagem que desenvolve o seu trabalho fora do lar, na canoa, ou em barcos de pesca (nesse caso, podendo ficar dias fora de casa). Quando ao fim do dia, ou após uma temporada no mar, os homens chegam com o barco carregado inicia-se outra parte desse processo: é necessário separar o peixe, o camarão e outros crustáceos e é neste momento que a mulher desempenha um papel para além de dona de casa, mãe ou esposa. É aí que ela possui mesmo que junto das crianças e adolescentes, um papel central na atividade econômica

¹ Os dados e informações utilizadas nesse trecho estão disponíveis no site da Prefeitura Municipal de São José do Norte, <http://www.saojosedonorte.rs.gov.br/sao-jose-do-norte/o-municipio/apresentacao-do-municipio>.

exercida pela família: são as mulheres que limpam e fileteiam os peixes, que classificam por tamanho os crustáceos, e ainda são elas que embalam esses produtos para a comercialização.

A comercialização dessas mercadorias é feita, em geral, de duas formas: uma quando o pescador vende para restaurantes e outra quando os produtos são comercializados nas principais esquinas da cidade, somente no segundo caso veremos mulheres envolvidas na comercialização. Nesse estilo de vida a renda está direcionada ao homem, a mulher é uma auxiliar da casa e das atividades pesqueiras, nunca vista ou tratada como uma protagonista.

Antigamente, esse estilo de vida predominava por boa parte do município e interior, pois havia uma quantidade significativa de peixe na região. E para Ferrari é isso que justifica a presença de tantas fábricas de peixe no município: “a fartura de pescados fez surgir à indústria pesqueira” (FERRARI, 1999). E são essas fábricas que constituem um cenário de múltiplas violências enfrentadas diariamente pelas trabalhadoras.

2. METODOLOGIA

A realização desse trabalho começou através de entrevistas, o objetivo era um contato direto com as mulheres trabalhadoras que deram vida a essas fábricas, antes de qualquer coisa era necessário conhecer essas mulheres, ouvi-las. Seguindo a pesquisa passamos para a fase de coleta de dados, toda informação disponível na prefeitura do município, no arquivo municipal e na biblioteca pública foi coletada, entre elas: plantas baixas das fábricas, matérias públicas em jornais, fotos e trabalhos de pesquisa realizados em nível médio e superior. Mas o que constitui de forma mais direta o vídeo a ser apresentado são as entrevistas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa que apresento aqui ainda está em aberto, de forma que trago muito mais questões no fomento ao debate e a inquietação de todos do que resultados propriamente ditos. Quais eram as possibilidades dessas mulheres? Ao que estavam submetidas dentro e fora das fábricas? Quais suas condições de trabalho? Quem cuidava de seus filhos quando se ausentavam em longas e exaustivas jornadas de trabalho? Eram casadas? Quais formas de violência enfrentavam?

Este trabalho compõem um vídeo intitulado: MULHERES E VIOLÊNCIA(S), de forma reflexiva, responder essas questões ou ao menos nos ajudar a compreender as violências enfrentadas por essas mulheres. O vídeo é composto por trechos retirados das entrevistas realizadas no início dessa pesquisa, e as frases foram gravadas em sua esmagadora maioria por vozes masculinas. Nada é por acaso.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mulheres ligadas à indústria da pesca são plurais, algumas são casadas, solteiras, heterossexuais ou homossexuais. Algumas possuem filhos e estão ali para garantir um prato de comida na mesa, outras são jovens estudantes buscando independência financeira. Algumas como elas mesmas se descrevem são: “mãe e pai”, outras possuem companheiros, podem contar com o apoio da família. Muitas já possuíam um contato direto com peixes e crustáceos, outras entravam ali sem saber manusear uma peixeira². No entanto, algumas coisas, para além do trabalho na fábrica unem

² A peixeira é uma espécie de faca desenvolvida inicialmente para cortar peixes, mas possui ampla utilização nas mais diversas áreas gastronômicas. Trata-se de uma ferramenta muito comprida e afiada, geralmente possui lâmina em aço inox com fio liso, cabo de madeira fixado por rebites de alumínio.

essas mulheres, as principais delas: violência e companheirismo. As trabalhadoras sofrem vários tipos de violência, psicológica, moral, física (ex: castigos, as trabalhadoras eram direcionadas a realizarem tarefas ditas “piores” se por exemplo chegassem atrasadas, relatado em entrevista). E essas violências partem de várias ordens, elas sofrem violência por parte dos homens, colegas de trabalho ou não, sofrem também por parte de mulheres que não trabalham, , são ofendidas verbalmente como: mulheres de fábricas, mulheres faca na bota, vadias, putas e afins. E sofrem também uma auto violência, essas mulheres se cobram por trabalhar fora do lar, por se ausentarem enquanto mães, esposas e filhas. Mas juntas, uso aqui uma expressão muito utilizada por elas: de companhia elas resistem, seguem firmes nessas jornadas de trabalho, longas, exaustivas e incertas.

REFERÊNCIAS

- ADOMILLI, G. K. Pescarias e embarcações: a tradição cultural de comunidades de trabalho da pesca artesanal em São José do Norte/RS. In: SCHIAVON, C. B. G. (Org.). **Referências culturais do município de São José do Norte**. Rio Grande: Pluscom, 2017. p.34-52.
- BITTENCOURT, R. M. **Moura Indústria e Companhia de Pesca Ltda**. [S.l.: s.n.], 1991.
- FERRARI, G. **O papel da indústria no desenvolvimento de São José do Norte**. [S.l.: s.n.], 1999.
- MARTINS, C. A. A. **Indústria da pesca no Brasil: o uso do território por empresas de enlatamento de pescado**. 2006. Tese (Doutorado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, 2006.
- MULHERES E VIOLÊNCIA(S). Direção TEIXEIRA, A.; HUNGRIA, D. São José do Norte – RS, 2019. 04 minutos e 12 segundos. Disponível em:
<https://drive.google.com/open?id=1NneMM67DRTeEyOWYPrnj7RP0rb7DC57D>

SOBRE A MATERIALIDADE DE FÃS DE BL E A CONSTRUÇÃO DO SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO

Andressa Ferreira Martins

Universidade Federal do Rio Grande. E-mail: andy_martins_@hotmail.com

Palavras-chave: Arqueologia do Contemporâneo; Materialidade; Fandom; Boys' Love; Fujoshi.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho, pautado no que chamamos de Arqueologia do Contemporâneo, pretende se debruçar sobre o estudo de um grupo específico de fãs e a materialidade que permeia o seu meio.

Costumeiramente, quando ouvimos falar em Arqueologia, seja no meio acadêmico ou fora dele, ela sempre vem acompanhada do passado. Afinal, como argumentam Buchli e Lucas, a Arqueologia teria se desenvolvido como uma disciplina preocupada somente com esse passado distante, “não somente ajudando a estabelecer a antiguidade da humanidade, mas desvendando histórias antigas há muito enterradas” (Buchli & Lucas, 2001, p. 3 - tradução da autora). Embora este tipo de estudo tenha sido e ainda seja imensamente importante, não podemos virar os olhos para o que está acontecendo ao nosso redor.

Essa perspectiva, de uma Arqueologia voltada unicamente para o estudo do passado, tem mudado com o passar do tempo, com o desenvolvimento de novos métodos e teorias sobre as quais pesquisadores podem assentar seus estudos acerca das sociedades contemporâneas, seus aspectos simbólicos, e sua relação com a cultura material que as cerca.

É dentro desta perspectiva, e como maneira de demonstrar a versatilidade da pesquisa arqueológica, que proponho um estudo voltado para a materialidade de fandoms (ou seja, materialidade relacionada à comunidades de fãs). Mais especificamente, a parte do fandom do gênero Boys Love (BL) conhecida como *fujoshi*.

2. METODOLOGIA

A metodologia do presente trabalho consistiu em uma análise bibliográfica acerca dos temas apresentados. A partir disso, montar uma reflexão sobre a relação da materialidade na construção e na manutenção do sentimento de pertencimento de indivíduos a um determinado grupo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Surgido em meados dos anos 70, o BL se trata de um gênero narrativo (que engloba animes, mangás e livros, entre outros) onde são representados relacionamentos, podendo estes ser de cunho romântico, sexual ou puramente platônico, entre homens. O seu fandom é bastante diverso, contudo no presente trabalho me dedico apenas à parcela feminina desse fandom, do qual eu mesma sou parte, conhecida como *fujoshi*.

Minha intenção aqui foi a de trazer algumas observações acerca do assunto que considero fundamentais, como o sentimento de pertencimento dentro da comunidade *fujoshi*, e como este sentimento pode acabar influenciando na criação e na manutenção de identidades coletivas e individuais dentro e fora do grupo.

Como apontou Sandro Adalberto Colferai em seu capítulo no livro *Comunicação*

Midiática - Matizes, Representações e Reconfigurações: “O pertencimento é tido como fundamental para o homem como forma de sentir-se seguro entre aqueles que compartilham com ele os mesmos anseios.” (COLFERAI, 2011, pg.113). Embora o texto do qual provém esta citação não trate do mesmo assunto aqui tratado, é pertinente esta reflexão que o mesmo traz a respeito do sentimento de pertencimento a uma comunidade.

E em se tratando de fandom em geral, a materialidade desempenha um papel fundamental nesse processo. No universo fujoshi, isso não seria diferente. Portanto aqui me utilizo das materialidades como uma ponte entre mim, no lugar de pesquisadora, e as fujoshi, no lugar de pesquisadas, para tentar entender como isso ocorre. Elementos materiais como os mangás, artigos de vestimenta e acessórios, e até mesmo colecionáveis como *action figures* (réplicas de personagens) que fazem parte desse universo, tem um grande peso na questão do sentimento de pertencimento à comunidade. Segundo Viana e Queiroz (2017):

Ao afirmar que algo é seu, de vocês, nosso ou daquele grupo social, perpetuamos o pertencimento da materialidade às pessoas, e situamos a formação dos sujeitos sociais a cada bem por eles apropriado, seja ele um simples objeto, roupa, lugar, veículo ou propriedade” (VIANA & QUEIROZ, 2017, s.p.).

No ato de se apropriarem, então, de uma materialidade, esta passa a pertencer ao indivíduo. Que, por sua vez, passa a pertencer ao grupo, por ser reconhecido como um igual.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo das materialidades em fandom pode ser muito benéfico ao passo que nos ajuda a entender como são estreitados os laços entre seus membros, ou como estes são reconhecidos como iguais dentro da comunidade. Ao vestir uma camiseta com uma determinada figura estampada, ou no ato de colocar bottons com o mesmo tipo de imagem em bolsas e mochilas, um indivíduo pode ser percebido como membro deste grupo específico. Nesse sentido, podemos pensar que ao exibir elementos que tragam em si símbolos e outras imagens reconhecíveis por outras pessoas da comunidade fujoshi, passa a ser legitimada uma identidade que é reconhecida e aceita pelo fandom. Se cria, portanto, um sentimento de pertencimento.

REFERÊNCIAS

- BUCHLI, Victor; LUCAS, Gavin. The absent present: archaeologies of the contemporary past. In: BUCHLI, Victor; LUCAS, Gavin. (Ed.). **Archaeologies of the contemporary past**. Londres; Nova York: Routledge, 2001. p.3-18.
- COLFERAI, Sandro Adalberto. Amazônia à margem da sociedade em rede: imigrantes em busca de comunidades imaginadas. In: DAFNE, Pedroso; COUTINHO, Lúcia; SANTI, Vilso Junior. **Comunicação midiática: matizes, representações e reconfigurações**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011.
- VIANA, Willian Carboni; QUEIROZ, Luiz Antonio Pacheco. A materialidade como cultura: nos tornamos com as coisas. In: III Seminário de Filosofia e Sociedade. **Anais [...]**. Criciúma: UNESC, 2017. Disponível em: <<http://periodicos.unesc.net/filosofia/article/view/3988>>. Acesso em: 01 set. 2019.

ACERVO ARQUEOLÓGICO: O EMERGENTE DESAFIO DE UM ACERVO DIGITAL PARA A RESERVA TÉCNICA ARQUEOLÓGICA – LEPAN

Angélica B. Jordani*, Lindaiara Virgulino Tonelli** & Iago B. Almeida***
Universidade Federal do Rio Grande. E-mails: *jordani.angelica@gmail.com,
lindaiaartonelli@hotmail.com, *iago.borba.almeida@gmail.com

Palavras-chave: Gerenciamento de acervos; Arqueologia Digital; Humanidades Digitais; Cultura Material.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho traz a proposta de implementação de um banco de dados digital para gestão das informações referentes aos antigos cadernos da reserva técnica arqueológica – LEPAN. Trata-se de anotações de trabalhos realizados ao longo dos anos em livros tombo, que contém informações sobre os sítios e às doações realizadas no laboratório. Conduziremos ao longo deste trabalho reflexões iniciais de uma proposta ainda em desenvolvimento, com a intenção de implementar ferramentas digitais que possam servir de apoio para comunidade acadêmica da Arqueologia, trazendo para os estudantes uma espécie de cultura digital a fim de preparar os futuros arqueólogos para o uso dessas ferramentas em sua profissão. “Usar a tecnologia como forma de comunicação pode ajudar a flexibilizar a prerrogativa do pesquisador sobre a interpretação dos dados, ao passo que valoriza seu pertencimento em grupos de pesquisa, redes de trabalho e projetos interativos, projetando positivamente a pesquisa científica junto a um público mais amplo e potencialmente eclético. A partir daí, produção e circulação do conhecimento podem tornar-se uma experiência de inteligência coletiva, surgindo com isso novas e variadas formas de expansão e validação” (TORRES, 2017 p.17).

2. METODOLOGIA

Quando se identifica um sítio e se realiza uma intervenção arqueológica no mesmo, ele é registrado em um livro tombo chamado de “Livro de Registro de Sítios e Doações” onde serão completadas algumas informações referentes ao sítio a ser trabalhado. Neste livro são preenchidos o nome do sítio, código, local, município, tipo de sítio (histórico ou pré-histórico), data da campanha e observações. Assim que o material arqueológico chega ao laboratório após o trabalho de campo, ou quando uma doação é realizada, imediatamente é atribuído um número de catálogo para esse material em outro livro chamado de “Livro de Catálogo”. Neste livro as informações contidas são basicamente as mesmas do “Livro de Registro de Sítios e Doações”, porém com uma informação a mais, o número de catálogo. Isto posto, pode-se considerar que a cultura material, em uma reserva técnica, é um documento em potência e, para que se transmute em fonte de informação, é necessário que se proceda o seu processamento, organização, sistematização e investigação. (RAMOS, 2010 p.17)

Segundo Ballardo e Mildler (2011, p.36) “Embora a documentação museológica tenha avançado muito nos últimos anos, em nosso país ainda não existe um modelo que padronize os sistemas documentais para as diferentes tipologias de acervo. O mais recorrente é a criação de sistemas por cada instituição, normalmente de forma empírica, para atender as especificidades relativas ao acervo.” Assim, ainda que se reconheça que uma padronização seria o ideal, estamos buscando, como outras instituições, criar nosso próprio sistema. É a tentativa de uma Arqueologia que utilize as ferramentas necessárias para ajudar a melhorar a forma como recuperamos e tratamos as informações, tornando acessível o compartilhamento das mesmas de forma intuitiva de modo que qualquer pesquisador possa fazer uso delas sem grande instrução em informática. O passo seguinte

será organizar e categorizar o acervo disponibilizando-o para pesquisas e projetos futuros de uma forma acessível e bastante clara e não apenas com caixas acumuladas nas salas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados ainda são parciais. Por ser uma novidade dentro do laboratório, ainda estamos realizando experimentos para melhor adaptar os dados coletados dos documentos físicos e transpassá-los a um software que facilite nossa demanda de necessidades. Reconhecemos, seguindo o Council for Museums, Archives and Libraries (RESOURCE, 2004, p.13) que “o gerenciamento é algo central no desenvolvimento e no uso dos acervos e é fundamental no seu intuito de garantir acessibilidade sustentável ao patrimônio cultural.” Esse projeto pode possibilitar no futuro por exemplo, uma reserva digitalizada, com código de localização das caixas, registros de revistas e publicações, além de fomentar a publicidade e até quem sabe ornamentar exposições físicas e virtuais de artefatos trazendo informações acerca de suas medidas e resultados das pesquisas realizadas até o momento.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Novas tecnologias na pesquisa Arqueológica sustentam a necessidade de implementação dessas ferramentas e usar meios que facilitem nosso trabalho, faz-nos economizar tempo em qualquer lugar desde que saibamos como gerenciá-las. Segundo Pardi (2002, p. 137) “A partir do entendimento legal sobre o caráter público dos bens arqueológicos, do direito coletivo que os caracteriza e sua relevância para a nossa memória e identidade, depreende-se a necessidade de identificação e documentação destes bens, assim como de sua manutenção em um banco de memória, que esteja disponível para uso social. A gestão destas memórias e identidades, por quem quer que delas necessite, em qualquer tempo e sobre quaisquer lugares, perpassam pela captação, manutenção e síntese dos dados”. Introduzir tecnologias digitais na gestão das informações ligadas ao acervo arqueológico salvaguardado é muito importante, pois a arqueologia da FURG ainda não adentrou o bastante na necessidade de preparar os estudantes para o uso de novas tecnologias digitais, diferente de outras universidades o que configura uma deficiência do mesmo, pois creio que nós enquanto estudantes precisamos ser devidamente treinados não exatamente para desenvolver um software em si mas sim saber usar essas ferramentas de apoio dentro do curso, porém, o problema que enfrentamos na FURG é a pouca quantidade de profissionais que, além de serem poucos, não tem formação na área.

REFERÊNCIAS

- BALLARDO, L. O. M.; Milder, S. E. S. Um sistema documental para acervos arqueológicos aplicado ao Laboratório de Estudos e Pesquisas Arqueológicas/ UFSM. **Cadernos do Lepaarq**: textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio, v. 8, n.15/16, p.27-40, 2011.
- PARDI, M. L. F. **Gestão de patrimônio arqueológica, documentação e política de preservação**. 2002. Dissertação (Mestrado em Gestão do Patrimônio Cultural) - Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, Universidade Católica de Goiás, 2002.
- RAMOS, R. N. **Gestão, preservação e informação: uma proposta digital para o gerenciamento do acervo arqueológico do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia (LEPAARQ) da Universidade Federal de Pelotas**. 2010. Monografia (Licenciatura em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2010.
- RESOURCE: The Council For Museums, Archives and Libraries. **Parâmetros para a conservação de acervos: um roteiro de auto-avaliação**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fundação Vitae, 2004.

TORRES, R. Arqueologia Histórica na Era Digital. **Vestígios**: revista latino-americana de Arqueologia Histórica, v. 11, p.7-19, 2017.

ARQUEOLOGIA PÚBLICA E PAISAGEM NO CAIS JOSÉ ESTELITA, RECIFE: ‘O QUE O ESTELITA QUER SER?’

Beatriz Medeiros* & Ana Catarina Ramos**

Universidade Federal de Pernambuco. E-mails: *bamedeiross@gmail.com,

**catarinatr@hotmail.com

Palavras-chave: Cais José Estelita; Arqueologia Pública; Paisagem política; Memória Ferroviária; Urbanização Inclusiva.

1. INTRODUÇÃO

Esse projeto busca através da situação conflituosa de abandono, compra e ocupação instaurada nas dependências do Cais José Estelita, na cidade de Recife, Pernambuco, desde meados de 2012, apresentar um panorama geral político, socioeconômico e ambiental da área. Propõe uma análise das relações entre ser humano e paisagem política na perspectiva da Arqueologia Pública, ramo que torna a comunidade e suas contribuições o núcleo da pesquisa, aplicada através de questionários virtuais e entrevistas presenciais que buscaram verificar as fronteiras entre a preservação do patrimônio cultural, a memória e identidade social e o bem-estar urbano dentro de um cenário de conflitos de interesse político e econômico. Como resultado da pesquisa, foram obtidas mais de 110 respostas e uma opinião geral praticamente unânime abordando o paradoxo entre o entendimento da importância cultural e histórica da área, apesar de em apenas uma das narrativas ser observada a afetividade na memória ferroviária, e a súplica pela reestruturação do local.

2. METODOLOGIA

Para realização do projeto foram obtidos dados através de pesquisas bibliográficas, entrevistas presenciais com indivíduos ligados diretamente ao Cais, questionário virtual com mais de 100 pessoas de diversas localidades da região metropolitana, e análise dos dados

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Analisando as construções e entrelinhas das opiniões listadas, é notável o sentimento de abandono e revolta diante da perda de um patrimônio cultural na história não somente da capital como do país. E, ainda que para alguns seja necessária certa forma de intervenção privada, as justificativas permanecem embasadas na omissão do governo na área até pouco abandonada.

No que diz respeito à presença da memória afetiva, apenas Douglas, um dos indivíduos em situação de rua, parece ter em suas lembranças de infância o Cais José Estelita, "esse cais aqui era uma riqueza de pescaria. [...] Quando eu era pequeno, eu ia pescar siri com meu irmão e vendia pra eles aqui mesmo [...]", remetendo-se sempre às oportunidades oferecidas pelo lugar. Já as questões econômicas são posta às claras em "[...] vejo que há possibilidade de geração de emprego e criação de área comum [...]", um dos comentários do formulário, sendo este um dos principais pontos levantados em narrativas das partes menos favorecidas em termos socioeconômicos.

Voltando-se para a análise quantitativa dos dados, fora observado um padrão socioeconômico nas respostas dos participantes. A partir disso, formulou-se um gráfico (Gráfico 1) para análise estatística acerca das classes baixa, média baixa e média. Os termos apresentados foram utilizados em comum nas respostas, abertas para que a classificação pudesse ser feita pelo próprio indivíduo. Não participaram indivíduos de outras classes.

Gráfico 1 - Percentual de concordâncias em relação à demolição do Cais José Estelita baseadas no critério de classificação socioeconômica.



Fonte: Autoras.

As respostas analisadas apontam para, nos três casos, tendência à discordância em relação à demolição do Cais José Estelita, sem expressivas disparidades entre si. Em relação à aceitação, apesar da classe média ter maior porcentagem de respostas positivas, também não se notam expressivas discordâncias. Esse resultado, em média neutralizado, aponta, provavelmente, para uma apatia aliada a um desconhecimento político-social no que diz respeito a conflitos que não interferem direta e imediatamente na vida do cidadão.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática de sucateamento e privatização, apesar de extremamente destrutiva para o corpo social e urbano, possibilita o surgimento de movimentos que afirmam expressões de luta pela democracia e igualdade de oportunidades ao acesso público, afinal, a paisagem, dimensão mediadora e comunicativa (Maciel, 2009:44 *apud* Barbosa 2013:7), é um dos principais fatores transformadores e transformados pela relação entre a geografia cultural e política. Considerando isso, foi possível entender o Cais José Estelita através da sua significância cultural, num sentido de responsabilidade individual, organização em rede e harmonização de necessidades evidentes de preservação do patrimônio (Coelho, 2009:66), e a sua inserção na memória coletiva, que denota uma identidade social e cultural coexistente com outras identidades.

Portanto, declarada a significância do Cais José Estelita como um todo, e especificamente do Pátio Ferroviário das Cinco Pontas, é possível compreendê-los como

lugares de memória no contexto da ferrovia, na perspectiva de um potencial legado para a recente história social brasileira. Recente porque parcela dos construtores desse patrimônio estão vivos e vivificam, por rememoração, as relações sociais nele estabelecidas em seu processo de desenvolvimento, de fins do século XIX a meados do século XX (Freitas, 2012:15).

Nesse sentido, entende-se como necessário que seja revista e reforçada a relação entre sociedade e paisagem na contemporaneidade, nesse sentido tratada através da significação de memória coletiva em relação ao patrimônio histórico vista pela perspectiva da Arqueologia Pública. Dessa forma, propõe-se como alternativa a utilização da

urbanização inclusiva (STUDIO, 2013) no processo de tornar a população um agente ativo na formação de seu ambiente e na tomada de decisões sobre as alocações dos recursos da comunidade, podendo se tornar independente dos locais de convite à participação, criando um processo de trabalho, criação, conhecimento e pertencimento ao patrimônio que partilha.

Portanto, analisando dessa perspectiva, as manifestações populares e disputas solidificadas ao longo dos anos foram, apesar de, num cenário utópico, não serem necessárias para garantir a democracia, um veículo de difusão da força que habita na coesão da sociedade e a importância da luta pelos direitos na construção de um sistema civil consciente, educado e crítico em todas as esferas do viver urbano, incluindo os bens culturais. Por fim, ultrapassando os limites do Cais José Estelita, é intrínseco à preservação do patrimônio cultural a restauração física dos bens, mas, acima de tudo, o desenvolvimento do sentido de pertencimento de forma interdisciplinar, não somente através da Arqueologia, tampouco somente dentro dos muros de uma instituição de ensino, fazendo disto ramificar todas as forças transformadoras da sociedade perante àquilo que pertence.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, D. T.; QUEIROZ, P. R. F. **Um Novo Recife em cena:** paisagem, política e direito à cidade no cine-ativismo pernambucano. In: XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 2013, Rio de Janeiro. Anais – XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Rio de Janeiro, 2013. v. 01. P. 01-22.
- COELHO, T. A cidade e os avatares da cultura. In: Coelho, Teixeira; RODRIGUEZ, Arantxa; et al. **A cultura pela cidade.** São Paulo. Editora Iluminuras Ltda., São Paulo, 2008. p.63-68.
- FREIRE, M. E. L.; CAVALCANTI, F.; BESSONI, G.; FREITAS, M. **Patrimônio ferroviário:** memória ou abordagem conceitual no processo de valoração do patrimônio ferroviário em Pernambuco. In: The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage. São Paulo, 2012.
- OLIVEIRA, C. **A intensidade do presente no Cais José Estelita:** passado rememorado e futuro prospectado. 2019. 180 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Cognitiva) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Recife, 2019: no prelo.
- STUDIO, Global; CENTER. **Columbia University's. People Building Better Cities.** [S.l.: s.n.]. Disponível em: <http://peoplebuildingbettercities.org/>. Acessado em 29 de setembro de 2019.

O POVOAMENTO AMAZÔNICO A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA BIOCULTURAL

Danielle J. F. Oliveira

Universidade Federal do Rio Grande. E-mail: dajwfa2009@gmail.com

Palavras-chave: Povoamento Americano, Povoamento Amazônico, distância genética, distância geográfica, modelos de dispersão.

1. INTRODUÇÃO

Parafraseando Eduardo Góes Neves (2006) a Amazônia há muito foi vendida ao mundo como uma terra inexplorada. No entanto pesquisas arqueológicas vêm há décadas mostrando que essa é uma falsa asserção (NEVES, 2006; PROUS, 1992; ROOSEVELT, 1992). Descobertas arqueológicas com datações muito recuadas no tempo corroboram com o fato de que a humanidade já estava presente no Brasil e na Amazônia há pelo menos 11 mil anos AP³ (BUENO & DIAS, 2015; BUENO, DIAS & STEELE, 2013).

Portanto, ao pensarmos no contexto de povoamento Sul-americano é correto dizer que os estudos genéticos (moleculares) vem sendo de grande contribuição para essa área, não apenas isso, mas os dados e interpretações arqueológicas andam lado a lado com Antropologia Molecular dentro dos estudos do processos de migração e povoamento, não apenas da América, mas de todo o mundo (STONEKING, 2017). Técnicas de sequenciamento, comparação e análise moleculares vem proporcionando aos pesquisadores dados das migrações humanas pelos continentes através do tempo e contribuindo para hipóteses de dispersão.

É dentro deste contexto que este trabalho - elaborado como um Trabalho de Conclusão de Curso – busca entender o povoamento da Amazônia a partir da proximidade genética e geográfica entre 20 populações amazônicas. Desse modo, o trabalho buscou contabilizar a distância genética a partir dos haplogrupos do DNA mitocondrial (mtDNA) dessa 20 populações nativas. A partir dos resultados obtidos será possível inferir hipóteses para tentar entender, não apenas o povoamento da Amazônia, mas também o grande quadro que é o povoamento da América através de um recorte mais individual.

2. METODOLOGIA

Como mencionado anteriormente, a partir de quatro haplogrupos do mtDNA de 20 populações da região amazônica, será criada uma matriz de distância genética entre estas populações, comparando-as par a par, e uma matriz de distância geográfica das mesmas, usando coordenadas em graus decimais. A partir das distâncias geográficas foi possível elaborar matrizes de modelos de rotas de dispersão, levando em consideração pesquisas arqueológicas e de outras áreas do conhecimento, para posteriormente comparar a relevância desses modelos com os resultados genéticos.

Para esse projeto foram usados os dados de 20 populações do banco de mtDNA montado por Almeida (2011), que originalmente conta com os dados de 236 populações de todo o continente americano. O banco é composto pelo número total de indivíduos de cada população, a frequência dos haplogrupos (A-D) e as coordenadas de latitude e longitude dos grupos estudados.

³ AP: Antes do presente. Nomenclatura para determinar datas anteriores a 1945. Equivalente a “a.C” (antes de Cristo)

Para gerar a matriz de distância genética será usado o método estatístico de F_{st} – método estatístico que calcula a diversidade entre as populações – e calculado com o auxílio do Software Arlequin (EXCOFFIER & LIDCHER, 2015). Os cálculos da matriz de distância geográfica serão feitas com o auxílio do Software R (R CORE TEAM, 2018).

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este é um trabalho realizada como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e que atualmente se encontra no estágio de análise de dados, elaboração dos modelo de dispersão e dos resultados oficiais. Então os próximos passos para esse trabalho será gerar resultados, interpretá-los e, por fim, escrever.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, esta é uma síntese de um Trabalho de Conclusão de Curso com o objetivo entender o povoamento da Amazônia a partir da proximidade genética e geográfica entre 20 populações amazônicas. Foram apresentadas, então, o desenvolvimento do trabalho até a realização do evento I Encontro de Pesquisas Arqueológicas Invisibilidades.

Agradecimentos: gostaria de agradecer à Tatiana Ferreira de Almeida, pela disponibilização do banco de dados utilizado neste estudo e, também, ao meu orientador Danilo Vicensotto Bernardo pela colaboração no trabalho.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, T. F. **A análise da dispersão das populações nativas americanas: uma abordagem genético-fisiográfica**. 2011. 379f. Dissertação (mestrado em Genética e Biologia Evolutiva) – Universidade de São Paulo, 2011.
- BUENO, L.; DIAS, A.; STEELE, J. The late Pleistocene/Early Holocene archeological record in Brazil: A geo-referenced database. **Quaternary International**, n. 301, p.74-93, 2013.
- BUENO, L.; DIAS, A. Povoamento inicial da América do Sul: contribuições do contexto brasileiro. **Estudos Avançados**, v. 29, n. 83, p. 119-147, abr, 2015.
- EXCOFFIER, L.; LISCHER H.E. L. **Manual Arlequin ver 3.5: An Integrated Software Package for Population Genetics Data Analysis**. Bern: University of Berne. 2015
- NEVES, E. G. **Arqueologia da Amazônia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2006.
- PROUS, A. **Arqueologia brasileira**. Brasília, DF: editora Universidade de Brasília, 1992.
- R CORE TEAM. **R: A Language and Environment for Statistical Computing**. Versão 3.5.1. Vienna: R Foundation for Statistical Computing, 2018. Disponível em: <https://www.R-project.org/>. Acesso em: 27 nov. 2019
- ROOSEVELT, A. C. Arqueologia Amazônica. In: CUNHA, M. C. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, 1992, p. 53-86
- STONEKING, M. **A introduction to Molecular Anthropology**. Hoboken: John Wiley & Sons Inc, 2017.

A APLICAÇÃO PRÁTICA DA FOTOGRAMETRIA DIGITAL PARA DOCUMENTAÇÃO DE ESCAVAÇÕES ARQUEOLÓGICAS

Fabiana Terhaag Merencio* & Thiago Umberto Pereira**

*Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade de São Paulo. E-mail:
f.terhaag@gmail.com

**Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pelotas. E-mail:
thiagoumbertopereira@gmail.com

Palavras-chave: Fotogrametria; Modelo 3D; Documentação de campo.

1. INTRODUÇÃO

A investigação de sítios arqueológicos envolve um paradoxo epistemológico que consiste na destruição do contexto ao longo das escavações. Nesse sentido, a documentação de campo é essencial pois registra o contexto das evidências, possibilitando a consulta e revisão dos dados no futuro. As técnicas de documentação tradicional, como desenhos das plantas horizontais/perfis estratigráficos e fotografias digitais, podem apresentar problemas decorrentes do pouco tempo disponível, nível de experiência do responsável, e fotografias com baixa qualidade e em ângulos inadequados (DE REU et al., 2013; WEßLING et al., 2014; VERA et al., 2017).

A difusão de *softwares* de processamento de modelos 3D baseados na técnica *structure from motion* (SfM) facilitou a aplicação da fotogrametria na Arqueologia em diversas áreas, em especial na documentação de escavações (DE REU et al., 2013; WEßLING et al., 2014). O objetivo deste trabalho é apresentar o protocolo aplicado na obtenção de fotografias utilizadas para criação de modelos 3D/ortofotos das escavações realizadas nas pesquisas em que os autores participam⁴. A ênfase é demonstrar que a fotogrametria de curto alcance (*close-range photogrammetry*) pode ser inserida facilmente no protocolo de documentação sem a necessidade de equipamentos de alto custo.

2. METODOLOGIA

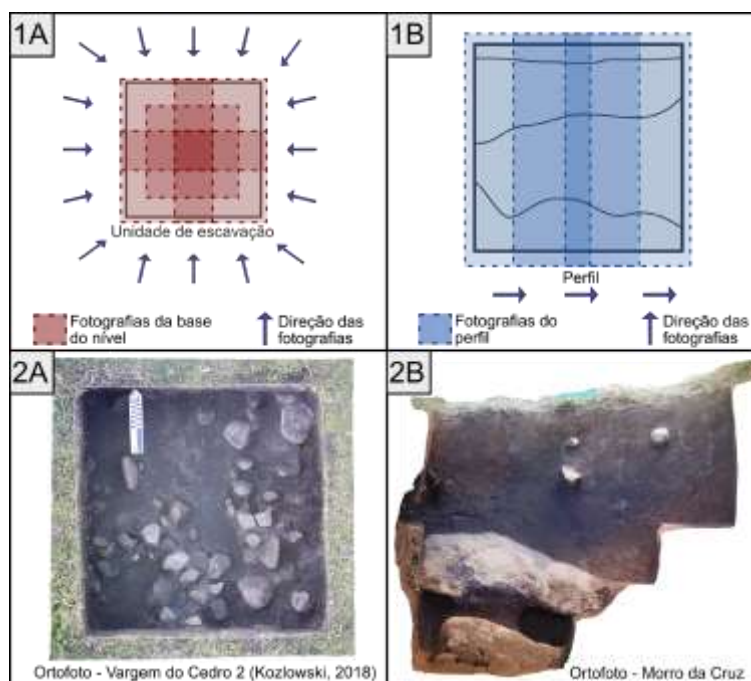
A fotogrametria realizada com a técnica SfM estima o posicionamento das câmeras em relação ao objeto através da triangulação de pontos redundantes em uma sequência de fotografias, obtendo informações tridimensionais (DOUGLASS et al, 2015). As fotografias devem ser tiradas seguindo determinados critérios: iluminação adequada, alta nitidez e foco, cobrir a totalidade do objeto a ser reconstruído, e possuir uma sobreposição mínima de 70-80% entre as fotos. Para melhores resultados, a fotografias devem ser tiradas com câmeras DSRL e formato RAW, contudo ressalta-se que as fotografias podem ser tomadas com câmeras mais acessíveis (DOUGLASS et al., 2015).

O protocolo de fotogrametria utilizado focou no registro de: 1) Unidades de escavação e base dos níveis: ao término de cada nível, foram tomadas fotografias ao redor da unidade de escavação (360°) (setas azuis figura 1A), seguida de uma sequência de fotos tomadas com foco na base do nível (retângulos vermelhos figura 1A); 2) Perfis estratigráficos: No final da escavação de cada unidade, foram tomadas fotografias da extensão do perfil com sobreposição de 70-80% (retângulos azuis figura 2A). O número de fotografias necessárias é variável, pois dependem da complexidade do objeto registrado.

⁴ Primeira autora: “*Jê Landscapes of Southern Brazil*” (RCUK/AHRC-FAPESP 2012/51328-3) e “A interação entre grupos sambaquieiros e proto-Jê no litoral sul de SC” (FAPESP 2017/08131-8). Segundo autor: “Territorialidade Ameríndias no Alto Vale do Itajaí” (LEIA-UFSC, FUNCULTURAL/SC e Edital Elisabete Anderle/2017).

A geração dos modelos 3D e ortofotos foi realizado no *software* Agisoft Metashape (requisitos mínimos processador Intel Core 2 Duo e 2GB de RAM; uma configuração acima diminuirá o tempo de processamento). O Metashape possui um fluxo de trabalho de quatro etapas: 1) alinhamento das fotografias (*align fotos*); 2) cálculo da nuvem densa que representa a superfície do objeto (*build dense cloud*); 3) geração de uma malha de superfície 3D (*build mesh*); e 4) criação do mapa de textura para a superfície de malha a partir das fotografias (*build texture*).

Figura – Protocolo de fotogrametria e resultados



Fonte: Xs autorxs.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A inclusão do protocolo de fotogrametria na documentação das escavações não apresentou problemas em relação ao tempo exigido e não interferiram nos demais procedimentos. Os resultados obtidos nos modelos 3D das bases dos níveis possibilitaram a consulta em diferentes ângulos, enquanto as ortofotos geradas não apresentaram distorções de ângulos (figura 2A); e nos perfis (figura 2B), as ortofotos possibilitaram diminuir as imprecisões das medições tomadas nos desenhos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão do protocolo de fotogrametria em escavações arqueológicas apresenta inúmeras vantagens: baixo tempo para aquisição das fotografias, alto potencial no registro das escavações de sítios, propiciando uma fonte complementar à documentação tradicional, e baixo custo na implementação da técnica, sendo necessário uma câmera fotográfica digital, computador e *software*. O Metashape possui período de 30 dias de teste gratuito, e licença educacional a partir de 59U\$; no entanto há opções gratuitas que realizam todo o processo (*Meshroom*) ou que precisam ser utilizadas em conjunto com outros *softwares* (*Visual SfM* para cálculo da nuvem densa de pontos, e demais etapas no *Meshlab*). Como fatores negativos têm-se a necessidade de fotografias de boa qualidade e em número suficiente para cobrir todo o objeto, e com o grande volume de fotografias geradas, é necessário a inclusão de armazenamento e *back-up* adequado das informações.

REFERÊNCIAS

- DE REU, Jeroen; PLETS, Gertjan; VERHOEVEN, Geert; et al. Towards a Three-Dimensional Cost-Effective Registration of the Archaeological Heritage. **Journal of Archaeological Science**, v. 40, n. 2, p.1108–1121, 2013.
- DOUGLASS, Mathew; LIN, Sam; CHODORONEK, Michael. The Application of 3D Photogrammetry for In-Field Documentation of Archaeological Features. **Advances in Archaeological Practice**, v. 3, n. 2, p.136-152, 2015.
- KOZLOWSKI, Henrique de Sena. **Modelagem preditiva e ocupação Jê meridional na encosta catarinense**. 2018. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2018.
- VERA, José Antonio Barrera; CASTRO, Gabriel Granado; CAMACHO, Joaquín Aguilar. Aplicación de la fotografía métrica en edificación mediante el uso de la cámara digital convencional: un caso de estudio aplicado al patrimonio arqueológico. **Anales de Edificación**, v. 3, n. 1, p.1-13, 2017.
- WEßLING, Ronny; MAURER, Jakob; KRENN-LEEB, Alexandra. Structure from motion for systematic single surface documentation of archaeological excavations. In: W. Börner & S. Uhlirz (Eds.), **Proceedings of the 18th International Conference on Cultural Heritage and New Technologies (CHNT 18)**. Vienna: Museen der Stadt Wien-Stadtarchäologie, 2014.
- Disponível em: http://www.chnt.at/wp-content/uploads/We%C3%9Fling_2014.pdf. Acesso em: 5 de março de 2018.

O BAIRRO CASTELO BRANCO I: UMA ARQUEOLOGIA DA E NA PERIFERIA

Fábio Ortiz Goulart

Universidade Federal do Rio Grande. E-mail: fabioortiz@furg.br

Palavras-chave: Arqueologia do Passado Recente; Bairro Castelo Branco I; Periferia; Rio Grande, RS.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto do que venho pesquisando em meu trabalho de conclusão de curso no bacharelado em Arqueologia na Universidade Federal do Rio Grande (FURG), sob orientação da Profª Drª Cassiane de Freitas Paixão. Na pesquisa, o objetivo principal é “escavar”, para usar um termo familiar à Arqueologia, uma possível identidade cultural, a partir dos terreiros de religiões afro-brasileiras, do bairro onde nasci e moro, o Castelo Branco I, localizado às margens do Campus Carreiros da FURG.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa, foi necessário substituir a ideia de Arqueologia como o estudo de um passado longínquo, mas passar a abarcar o passado recente como objeto possível para os estudos arqueológicos (THIESEN, POUQUET, 2018). No presente trabalho busco trazer um pouco da história do Castelo Branco I, bem como entender que a Arqueologia pode ser uma ferramenta política para abordar temas que muitas vezes estão à margem do fazer científico tradicional.

2. METODOLOGIA

Como metodologia, trago aqui o que foi coletado de material bibliográfico sobre o bairro Castelo Branco I, bem como informações orais de duas moradoras, que relatam suas experiências com o bairro. Entendo que esses relatos não constituem o todo da história do bairro e são “visões tomadas a partir de um ponto”, pois os agentes sociais constroem as suas visões e percepções sobre o espaço social a partir do lugar/ponto que ocupam no espaço social (BOURDIEU, 2004, p.157). Não se pode descartar esses relatos, pois a construção socioespacial de uma localidade não pode ser vista com base em olhares e concepções individuais de seus habitantes, muito pelo contrário, deve ser vista como um processo coletivo, uma vez que os habitantes

vão dispondo fragmentos de suas próprias biografias e, ademais, vão se reconhecendo/identificando com alguns fragmentos da construção sócio espacial, e não com o todo, que indubitavelmente contém contradições e heterogeneidades. Em suma, as biografias vão se entrelaçando umas com as outras enquanto se territorializam, inscrevem-se nos lugares; dão identidade aos lugares e permitem que as pessoas se identifiquem com eles (LINDÓN, 2016, p.75).

Parece haver uma desconexão entre Lindón e Bourdieu, porém proponho que para entender a construção socioespacial também se busque nesses relatos individuais discursos que são homogeneizantes na localidade, que recorrentemente aparecem nas falas das moradoras.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Bairro Castelo Branco I localiza-se na zona oeste do município de Rio Grande e faz fronteira a leste com o bairro Castelo Branco II, que se localiza ao lado do Campus Carreiros da FURG, e a oeste com o bairro COHAB IV.

O bairro foi oficialmente fundado em 1985, a separação dos lotes, bem como serviços tais como obras hidráulicas, elétricas e de saneamento ficaram a cargo da, já

extinta, Companhia Rio-Grandense de Desenvolvimento (CRD) (KRENISKI, HORNES, FERREIRA, 2013). De acordo com as moradoras entrevistadas grande parte das primeiras casas eram de madeira, e a partir dos anos 1990 passaram a ser construídas em alvenaria (FIGURA 1).

FIGURA 1 – Perfil das residências na década de 1990



Fotografias cedidas por uma das entrevistadas.

As moradoras entrevistadas relataram que a vinda ao bairro se deu por que ambas não tinham onde morar e viviam de aluguel, o que era difícil de pagar, pois tinham filhos pequenos. De acordo com uma delas, alguns dos serviços que deveriam ter sido realizados pela CRD só foram realizados por pressão popular, por meio do recolhimento de assinaturas que foram entregue à prefeitura.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O bairro, ainda que tenha mais de trinta anos, sofre pela falta de estrutura por parte da administração municipal, como por exemplo, o esgoto a céu aberto, ou mesmo a criminalidade que assola o município, porém a comunidade, muitas vezes, por meio de atividades populares reage, embora nos últimos anos as atividades de resistência realizadas pelos moradores tenham diminuído quase se restringindo às associações de bairro. O presente trabalho parece ter cumprido o seu objetivo, uma vez que traz para “a luz” da academia uma comunidade marginalizada pelo poder público e pelas instituições que dele fazem parte.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. Espaço social e poder simbólico. In: BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004. p.150-168.
- KRENISKI, Gislania Carla Potratz; HORNES, Luciana Gerundo; FERREIRA, Maria Luiza Tavares. Descobrimos lugares e saberes. In: ALVES, Francisco das Neves. **Cultura e identidades do Rio Grande**. Rio Grande: Biblioteca Rio-Grandense, 2013. p.350-364.
- LINDÓN, Alicia. A periferia metropolitana da Cidade do México: do cronotopo

fundacional vallechalquense às identidades do e com o lugar. In: PINHEIRO, Leandro R. (Org.). **Itinerários versados**: questões, sintonias e narrativas do cotidiano. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. p. 73-114.

THIESEN, Beatriz Valladão; POUGUET, Martial. Nem tempo, nem método. Nem história, nem antropologia. O que é arqueologia?. **Tessituras**: revista de antropologia e arqueologia, Pelotas, v. 6, n. 1, p.13-22, jan./jun. 2018.

A DITADURA NO INTERIOR PAULISTA: AS MORTES DE ALTAIR E MARIA PAULA

Filipe Botelho Soares Dutra Fernandes

Universidade Federal do Rio Grande. E-mail: filipebsdf@yahoo.com.br

Palavras-chave: Ditadura militar; Palmeira d'Oeste; Luta armada; Partido Operário Comunista; Politização do cotidiano.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho faz parte da pesquisa de TCC do bacharelado em Arqueologia que tem por objetivo contar a história de Altair Gonçalves Nunes e Maria Paula, que foram mortos, no ano de 1971, no interior do Estado de São Paulo. Fugindo de ações ocorridas na capital, uma semana antes, Altair e Maria Paula procuraram na calmaria de Palmeira d'Oeste, um lugar seguro para se esconder; todavia, acabam por morrer em decorrência de uma ação do DOPS em conjunto com a polícia local.

Muitos são os trabalhos que abordam acontecimentos da ditadura nos grandes centros do país (SKIDMORE, 2010; GASPARI, 2002; MORAES, 2011; FERREIRA & GOMES, 2014). Entretanto, esta também afetou cidades do interior (VICENTINI, 2014), como é o caso de Palmeira d'Oeste, que, em 19 de agosto de 1971, teve sua pacata rotina abalada por acontecimentos que eram mais comuns nas grandes cidades.

2. METODOLOGIA

Rumores de que as mortes de um casal vindo da capital estariam relacionadas com ações da ditadura, foram o gatilho inicial desta pesquisa. Assim, de posse de um trabalho escolar feito por estudantes da Escola CEIA de Palmeira d'Oeste, chegou-se até o Inquérito Policial das mortes de Altair e Maria Paula. A partir do conteúdo do inquérito, chegou-se até as notícias de jornais da época que relataram o caso. Com o que foi noticiado pelos jornais Folha de São Paulo, Jornal do Brasil e Luta Democrática, chegou-se as fichas do DOPS dos integrantes de um grupo que praticava ações de expropriação na capital durante a ditadura; dentre os integrantes, estava Altair.

Para ambientar a ação que resultou nas mortes de Altair e Maria Paula, foi feita uma análise da fundação de Palmeira d'Oeste e as características do município à época dos fatos, tomando por base as memórias de um de seus fundadores, José Roveri (1996). Com base nas notícias dos jornais, se analisou ações ocorridas na capital, como o cerco chefiado pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury, que motivou a fuga de Altair para o interior. A presença do Odair Antonio Trindade, identificado pelo DOPS como membro do Partido Operário Comunista – POC, foi o que chamou atenção para o aparente engajamento de Altair na luta contra a ditadura; assim, com base em Figueiredo Filho (2016) analisou-se como os integrantes do POC enxergavam a questão da luta armada como forma de combate à ditadura.

O último dos acontecimentos analisado foi o tiroteio no Córrego do Sucuri, zona rural de Palmeira d'Oeste, tomando por base os depoimentos de testemunhas que compõem o Inquérito Policial das mortes de Altair e Maria Paula.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

As mortes de Altair e Maria Paula movimentaram o pequeno município, levando um pouco do caos e da agitação dos grandes centros para a zona rural. As notícias que relataram o ocorrido, qualificaram Altair como ladrão de bancos, terrorista, assaltante e membro de

uma quadrilha. Deste modo, vê-se o choque de dois mundos: de um lado, a calmaria da zona rural do interior; e de outro, a ebulição político-social que fervilhava nos grandes centros. Assim, busca-se entender como se deu a construção da memória em torno do ocorrido no município.

As características de Palmeira d'Oeste na década de 1970, faziam do município um lugar em que se vivia, como proposto por Ariès (2013), nos moldes do Antigo Regime, com uma sociedade que não sabia o que se passava longe e assim, não precisava se posicionar sobre fatos que estavam distantes da calmaria de seu território. Assim, com base na discussão da “politização da vida privada” de Ariès (op. cit.), analisar o caso em questão ajuda a refletir sobre a vida do homem do interior e como ele percebia questões políticas características das grandes cidades, bem como a forma em que se deu o silenciamento sobre as duas mortes.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ditadura militar faz parte de um passado do Brasil que não pode ser negado e, muito menos, esquecido (TELLES & SAFATLE, 2010). Assim, a arqueologia expandiu seus horizontes e se tornou, através da arqueologia da Repressão, instrumento fundamental para o estudo das sequelas do terrorismo de estado (FUNARI; ZARANKIN; REIS, 2008) e tem contribuído para que se faça justiça em muitos casos, questionando as verdades oficiais produzidas pelo aparato repressor. Todavia, os caminhos da arqueologia da repressão não seguem uma trilha precisa, estando relacionados às especificidades e contextos de cada caso (BARETTA, 2015).

Com a maioria das pesquisas e trabalhos voltados para acontecimentos ocorridos nas grandes cidades, e poucos estudos de caso na área de arqueologia da repressão, um caso excepcional chamou a atenção e motivou esta pesquisa: a morte de Altair e Maria Paula, no interior de São Paulo, em agosto de 1971. O ocorrido movimentou a rotina de um pequeno município, de modo a se questionar o que a chegada de pessoas envolvidas em ações radicais na capital, representou para uma população majoritariamente rural e que, segundo o que propõe Ariès (op. cit.), vivia nos moldes do Antigo Regime, onde não se cobrava um posicionamento a respeito do que se passava fora do ambiente familiar.

Na esteira do que propõe Ariès (op. cit.), as mortes de Altair e Maria Paula não apenas ocasionaram um choque na rotina de Palmeira d'Oeste, mas resultaram em um testemunho que inseriu a pacata e distante cidade na grande História do Brasil. Entretanto, o acontecimento parece ter caído no esquecimento; prova disso é que não há menção ao fato na história da cidade, bem como os túmulos de Altair e Maria Paula permanecem esquecidos no cemitério local.

REFERÊNCIAS

- ARIÈS, Philippe. **O Tempo da História**. São Paulo: Editora UNESP, 2013.
- BARETTA, Jocyane Ricelly. **Arqueologia e a construção de memórias materiais da Ditadura Militar em Porto Alegre (1964/1985)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 2015
- FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. **1964: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- FIGUEIREDO FILHO, Celso Ramos. **Partido Operário Comunista (POC): história e memória de uma organização marxista-leninista (1968-1971)**. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo – USP, 2016.
- FUNARI, Pedro Paulo A.; ZARANKIN, Andrés; REIS, José Alberione dos (Orgs.). **Arqueologia da repressão e da resistência na América Latina na era das ditaduras**

(décadas de 1960-1980). São Paulo: Annablume Editora, 2008.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Escancarada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

MORAES, Dênis de. **A Esquerda e o Golpe de 64.** 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

ROVERI, José. **Onde canta o sabiá:** sonhos e memórias de um boticário no sertão.

Ribeirão Preto: São Francisco Gráfica e Editora Ltda., 1996.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil:** de Getúlio a Castelo (1930-64). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. **O que resta da ditadura.** São Paulo: Boitempo, 2010.

VICENTINI, Beatriz Helena. **Piracicaba, 1964:** o golpe militar no interior. Piracicaba: Editora UNIMEP, 2014.

AMBIENTE DOMÉSTICO OU DOMESTICADOR? A ARQUEOLOGIA DA ARQUITETURA PARA ENTENDER AS RESIDÊNCIAS DO INÍCIO DO SÉCULO PASSADO

Franciele Fraga Pereira* & Louise Prado Alfonso**
Universidade Federal de Pelotas. E-mails: *franfragap@gmail.com,
**louiseturismo@yahoo.com.br

Palavras-chave: Arqueologia da Arquitetura; Arquitetura residencial; Mulheres; Pelotas.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

A cidade de Pelotas teve seu apogeu econômico entre o final do séc. XIX e início do século XX (SCHLEE 2008). O acúmulo de capital financeiro entre as classes mais abastadas, e da cidade foi manifestado na suntuosidade da ambiência urbana, em seus monumentos, praças, marcos e edificações públicas e privadas (SCHLEE 2008). Esse patrimônio, erguido (muitas vezes) pela mão de obra escravizada, mas feito para as classes mais abastadas, é o conceito de patrimônio pelotense reconhecido mais recorrentemente.

Entretanto a importância do patrimônio cultural de Pelotas, não está atrelada somente aos elementos materiais, mas também pelas relações intangíveis que esses elementos tem com a sua comunidade (MENESES, 2009). Ressalta-se aqui as relações sentimentais e de memória, o saber fazer e também as relações de poder que estão arraigadas à essas edificações.

Esse patrimônio edificado, patrimonializado, quase que unido nas vertentes de uma sociedade patriarcal e hegemônica pouco recupera a história das mulheres que compunham essa sociedade. De maneira pouco evidenciada, mas com papel relevante, as mulheres tem estado envolvidas com o desenho e a forma do espaço de diversas maneiras, enquanto consumidoras, usuárias, ou como objetos de representação ou inspiração (ANTUNES, 2015). Contudo, a cidade tem uma história majoritariamente elaborada por homens, suas composições, seus princípios e regras.

O presente trabalho propõe-se a analisar, provavelmente um dos lugares mais utilizados pelas mulheres, principalmente no século passado, a casa. A partir da análise de um estudo de caso busca-se evidenciar como a arquitetura carrega relações de controle e poder intrínsecas à sua materialidade.

2. METODOLOGIA

A construção das cidades ao longo do tempo deixam muitos indícios para a interpretação das relações sociais. Entretanto a relação entre arquitetura, história e sociedade tem sido um tema evitado por muitos investigadores (ZARANKIN, 2001).

Analisaremos o projeto de uma residência, elaborado em 1927, situada à rua Gen. Osório na cidade de Pelotas. Através de uma observação atenta sobre a escolha dos cômodos, suas disposições, a setorização da residência, seus acessos e fluxos, obtemos fortes indícios sobre quais eram os espaços femininos das mulheres desse período. Evidenciando assim a residência como um lugar feminino, e além disso, um lugar de interiorização e confinamento.

Segundo Foucault, o espaço é fundamental em qualquer forma de vida comunitária, da mesma forma que o espaço é fundamental para qualquer exercício de poder.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Pensaremos a casa nesse período como um ambiente concebido, recorrentemente pelos homens, mas contraditoriamente ocupado pelas mulheres. A demonstração dessas relações pode ser vista através da concepção de seu projeto arquitetônico, evidenciando os ambientes femininos como uma questão de projeto à ser resolvida.

Figura – Análise da Planta Baixa da Edificação.



Fonte: Análise elaborada pela autora com base nos desenhos cedidos pela Secretaria de Mobilidade Urbana de Pelotas. Modificações: autora.

A preocupação em hierarquização do espaço pode ser vista na organização setorial da casa (representada por cores na figura). Os ambientes em roxo mais próximos aos acessos e a rua, configuram os ambientes sociais da casa, os ambientes públicos, os quais tem visuais para/da rua. Os cômodos em laranja, no interior da edificação, configuram ambientes íntimos. E por fim, os ambientes em azul, são os ambientes de serviço, ligados diretamente ao quintal da casa, e à uma edificação anexa que conta com depósitos e um “quarto de criadas” no segundo pavimento.

Os acessos (representados pelas setas na figura) evidenciam dois acessos mais “oficiais” ou “para as visitas” os quais ligam diretamente com o hall da casa. Através do acesso lateralizado, pode-se acessar a casa através de seu setor de serviço, e também a edificação anexa a qual comporta o quarto de criadas.

O ambiente denominado “gabinete” (comumente relacionado como um ambiente masculinizado nesse período) é valorizado pela possibilidade de acesso independente ao da casa, e por contar com uma grande janela para o logradouro público, possivelmente uma maneira de enaltecer as atividades ali executadas. Além disso, a residência conta com um ambiente denominado “saleta de costuras”, ligado também ao hall da casa, mas sem aberturas para a rua, demonstrando assim a preocupação em interiorização dessas mulheres. É possível notar também a presença de uma porta entre um dos pares de quartos, demonstrando sob certo aspecto, o questionamento sobre a privacidade.

A análise corrobora para a hipótese desse estudo, que caracteriza a arquitetura como um mecanismo de controle e poder. A observação e os apontamentos sobre o projeto arquitetônico demonstram que desde a sua concepção essa residência conta com mecanismos de segregação de classes e de gênero.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise crítica da residência aqui tratada nos permite observar, através do projeto de sua construção, como as edificações podem materializar relações de poder, hierarquias e setorizações. Demonstrando como o projeto dessa residência não nasceu ao acaso, mas sim como um sistema de controle e interiorização intencional.

Estudos que busquem tratar a temática das mulheres habitantes dessas residências traz consigo uma ressignificação desse patrimônio que frequentemente é relacionado as figuras masculinas, muitas vezes ligados de alguma forma com uma importância social para a cidade. Dessa maneira nos questionamos, como podemos ver as residências pelotenses produzidas nesse período? Como um espaço doméstico, ou um espaço domesticador?

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, L. P. S. G. A arquitetura nunca mais será a mesma. Considerações sobre gênero e espaços(s). **Urbana**: revista eletrônica Cent. Interdiscip, Estud. Cid., Campinas, 2015.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: Nascimento da prisão. Editora Vozes. 2014.
- MENESES, U. T. B. M. **I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural**: Sistema Nacional de Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão - Ouro Preto - MG | 2009. Brasília, DF: Iphan, 2012.
- SCHLEE, A. R. Pela memória de pelotas. Como sempre! In: **I Colóquio Sobre História e Historiografia da Arquitetura Brasileira**. Brasília, 2008. Anais. Disponível em: <http://sites.google.com/site/coloquiohh08>. Acesso em 21 de Setembro de 2019.

ARQUEOLOGIA REGIONAL NA BAÍA BABITONGA: CONSIDERAÇÕES SOBRE OCUPAÇÃO E MOBILIDADE GUARANI

Graciele Tules Almeida* & Rafael Guedes Milheira**

Universidade Federal de Pelotas. E-mails: *gracitules@gmail.com,

**milheirarafael@gmail.com

Palavras-chave: Baía da Babitonga; Arqueologia Regional; Arqueologia Guarani.

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa tem como referência a Arqueologia Regional e Guarani, com o intuito de discutir os processos de ocupação e mobilidade de grupos Guarani, com base no levantamento sistemático, assistemático ou oportuníssimo e de previsibilidade, com enfoque regional de sítios e artefatos, na Baía da Babitonga, litoral nordeste de Santa Catarina. A partir dessa grande área, foram determinadas três áreas para o levantamento sistemático e intensivo, sendo a Bacia Hidrográfica do Canal do Palmital, a Sub-bacia do Rio Itapocu e a localidade de Iperoba, no município de São Francisco do Sul. A escolha dessas áreas se deu devido a ocorrência de vestígios relacionados a ocupação Guarani e por suas características ambientais.

A Arqueologia regional tem como interesse a investigação, partindo de áreas amplas, da relação entre padrão de ocupação e organização social, no intuito de compreender o comportamento humano e processos de mudança cultural (ARAÚJO, 2001; DIAS, 2003). Atualmente os trabalhos de RISI (2014); DRESLEROVÁ & DEMJÁN (2019); entre outros, tem inserido novas interpretações e discussões sobre a noção de sítio e não sítio, material em superfície, ocupação e mobilidade. Também, contribuições provenientes da Arqueologia da Paisagem, inserem o enfoque na construção social da paisagem (TILLEY, 1994; ASHMORE e KNAPP, 1999; ZEDEÑO, 1997, entre outros).

O estudo também está inserido nas discussões da Arqueologia Guarani, perspectiva de pesquisa que vem sendo desenvolvida meridionalmente e com enfoque nos povos, nos assentamentos e nas histórias vinculadas aos povos da família linguística Tupi-guarani, tronco Tupi, dos quais os seus territórios atualmente, estão localizados nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e porções do Uruguai, Argentina, Paraguai e Bolívia (NOELLI 1999-2000).

2. METODOLOGIA

Como metodologia foram estabelecidas diferentes frentes de trabalho entre elas a revisão bibliográfica dos estudos no campo da Arqueologia, principalmente aqueles que realizaram levantamento com enfoque regional, na porção sul do Brasil e que trataram de grupos ceramistas problematizando espaços de ocupação, artefatos, mobilidade e cronologia; também a realização de levantamento de campo sistemático, assistemático, de previsibilidade e oportunístico, a partir de proposição de metodologia específica para as áreas escolhidas, no intuito de identificar sítios arqueológicos e artefatos; Como também, a análise de artefatos e sua documentação, vinculados a ocupação Guarani e que fazem parte do acervo museológico, do Museu Arqueológico de Sambaqui - MASJ, Museu Arqueológico e Etnográfico Osvaldo Rodrigues Cabral – MarquE-UFSC e Acervo Walter Fernando Piazza – FAED/UDESC.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base na revisão bibliográfica e o levantamento de campo foram identificados quatro pontos com ocorrência de vestígios vinculados a ocupação Guarani, sendo os sítios

Poço Grande (Joinville/Guaramirim), Itacoara (Joinville), Sítio Iperoba (SFS) e Ocorrência 001 e 002 - material lítico associado a cerâmica (São Bento do Sul), também temos outros pontos para checagem em campo, referente a coleta de superfície de materiais cerâmicos ou ocorrência desses materiais em sambaquis.

Os dados quanto a ocupação Guarani na região da Baía Babitonga ainda são escassos. Até o momento, temos apenas uma datação para sítio Poço Grande, localizado na Baía Babitonga, que aponta para uma ocupação recente, em 340 ± 35 anos AP [1678]. Nesse sentido, novas datações para o sítio Poço Grande e a escavação do Sítio Iperoba (CARLE, 2013), poderão trazer novas informações sobre o processo de ocupação Guarani na região. Outra questão é a análise de materiais até então desaparecidos, como a coleção Itacoara, resultado das coletas realizadas por Walter F. Piazza, no final da década de 1960, e que poderão trazer novos dados sobre uso e consumo de vasilhames cerâmicos, como também aspectos da ocupação.

As informações até então levantadas ainda são incipientes, mas apontam inicialmente para um processo de ocupação do território articulando a escolha de lugares estratégicos, entre sítios a céu aberto e a reocupação dos sambaquis existentes, mobilizando trocas culturais e a diversificação de estratégias de ocupação, em diferentes locais e ambientes, como área estuarina e de restinga, próximo a rios e ao mar. A continuidade dos trabalhos em campo e laboratório poderão confirmar essas preposições. A ocorrência de materiais cerâmicos produzidos por grupos culturalmente distintos, encontrados em superfície e em locais aparentemente fora das áreas tradicionais de ocupação Guarani, inserem um debate necessário sobre o conceito de sítio arqueológico Guarani, adequado ao estudo e localizados em área estuarina, como também, sobre a importância do material localizado em superfície, o que será aprofundado com a continuidade dos estudos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa em desenvolvimento apresenta proposta de estudo regional no litoral Nordeste de Santa Catarina, com o intuito de problematizar o processo de ocupação pré-colonial da região, tendo como perspectiva de discussão fatores como ocupação e mobilidade de grupos Guarani. Desde a década de 1950, foram desenvolvidos estudos que apontam para o processo de ocupação caracterizado por um mosaico povos e culturas. As mesmas informações apontam para lacunas relacionadas à ocupação desse território, por parte dos Guarani e revelam a importância desse estudo.

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, A. G. M. **Teoria e método em arqueologia regional**: um estudo de caso no Alto Paranapanema, Estado de São Paulo. 2001. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- ASHMORE, Wendy. KNAPP, Bernard A. Archaeological Landscapes: Constructed, Conceptualized, Ideational. In: ASHMORE & KNAPP (ed). **Archaeologies of Landscape**. USA: Blackwell Publishers Ltd, 1999, p. 1-32.
- BANDEIRA, D. R. **Ceramistas pré-coloniais da Baía da Babitonga, SC**: arqueologia e etnicidade. 257f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.
- CARLE, M. B. **Prospecção arqueológica em área de futura implantação do condomínio residencial vertical denominado Vila do Mar – município de São Francisco do Sul (SC)** (Minha Casa, Minha Vida). Relatório Final. Brasil: Iphan, 2013.
- DRESLEROVÁ, D., DEMJÁN, P. Modelling prehistoric settlement activities based on surface and subsurface surveys. **Archaeological and Anthropological Sciences**, v.11, n.10, 2019, p.:5513–5537.

DIAS, Adriana S. **Sistemas de Assentamento e estilo tecnológico: uma proposta interpretativa para a ocupação pré-colonial do alto Vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul.** 2003. Tese (doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

MILHEIRA, R. G. **Arqueologia Guarani no litoral sul-catarinense: história e território.** 224f. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

NOELLI, F. S. A Ocupação Humana na Região Sul do Brasil: Arqueologia, Debates e Perspectivas – 1872-2002. **Revista da USP**, São Paulo, n. 44, p. 218-269, 1999-2000.

RIRIS, P. G. C. **Exploring the spatial structure of pre-Columbian cultural landscapes in the Alto Paraná (Misiones province, Argentina).** 354f. Tese (Doutorado em Arqueologia) – University of Southampton: Londres, 2014.

TILLEY, C. **A Phenomenology of Landscape.** Oxford/ Providence: Berg Publishers, 1994.

ZEDEÑO, M.I. Landscapes, land use, and the history of territory formation: an example from puebloan southwest. **Journal of Archaeological Method and Theory.** v. 1, n. 4, p. 63-103, 1997.

CODINOME MACUMBA: A VIDA NA TENDA DE NAÇÃO AFRICANA DO PAI OXALÁ E SUAS ESTRUTURAS SAGRADAS

Ingrid Adrielle de Souza Freitas Santana
Universidade Federal de Pelotas. E-mail: ingridsantana_25@hotmail.com

Palavras-chave: Batuque; Autoetnografia arqueológica; Arqueologia do Presente; Arqueologia Simétrica.

1. INTRODUÇÃO

Quando me propus a escrever a respeito da Umbanda Riograndina em meu trabalho de conclusão de curso, ainda não tinha me defrontado com o conceito de afecção que Favret-Saada (2005) nos coloca. Mas, nem por isso, deixei de me afetar, de forma tal, que vivi a Umbanda por um ano de minha vida – período também que fiz, como consta em minha monografia (SANTANA, 2014), meu “trabalho de campo”. A separação dualista da modernidade ocidental capitalista, imposta institucionalmente no modo de se fazer ciência, me fez querer abdicar de minha subjetividade, ressaltando o meu eu mais neutro possível, para que, academicamente, eu valesse alguma coisa. Desta forma e seguindo o que os meus próprios irmãos umbandistas diziam, segui para a fé batuqueira antes da defesa de meu TCC.

Enquanto arqueóloga, em ambas as práticas culturais- Umbanda e Batuque, deparei com materialidades, significados, gestos, sacralidade e riquezas culturais, todas estas, em geral, ignoradas e saneadas ao olhar científico tradicional. Decidi, assim, fazer minha dissertação de mestrado (defendida em 2019) a respeito do Batuque. Por ter sido, inúmeras vezes, violentada por almejar falar de meu próprio coletivo, passei a questionar a maneira de se fazer ciência, em especial a arqueologia. Quis mostrar, em meu trabalho, outros pluriversos para além do conhecimento acadêmico e busquei muito mais o enriquecimento e troca do saber de ambos- academia e Batuque- do que a imposição de um conhecimento hegemônico em detrimento dos outros.

2. METODOLOGIA

Assim sendo, realizei o que denominei autoetnografia arqueológica na Tenda de Nação Africana do Pai Oxalá, Casa de Batuque que irá completar sessenta anos e que também é a Casa que frequento enquanto filha de Santo. Questiono a própria noção do sujeito unívoco da modernidade (VERSIANNI, 2002) e parto do pressuposto de que o “auto” de autoetnografia não deve ser entendida enquanto posicionamento individualista, visto que, em nossa ontologia, nós, batuqueirxs, jamais somos um ou estamos plenamente sozinhos- algo que, a todo momento, ressalto em minha dissertação.

Construindo e trocando conhecimento com meus irmãos/irmãs e Mãe de Santo, passei a buscar, dentro do quadro teórico-metodológico da arqueologia, bases que pudessem me auxiliar a “traduzir” os conhecimentos percebidos enquanto ênicos para a arqueologia. Foi na arqueologia simétrica (GONZÁLEZ-RUÍBAL, 2006) que encontrei possibilidade de demonstrar a ação dos entes não-humanos e sua interação constante com os agentes humanos da Tenda.

Utilizando da arqueologia do presente, mostro as materialidades vivas e sagradas da Tenda e, partindo da crítica de González-Ruibal (2007) à etnoarqueologia, demonstro que arqueologia foi e é vetor importante para violências acometidas a populações que não compactuam com a ontologia moderno-ocidental. Demonstro, assim, a relevância político-social de minha profissão para que tornemos a arqueologia uma ciência mais simétrica, mais participativa, mais politicamente ativa.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tendo em vista a importância política e social da arqueologia e, confrontando a violência epistêmica, denuncio casos de violência a que fui submetida por ter minha cultura (de origem negra) e por *ousar* estudá-la. Minha dissertação, apesar de ter sido feita com muito amor, carrega, em si, uma revolta muito grande por tudo o que o meio arqueológico me fez passar. E, entendendo o meu próprio local de fala, sei que tive mais possibilidade de falar por ter pele clara, ainda que seja uma mulher negra. Questiono, portanto, quantos estudantes, das mais diversas culturas para além da ontologia moderna-ocidental, não sofrem os mesmos tipos de violência que fui submetida por almejar falar de meu povo e trazer mais conhecimento a respeito deste. Questiono, desta maneira, o racismo institucional da Academia e pergunto se, mesmo que tenhamos avançado através das cotas para alunxs negrxs, não estaríamos tentando fazê-lxs negar sua negritude, impondo máscaras brancas (FANON, 2016) para que tenham qualquer resquício de sucesso no meio acadêmico.

Receosa em nunca ser suficiente, por ser mulher, por ser negra de pele clara, por ter minha cultura, realizo meus primeiros dois capítulos, nos quais abordo a parte teórica-metodológica do trabalho, com o máximo de “dureza” possível, com a revolta, que guiou este primeiro momento, ao modelo perpétuo (que fundamentou atrocidades ao meu povo) de se fazer ciência. No terceiro capítulo, abordo o que denominei Caminho Sagrado da Tenda de Nação Africana do Pai Oxalá: caminho, especialmente, que nós- filhos de Santo, devemos percorrer ao chegarmos na Tenda.

O meu quarto capítulo e, possivelmente, o escrito com mais inspiração e que não foi composto, de forma alguma, apenas por mim (fui guiada pelos meus Orixás, especialmente pela minha mãe Iemanjá, pois eu ainda estava *em obrigação*), abordo a estrutura mais crucial de qualquer Casa de Nação (Batuque): o Quarto de Santo. Neste capítulo que, poderia facilmente, tornar-se, em si, uma dissertação, se o espaço e tempo da Academia permitissem, abordo os Orixás do Batuque, suas respectivas cores, suas obrigações, suas sacralizações, as materialidades rituais que são conexão entre nós e o sagrado (Quartinhas, velas, Ecós) e as materialidades que, vistas por um cientista sem qualquer afecção, seriam apenas “inertes”, mas que para nós não são apenas ativas, mas também são as partes mais essenciais da vida de qualquer “macumbeiro”: os Ocultás.

Sempre em relação de diálogo, fui questionando aquilo que poderia ou não ser contado, fotografado, relatado. Pois é *fundamento* nosso esconder certas informações e só revelar quando a interação entre filho/filha de Santo e seu respectivo Orixá esteja mais estreita. Vou, a todo momento, realizando uma arqueologia participativa, de agentes humanos (meus irmãos e irmãs de Santo e minha Mãe de Santo) e não humanos (Orixás, Entidades, Quartinhas, Ecós, Ocultás, imagens, estruturas) e altamente cognitiva.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chego à consideração (e espero, de coração, que esta jamais seja final) de que, para estudar o povo de Santo, é minimamente necessário afecção e, para compreender, de fato, é preciso cognição. É preciso sentir para entender. Ser para estar e estar para lutar. Minha Mãe Iemanjá me colocou entre esses dois mundos (a Academia e o Batuque) para questionar se existiriam de fato dois “mundos” ou se falta apenas interesse e esforço suficiente para a interação entre eles. O povo de Nação (Batuque), historicamente, é marginalizado em seu conhecimento: seja por chacotas, legitimando mais o nosso estigma (não é à toa que o nome de minha dissertação é “Codinome Macumba”, para enfrentar e ressignificar preconceitos que sofremos), seja por nos ignorar completamente.

Que possamos continuar realizando uma arqueologia mais equitativa, com mais simetria e com bastante afecção. Que, nós, negrxs, ao que estendo para outros povos também, não precisemos mais usar “máscaras” brancas para sermos de alguma forma legítimos e que não precisemos mais nos submeter, na arqueologia, a um modelo hegemônico de homens brancos, para termos algum direito de fazer ciência, buscar e trocar conhecimentos!

REFERÊNCIAS

- FANON, F. **Piel negra, máscaras blancas**. Espanha: Akal, 2016.
- FAVRET-SAADA, J. Ser afetado. **Cadernos de Campo**, n.13, p.155-161, 2005.
- GONZÁLEZ-RUIBAL, A. The Past is Tomorrow: Towards na Archaeology of Vanishing Present. **Norwegian Archaeological Review**, (39):2, 110-125, 2006.
- GONZÁLEZ-RUIBAL, A. De la Etnoarqueología a la arqueologia del presente. In: SALAZAR, J.; DOMINGO, I.; AZKÁRRAGA, J.; BONET, Helena (orgs). **Mundos tribales: uma visión etnoarqueológica**. Museu de Prehistória de Valencia, 2007. p. 16-27.
- SANTANA, I.A.S.F. **Gira de Caboclo na Umbanda Riograndina: Uma contribuição**. Trabalho de Conclusão de Curso, Rio Grande, 2014.
- SANTANA, I.A.S.F.. **Codinome Macumba: a vida na Tenda de Nação Africana do Pai Oxalá e suas estruturas sagradas**. Dissertação de mestrado, Pelotas, 2019.
- VERSIANNI, D. B. Autoetnografia: uma alternativa conceitual. **Letras de Hoje**. Porto Alegre. v 37, nº 4, p. 57 -72, 2002.

PERCEPÇÃO E APROPRIAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO DO VALE DO CATIMBAU PELOS POVOS INDÍGENAS KAPINAWÁ: UM ESTUDO SOB O OLHAR DA ARQUEOLOGIA PÚBLICA

Kássia Maria Queiroz da Silva*, Viviane Maria Cavalcanti de Castro** & Ricardo Pinto de
Medeiros***

Universidade Federal de Pernambuco
kassiaqueiroz@hotmail.com*, **vivianemcc@gmail.com,
***ricardopintomedeiros@gmail.com

Palavras-chave: Arqueologia Pública; Percepção; Sítios Arqueológicos; Comunidade; Kapinawá.

1. INTRODUÇÃO

O povo indígena Kapinawá localiza-se entre o agreste e o sertão de Pernambuco nos municípios de Buíque, Tupanatinga e Ibimirim, o processo de demarcação de suas terras teve início no fim da década de 1980 e início da década de 1990, até então os mesmos não eram reconhecidos como índios e ocupavam o território de forma livre e tradicional, hoje o essa etnia tem uma estimativa de 2297 habitantes distribuídas nas 11 aldeias localizadas em seu território demarcado, e contam ainda com várias aldeias em processo de demarcação. Os mesmos se reconhecem como uma nova rama dos índios Partioté também conhecidos como Paratio, que no século XVIII estavam aldeados na Serra dos Macacos (PALITOT ALBUQUERQUE, 2002).

O povo indígena Kapinawá tem suas terras demarcadas ao redor do Parque Nacional do Catimbau, e ainda hoje tem aldeias em processo de demarcação cujas se encontram dentro do território do PARNA do Catimbau, tendo um contato direto com os sítios arqueológicos. Esses espaço apresenta uma significância singular para eles, pois acreditam que a cultura material encontrada nesses sítios arqueológicos são heranças de seus antepassados, numa clara demonstração de apropriação cultural desses espaços.

Portanto, esta pesquisa teve como objetivo geral compreender a percepção dos povos indígenas Kapinawá em relação ao patrimônio arqueológico localizado em seu território e no Vale do Catimbau através das ideias da Arqueologia Pública. Especificamente pretendeu investigar o conhecimento do povo indígena Kapinawá sobre os sítios arqueológicos e compreender como os povos indígenas Kapinawá percebem o espaço dos sítios arqueológicos existente no PARNA, e em seu território.

2. METODOLOGIA

Para coletar os dados vou realizar entrevistas individuais utilizando a metodologia da história oral com 08 homens e 13 mulheres do povo Kapinawá entre as idades de 18 a 70 anos. E uma roda de conversa do 15 adolescentes do povo Kapinawá entre 12 a 18 anos de idade. Com o objetivo de entender a percepção deles para com os sítios arqueológicos da região.

Após a coleta dos dados foi realizado a transcrição do material e o mesmo foi dividido em três grupos etários:

- Grupo 1: pessoas de 12 a 17 anos;
- Grupo 2: pessoas de 18 a 39 anos;
- Grupo 3: pessoas de 40 anos em diante.

Esta divisão foi feita com o objetivo de conseguir identificar qual o conhecimento que as pessoas da mesma faixa etária têm sobre os sítios arqueológicos que estão em seu entorno e qual sua percepção.

Após a divisão dos grupos foi analisado os relatos de acordo com os seguintes

temas:

- Conhecimento de que existem sítios arqueológicos no entorno das aldeias,
- Como esses espaços são entendidos,
- A utilização dos espaços,
- As memórias relacionadas,
- A importância.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao analisar os dados coletados sobre a existência de sítios arqueológicos no território indígena Kapinawá e no PARNA do Catimbau, foi identificado nos três (3) grupos etários que a maioria (95%) tinha conhecimento da existência dos sítios arqueológicos e que em alguma ocasião já os tinha visitado.

No que diz respeito a como esses espaços são entendidos, podemos identificar que o grupo 1: achavam legal, interessantes e importantes (41%). Foi possível identificar que também percebiam os espaços dos sítios como sagrados (23%) para a realização de danças rituais, como morada dos antepassados (6%), e locais que guardam a história do povo Kapinawá (6%). No entanto, durante a roda de conversa houve quem optou por não se pronunciar (24%). Grupo 02: Foi possível observar que esse grupo percebe o espaço de três formas, como espaço sagrado (50%), como espaço de reafirmação da cultura e de sua identidade como índio (17%), e também como espaço onde se guarda a história de seu povo (33%), podendo assim reaver sua identidade e suas terras.

Grupo 03: Entendiam esses espaços como espaço sagrado ou como local para reafirmar a cultura do povo.

Em relação à utilização dos sítios arqueológicos foi afirmado que no passado os locais eram ocupados pelos seus ancestrais, que estavam ali de passagem, ou que ocuparam os sítios de modo mais contínuo. Citam as furnas existentes na região, e acreditam que a confecção das pinturas nos paredões de era um modo de se comunicarem entre si, de deixar algum tipo de aviso para outros bandos que passassem por aquela região, e ainda uma forma de deixar registrado aos futuros parentes.

No que diz respeito as memórias relacionadas aos espaços dos sítios arqueológicos, grupo 1: Não quis se pronunciar sobre as suas memórias pessoais. Essa questão pode estar atrelada a faixa etária dos narradores incluídos nesse grupo, no entanto, ao se referir a memórias adquiridas dos mais velhos, esse grupo afirma que os mais velhos do povo contaram muitas histórias referentes a esses espaços, em sua grande maioria, relatos voltados ao lado espiritual e que por este motivo não devem ser partilhados com os não índios. Outras memórias coletivas são sobre a luta pela retomada das terras que estavam com os invasores, que ao chegar ao Brasil perseguiram seus antepassados que resistiram em ficar na região, e que algumas famílias permaneceram morando nas furnas e foram exterminados pelos invasores e tiveram suas crianças mortas por cachorros.

Grupo 2: Em sua grande parte as memórias partilhadas estão voltadas a acontecimentos de suas infâncias, sobre visitas e brincadeiras nos sítios arqueológicos e nos arredores. As memórias adquiridas enquanto adultos não foram partilhadas por se tratarem de fortes experiências pessoais e relacionadas a momentos místicos os quais são fechados. Já no que diz respeito a memórias adquiridas dos mais velhos do povo o discurso apresentado é bem semelhante ao do primeiro grupo, sempre voltado a moradia de seus antepassados nas furnas, ao extermínio do povo pelos colonizadores e a retomada da terra. O processo da retomada da terra foi feito tendo como base um dos sítios arqueológicos, onde grande parte do grupo tinha a missão de dançar o toré e fazer ritual.

Grupo 3: As memórias partilhadas trás o tempo de infância, brincadeiras e os medos. Traz também acontecimentos vividos pelos mesmos no decorrer da retomada do território, os momentos de ritual e de toré dentro das furnas buscando força e esclarecimento. Em outros discursos foi possível identificar que existiam lembranças de momentos fortes, os quais não poderiam ser partilhados.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi identificado que todos os narradores, com exceção dos dois adolescentes que não tinham conhecimento da existência dos sítios arqueológicos na região, enxergam os sítios arqueológicos como marcos na história e cultura do povo Kapinawá. Justificaram suas falas no poder que os sítios arqueológicos têm de reafirmar a cultura do povo e ressaltam que esses espaços foram moradias de seus antepassados e, por isso, um testemunho de sua história, um marco que os antigos deixaram para eles, e que são espaços sagrados para a comunidade.

REFERÊNCIAS

PALITOT, Estevão Martins; ALBUQUERQUE, Marcos Alexandre dos Santos. **Relatório de viagem – Índios do Nordeste** (AL, PE, PB). LACED/UFRJ, 2002.

ARQUEOPOESIA: UMA PROPOSTA TEÓRICO-METODOLÓGICA DE RESISTÊNCIA À COLONIALIDADE

Lara de Paula Passos
Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: laradepaulapassos@gmail.com

Palavras-chave: Arqueopoesia; Descolonialidade; Ancestralidade;

1. INTRODUÇÃO

Eu não consigo pensar com tanto barulho que faz dentro da Universidade. Esse silêncio branco que me consome vem num zumbido contínuo, como o som da arma que matou Zumbi.

Eu só consigo pensar mediante a paz do som dos atabaques, das palmas compassadas. Ou do vento na mata, do som de chuva. Dos gritos de sol das crianças no rio. Eu só consigo pensar quando rio, e consigo ouvir outras além de mim nas gargalhadas.

Aqui eu não ouço o meu pensamento. Sequer aqui dentro ele vem me visitar. Eu procuro embaixo dos livros, atrás as cadeiras, nas citações dos artigos. Ele não aparece em nenhum lugar. Aqui eu quase não ouço o ecoar de tantas outras vozes negras acadêmicas que do lado de fora vem me contagiar.

Mas lá fora eu escuto! Lá fora eu escuto o som da rua, eu escuto a todas as mulheres-luas de quem um dia me falou Conceição Evaristo. Lá fora eu vejo com os ouvidos atentos, sedentos. Inundados com o saber que emana de cada ruído. Lá fora nunca é silêncio. É um eterno respiro Antigo.

Mas aqui dentro, aqui dentro é uma paz branda, tão branca quanto essas paredes. E suja de sangue e de gritos que ainda entopem os meus tímpanos.

Mas escuta bem o que eu digo, é só um aviso com tom de mandinga pra quebrar o feitiço dos murmúrios com benzeção e ladainhas:

mesmo que se finjam de surdos, meu caminho não é mudo. Enquanto estiver viva seguirei escandalosa, aqui dentro e lá fora. Por mim. Por nós. Até que se pinte de povo, que se ocupe de novo cada um desses altares. E que se façam viáveis, menos prisões e mais lares, finalmente: as universidades.

Com meu corpo-poema e minha *escrevivência*⁵, decidi fazer *vivenciência*⁶, afetando e sendo afetada pela minha própria trajetória *cientivivid*⁷. Tenho buscado encontrar onde esses fluxos se cruzam e conceituar o que chamei de *Arqueopoesia*. A utilização da linguagem poética enquanto recurso metodológico descolonial no fazer arqueológico, e não apenas como apreciação artística ou elemento estético. Durante a escrita de minha dissertação me aventurei por essas águas, sem a pretensão de esgotar o assunto ou mesmo de delimitá-lo por completo, mas criar subsídios para o posterior florescimento de uma ideia ainda em germinação. Nesta apresentação, busco demonstrar a conceituação do termo, as aplicações e alguns resultados alcançados.

Como estudos de caso são utilizados exemplos do projeto “Archeo La Caroline – Lavi nou Gangan”, na Guiana Francesa; e o levantamento bibliométrico das disciplinas

⁵ Ver EVARISTO, 2007.

⁶ Palavra da autora.

⁷ Palavra da autora.

obrigatórias dos cursos de pós-graduação em Arqueologia no Brasil.

2. METODOLOGIA

A Arqueopoesia se encontra situada dentro de uma encruzilhada teórica, sendo alimentada por muitas contribuições precedentes. Assim, pretendo apresentar uma discussão embasada na genealogia conceitual onde replico algumas criações pregressas para tentar apresentar o termo e sua lógica de pensamento, bem como seus comprometimentos e intersecções.

Os cinco maiores pilares de sustentação da Arqueopoesia são: o Pretuguês e a Amefricanidade (GONZALEZ, 1981, 1988), a escrevivência (EVARISTO, 2007), a objetividade corporificada (HARAWAY, 1995), a arqueologia descolonial afrocentrada (HARTEMANN & MORAES, 2018; BATTLE-BAPTISTE, 2011) e a Arqueologia Indígena (ATALAY, 2006, 2012; HARRIS, 2015; MILLION, 2005; TUHIWAI SMITH, 1999).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa encontra-se em processo de andamento, estando no momento mais articulada com a proposição metodológica e a instigação de discussões que permeiam as esferas abordadas (arqueologia, poética ancestral e descolonização do saber) que necessariamente uma apresentação de resultados práticos, e sim possíveis aplicabilidades.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecimento científico põe atrás o que a tradição afrodiaspórica sempre deixou à frente, e aí reside a importância de um fazer que se predispõe a ser contrário à colonização do saber. A minha forma de produzir conhecimento e adquirir conhecimento foi normatizada, no entanto, o meu ser busca se conectar com suas raízes e me mostrar o caminho de volta para casa: a palavra. O movimento que cabe na palavra. A poética que há na dança que gira essas duas coisas. A gira, o Xirê.

A existência de iniciativas dissidentes ao percurso acadêmico imposto pelo saber formal colonizado (aqui ilustrado a partir da análise da grade obrigatória curricular do sistema de ensino da Arqueologia no Brasil e, em especial, a pós-graduação) demonstram uma insatisfação com os mecanismos arbitrários desse tipo de reprodução do conhecimento hegemônico, e abrem caminho para novas experimentações e contribuições para o campo da arqueologia.

REFERÊNCIAS

- ATALAY, Sonya. Indigenous archaeology as decolonizing practice. **The American Indian Quarterly**, 2006. 30 (3–4), 280–310.
- ATALAY, Sonya. **Community-based archaeology**: Research with, by and for indigenous and local communities. Berkeley: University of California Press. 2012.
- BATTLE-BAPTISTE, Whitney. **Black Feminist Archaeology**. Walnut Creek, California, Left coast press. 2011.
- EVARISTO, Conceição. “Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita”. Belo Horizonte: Mazza. 2007.
- GONZALEZ, Lélia. Folhetim. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 22 nov, p.4. 1981.
- GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, v. 92, n. 93, p. 69-82, 1988.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cad.Pagu** (5), p.7-41. 1995.

HARRIS, Heather. Indigenous worldviews and ways of knowing as theoretical and methodological foundations for archaeological research. In Claire Smith & Hans Martin Wobst (eds.), **Indigenous Archaeologies: Decolonizing Theory and Practice**. Routledge, pp. 30-37. 2015.

HARTEMANN, Gabby. **Voltar, contar e lembrar de Gangan**: por uma arqueologia griótica afrodecolonial em Mana, Guiana. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia – habilitação em Arqueologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2019.

MILLION, Tara. Developing an Aboriginal Archaeology: Receiving Gifts from the White Buffalo Calf Woman. In SMITH Claire & Hans Martin WOBST (orgs), **Indigenous Archaeologies: Decolonizing Theory and Practice**. Routledge, p.43-55. 2005.

TUHIWAI SMITH, Linda. **Decolonizing Methodologies**: research and indigenous peoples. Otago: University of Otago Press. 208p. 1999.

OFICINA CAMADAS SIMBÓLICAS DA MATERIALIDADE: RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA E SUAS FORMAS DE HABITAR

Louise Prado Alfonso* & Melina Monks da Silveira**
Universidade Federal de Pelotas. E-mail: louiseturismo@yahoo.com.br*,
**melimonks@gmail.com

Palavras-chave: Arqueologia da arquitetura; Terreiros; Patrimônio Cultural; Comunidades tradicionais.

1. INTRODUÇÃO

O trabalho tem como objetivo relatar as experiências da oficina realizada para o II Ciclo de Oficinas do curso de Arqueologia da Universidade Federal do Rio Grande - RS (FURG) intitulada "*Camadas Simbólicas da Materialidade: Religiões De Matriz Africana e suas formas de habitar*". A oficina teve como objetivo propor reflexões sobre as religiões de matriz africana e suas relações com a cidade, a partir da arqueologia da arquitetura. Partindo de uma desconstrução de dicotomias, como material e imaterial, natural e cultural, que pautam os debates e políticas públicas relacionadas ao patrimônio, procuramos olhar de forma crítica para as seleções de espaço, tempo e grupos nas narrativas oficiais sobre as cidades.

O patrimônio cultural está atrelado a certas dicotomias tradicionais, através de uma seleção nada ingênua, tanto de espacialidades quanto de temporalidades. Por muito tempo esta escolha esteve diretamente relacionada a uma elitização do patrimônio, sendo a narrativa representa apenas a matriz cultural europeia, reduzindo o patrimônio cultural de uma sociedades às expressões dessa matriz, no caso brasileiro, predominantemente a portuguesa (FONSECA, 2003). Em Pelotas-Rs, a narrativa escolhida é pautada na construção dos casarões em estilo eclético, relacionados aos grandes produtores de charque do passado. Centrada apenas em seus aspectos arquitetônicos, os aspectos simbólicos relacionados a essas edificações apontam apenas para a história de famílias dos charqueadores e suas formas de habitar. A imagem construída do termo patrimônio histórico pelas políticas públicas de patrimônio, conduzidas pelo Estado, está assim, longe de refletir a diversidade. Ao longo do tempo, a busca tem por estratégias de inclusão e valorização de narrativas de outros grupos nessas políticas públicas, grupos que, constantemente, foram invisibilizados. Partimos de uma reflexão sobre o contexto de Pelotas, para debater as invisibilidades em Rio Grande - RS.

A proposta foi embasada por debates da Arqueologia da Arquitetura. Esta, quando pensada a partir de abordagens alternativas, pode auxiliar na desconstrução de práticas conservadoras de ambas as áreas (Arqueologia e Arquitetura), pautadas em um discurso hegemônico respaldado pela ciência ocidental. Ela nos permite analisar edificações a partir de um olhar mais amplo e diverso, valorizando outros estilos, períodos e aspectos simbólicos antes deslegitimados pelas narrativas oficiais e políticas patrimoniais. Para ZARANKIN (2001), a arquitetura possui intenções e conotações ideológicas, um olhar a partir da arqueologia pode possibilitar análises sobre a arquitetura relacionando-a à seu contexto histórico, social e simbólico. Estas análises podem desvelar, por exemplo, relações de poder e conotações ideológicas, importantes para pensarmos as relações sociais ao longo do tempo, pois um dos principais mecanismos para garantir o funcionamento do poder é a sua capacidade para controlar o espaço (FOUCAULT, 2014). Estes foram os pressupostos teóricos que guiaram a organização da oficina.

2. METODOLOGIA

A atividade teve como proposta uma oficina participativa dividida em duas partes: debates teóricos e visita técnica ao Reino de Oxalá e Ogum. Os debates teóricos partiram da apresentação de um breve histórico do conceito de patrimônio, sua transformação e apresentação de exemplos regionais. Posteriormente, foi apresentado o estudo de caso do dossiê de patrimonialização da Comunidade Beneficente Tradicional de Terreiro Caboclo Rompe Mato Ile Axé Xangô e Oxalá (CBTT). Então, foram propostos debates pensando a realidade de Rio Grande. Na parte da tarde, a atividade foi no Reino de Oxalá e Ogum, onde Pai Ronei de Oxalá recebeu o grupo, explanou o africanismo nas religiões, suas formas de compreender aquele espaço e nos acompanhou em uma visita pela casa. Durante a visita, os/as participantes da oficina desenvolveram croquis representando os espaços e suas relações simbólicas. O grupo foi formado por estudantes de antropologia, arqueologia e lideranças locais dos movimentos negros e de religiões de matriz africana.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os debates teóricos possibilitaram um diálogo entre estudantes de Antropologia e Arqueologia e as comunidades de terreiro. Um participante trouxe para o debate as lutas das lideranças ao longo do tempo, representada na transformação da forma como as casas se auto reconhecem, de religiões de matriz africana passando a se considerarem povos tradicionais de terreiro, como uma estratégia de sobrevivência. Justificou que possuem língua própria, relações com o sagrado, formas de resguardar valores que vieram do continente africano e contribuíram para a cultura, rituais e utilização de recursos naturais. Destaca que tudo é sagrado, “a natureza não está separada da vida e do corpo”. Apontou que possuem uma visão de mundo diferente, que precisa ser compreendida, pois respalda outra forma de viver. Falaram sobre os atuais processos de formação dos roteiros negros de Rio Grande. A partir do estudo de caso da CBTT foi possível uma reflexão sobre as edificações dos terreiros enquanto elementos de extrema importância. Estas edificações vão muito além envolvem uma gama de simbolismos que estão intrínsecos a materialidade, pautados em outras ontologias e formas de ver o mundo.

Já a visita técnica ao Reino propiciou uma experiência prática para o grupo. No salão principal da casa foi realizada a conversa com Pai Ronei de Oxalá. A casa possui salas diferentes, cada uma com sua funcionalidade. O salão sagrado é utilizado somente para rituais, toques e danças para os orixás. O quarto de santo foi detalhado evidenciando sua materialidade e a diferença de sua concepção para cada nação. As salas específicas para o Ifá, onde cada liderança tem a sua. Também ressaltou que há uma preocupação com o ambiente onde será preparado o alimento, pois trata-se de um elemento fundamental para estas religiões.

Durante a conversa, destacaram a importância de “calçar” a casa. O calçamento envolve, por exemplo, a distribuição de milho pelo salão. Quando questionamos o que seria calçamento, nos disseram que tratava-se de um rito para segurança, de uma firmeza espiritual para o terreiro. Podemos fazer uma analogia com o calçamento de edificações, que serve dar estabilidade para uma construção, reforçar as fundações. Se foi a população negra quem construiu a cidade, será que os saberes relacionados à construção não influenciaram os termos e as construções simbólicas das casas? O termo “calçar” não estaria relacionado ao calçamento simbólico que reforçaria as fundações dos terreiros, assim como o calçar proposto pela engenharia? As reflexões sobre o terreiro se ampliaram para debates sobre as formas de habitar a cidade pautadas nestas cosmologias. Pai Ronei e Mãe Geny D'Oyá destacaram a importância do Mercado Público, trata-se de lugar de trocas, do dinheiro, além de representar um cruzeiro, pois possui quatro entradas. Destacamos o simbolismo pautado nos espaços arquitetônicos, na planta com quatro acessos. As taquaras da Praça Tamandaré foram relacionadas à Oyá.

Quanto à proposta de elaboração de croquis pelo grupo, analisamos que a maioria dos desenhos não apresenta pessoas, mesmo tendo sido elaborados durante a nossa presença no espaço. Em sua maioria, a representação continua sendo a convencional, delimitados pelas paredes de peças retangulares. O detalhamento se deu nos objetos e em sua distribuição no espaço, muito mais do que nas representações a partir da fala da liderança, de como aquele lugar era vivido e concebido. Elementos como fluxos de energias foram inseridos nos croquis, porém não em propostas diferentes de compreensão do espaço, a partir de outra ontologia, das cosmologias das religiões de matriz africana apresentadas pelo interlocutor. Pai Ronei destaca as camadas de piso da casa, primeiramente de chão batido, depois tábua, parquet e agora piso cerâmico. Nossa busca, tem sido pelas camadas simbólicas da materialidade dos terreiros, que se apresentam tão evidentes quanto as camadas de piso, porém tão difícil de serem representadas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Identificamos dificuldades de antropólogos/as e arqueólogos/as em buscar outras possibilidades de representação do espaço, ainda fizeram representações gráficas pautadas, por exemplo, nas paredes do terreiro. Existe a representação de energias, mas esta é ínfima perto do destaque que se dá à materialidade. Destacamos a importância desse tipo de oficina para pensarmos outras formas da Arqueologia da Arquitetura, objetivando a ampliação do olhares das/os estudantes/as para outras ontologias sobre o lugar, bem como, a aproximação e fortalecimento de parcerias com as comunidades de terreiro, atendendo a tríade pesquisa, ensino. Aproximar os estudos das religiões de matriz africana aos estudos da Arqueologia da Arquitetura, nos permite relacionar a distribuição das funções rituais nos espaços arquitetônicos, bem como compreender suas camadas simbólicas, valorizando suas formas diversas de habitar a cidade e possibilitando a compreensão destas casas enquanto lugares de referência cultural.

REFERÊNCIAS

- FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, v. 28, 2003.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis (RJ): Ed. Vozes, 2014.
- ZARANKIN, Andreas. **Paredes que domesticam: Arqueologia da Arquitetura Escolar Capitalista: O caso de Buenos Aires**. Tese (doutorado) - UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, São Paulo, 2001.

**PYRRHYCHE: A DANÇA EM ARMAS NA OBRA DE ATENEU DE NÁUCRATIS
(SÉC. II-III D.C.)**

Luís Giovani Castro* & Fábio Cerqueira
Universidade Federal de Pelotas. E-mails: *giovanicastro38@gmail.com,
**fvergara@ufpel.edu.br

Palavras-chave: Antiguidade; Dança Pírrica; Iconografia;

1. INTRODUÇÃO

A comunicação será sobre nossa pesquisa de dissertação de mestrado, cujo objeto é a dança pírrica (dança em armas), existente na Grécia antiga. Como fonte principal utiliza-se Ateneu de Náucratis, que contempla o tema na obra *Deipnosophistai* (*Banquete dos Sofistas*), do final do século II d. C, ainda não traduzida para o português. Este autor comenta práticas de dança em armas ainda existentes em sua época, mas as aborda pela tradição que remonta ao período clássico grego, conforme erudição alimentada por autores a que teve acesso ao seu tempo. Na interface entre diferentes tipos de documentação, estuda-se o tema em perspectiva cronológica ampliada, visto que a fonte do período imperial ecoa tradições de conhecimento coreográfico de sete séculos.

Utilizam-se catalogações e pesquisas de historiadores (as) e arqueólogos (as), como Jean-Claude Poursat, John Boardman, e outros, dedicadas ao tema da dança pírrica que propiciam cruzamento de informações com outros tipos de fontes. A literatura antiga fornece elementos importantes para esta análise, com textos filosóficos, como Platão e Xenofonte, e ficcionais, como Aristófanes, Sófocles e Eurípedes. Além destes “testemunhos literários” (conceito de Giovannangelo Camporeale, 1997: 12), há os testemunhos iconográficos, em pinturas de vasos áticos nas técnicas de figuras negras e figuras vermelhas (séc. VI – V a.C.).

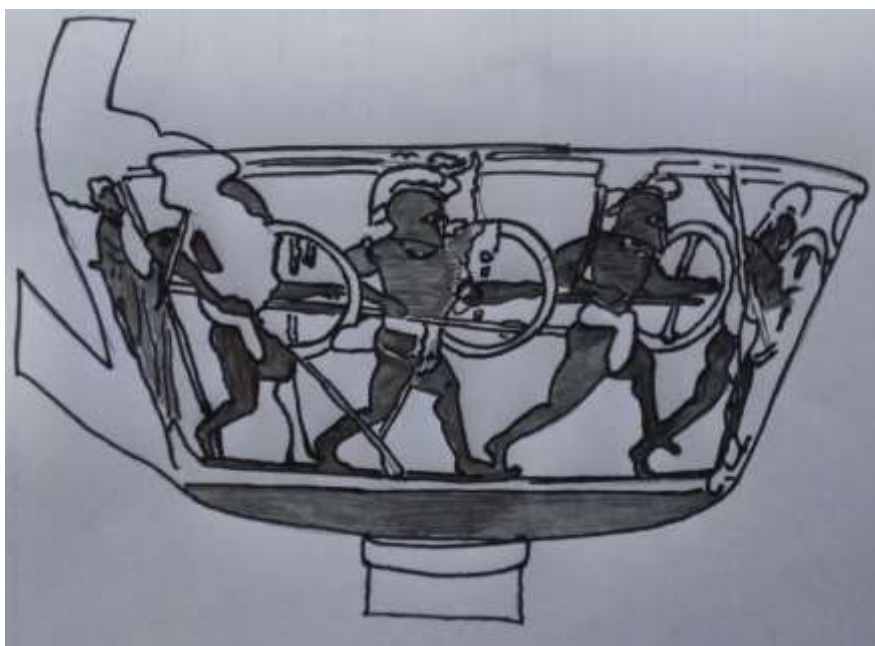
2. METODOLOGIA

Aplicar-se-á a metodologia de análise comparativa entre os conceitos da historiografia e os conteúdos específicos sobre a Pírrica (Alexandra Goulaki-Voutira, Stella Douka, Paola Ceccarelli, entre outros). Observe-se que tais pesquisas recorrem à iconografia, o que requer análise de conteúdo propiciada por bibliografia específica, como Fábio Cerqueira (2004) e Lidianie Carderaro Santos (2015). Como referencial teórico, utiliza-se Roger Chartier (2009).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A dança pírrica teria sido criada pelos deuses, e ensinada a Pirro (pseudônimo de Neoptólemo, filho de Aquiles), ao final da guerra de Tróia (CECCARELLI, 2004: 92) para cumprir as profecias que o anunciavam como imprescindível na tomada da cidade. A Pírrica sai da mitologia quando passa a figurar em textos científicos e artísticos da Antiguidade, em tratados filosóficos e em imagens pintadas em cerâmica, executada que era em festivais e competições, e outros eventos. Esta dança de guerra tinha fundamental importância na percepção dos atenienses sobre si mesmos (CECCARELLI, 2004: 118).

Figura – Cântaro de uma alça, *Cabinet des Médailles*, 355, ABV 346/8. CV III, pranchas 71, 2, 4 e 6.⁸



Fonte: POURSAT, 1968: 562.

O estudo da iconografia começa com a fase artística (formação das grandes “coleções” de cerâmica ática, séc. XVI e XVIII), seguida da fase exegetica (simbolismo funerário, metade inicial do século XIX), a fase da crítica histórica e a fase do atribucionismo (CERQUEIRA, 2004: 2-5). Uma questão encontrada na iconografia da fase artística ao presente é a oposição entre cenas de deuses e heróis (personagens não divinos, mas idealizados) *versus* cenas da vida quotidiana. A cada fase, a interpretação própria da relação divino/quotidiano estava no cerne da sua leitura das imagens (CERQUEIRA, 2004: 9). Ateneu, igualmente, traz os enfoques do divino e do quotidiano. Aí vê-se a interrelação, quando Pirro, um mortal, filho de um semideus, personifica uma atividade criada por deuses.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As evidências na iconografia e na literatura mostram diversos aspectos da dança pírrica, bem como suas finalidades. O uso como treinamento para a guerra, como recurso educacional, como ritualística voltada ao divino, como competição, participação em festivais, e ainda sua performatização por mulheres, como atrativo em simpósios ou fator de valorização de *hetairas*.

Parte fundamentadas em mitos (que mesmo sendo ficção permitem analisar aspectos de identidade de uma sociedade do passado), parte em textos científicos antigos, e parte ainda na iconografia, todas estas evidências permitem que se aprofunde conhecimentos sobre a cultura clássica através desta atividade singular que é a dança pírrica.

REFERÊNCIAS

Fontes Iconográficas

BOARDMAN, John. **Athenian Red Figure Vases Classical Period**. New York: Thames & Hudson, 1989.

⁸ O desenho utilizado neste artigo foi elaborado pelo autor, com a técnica de decalque à mão.

POURSAT, J. C. Les representations de danse armée dans la céramique attique. **Bulletin de Correspondances Helléniques**, 92, 1968, p. 550-615.

Bibliografia

ATHAENAEUS OF NÁUCRATIS. **The Deipnosophists**. Disponível em:

<http://www.attalus.org/old/athenaeus>. Acessado em 27 jul. 2017.

CAMPOREALE, G. **La danza armata in Etruria**. MEFRA 99, p. 11-42, 1997.

CECCARELLI, P. **Dancing the Pyrrhiche in Athens**. in Music and the Muses. Oxford, 2004, p. 91-117.

CARDERARO SANTOS, Lidianne Carolina. **Do Encanto à Hybris - Representações de seres mitológicos com atributo musical na pintura de vasos gregos**. Dissertação de Mestrado em Estudos Clássicos. Universidade de Coimbra. 2015.

CERQUEIRA, Fábio Vergara. O testemunho da iconografia dos vasos áticos dos séculos VI e V a.C.: fundamentação teórica para sua interpretação como fonte. **História em Revista**, 10, 2004. Disponível em:

www2.ufpel.edu.br/ich/ndh/downloads/historia_em_revista_10_fabio_cerqueira.pdf.

Acessado em: 27 jul. 2019.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

DOUKA, Stella; KAÏMAKAMIS, Vasilios. PAPADOPOULOS, Panagiotis.

KALTSATOU, Antonia. Female Pyrrhic Dancers in Ancient Greece, **STUDIES IN PHYSICAL CULTURE AND TOURISM**, 15, 2, 2008, 95-100.

GOULAKI-VOUTIRA, A. Pyrrhic Dance and Female Pyrrhic Dancers. **Revue internationale d'iconographie musicale**, 21, 1, 1996, p. 3-12.

NAS PAREDES DAS CABINES DOS BANHEIROS PÚBLICOS MASCULINOS: ARQUEOLOGIA DAS EXPRESSÕES DO PRAZER E DO ÓDIO

Luiz Augusto Fonseca Duarte Junior
Universidade Federal de Pelotas. E-mail: luizjuniobio@gmail.com

Palavras-chave: Banheiros; Grafitos; Arqueologia Urbana; Territorialidade sexual; LGBTs.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo fazer uma discussão sobre formas de expressão e comunicação dentro dos banheiros públicos masculinos, a partir de referenciais teóricos e metodológicos da Arqueologia. Este debate foi iniciado pelo projeto de extensão Mapeando a Noite: o universo travesti, que se insere no âmbito do projeto de pesquisa Margens: grupos em processos de exclusão e suas formas de habitar Pelotas do Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos (GEEUR) do Departamento de Antropologia e Arqueologia da UFPel. Este texto procura apresentar alguns primeiros resultados da pesquisa sobre grafitos em banheiros públicos. Embora a comunicação digital tenha extrema importância nos dias de hoje, os banheiros públicos nunca perderam sua importância em relação à comunicação formal e informal entre as pessoas. Os grafitos encontrados nas cabines dos sanitários são materialidades que agem no estabelecimento de relações sociais, elementos que possibilitam a comunicação entre pessoas anônimas, porém em interação através de diálogos ou agendamento de encontros. Paredes e portas se tornam, dessa maneira, uma ferramenta para formação de uma rede de contatos homoeróticos e afetivos. Neste sentido, podemos perceber que, apesar do uso intenso das redes sociais e da chamada era digital, a forma “analógica” de se marcar encontros ainda é muito utilizada, em especial, em vários espaços localizados no município, como é o caso dos banheiros da Universidade Federal de Pelotas e da Rodoviária Municipal.

O banheiro, dessa maneira, é uma forma de burlar a repressão sobre a comunidade LGBT, suas predileções sexuais, seu corpo e suas formas de interação com outros corpos dentro de uma sociedade preconceituosa e conservadora. Como afirma Ferreira Damião (2009): “a existência de normas e a repressão sobre a manipulação do corpo fazem do banheiro público um local de transgressão, de ruptura e de liberdade”, ou seja, é uma territorialização do corpo e do desejo erótico a partir das manifestações escritas e artísticas dentro de um espaço público reservado. Dentro da história do corpo e da higiene, os banhos públicos em saunas, banheiros ou quartos reservados, mostram um cuidado com as “vergonhas”, a partir da ideologia da higienização (LIMA, 1996), contudo esse zelo também guarda as suas ambiguidades, pois foram esses locais os mais propensos para o desvelamento do amor erótico. Ao pensar a contemporaneidade, a qual conta com diversas ferramentas de comunicação, pode-se perceber uma vigilância ou certo moralismo sobre as práticas sexuais e aquilo que se faz com o próprio corpo, levando o banheiro a ser o protagonista da liberdade de expressão sexualizante de rostos anônimos.

2. METODOLOGIA

A metodologia aplicada foi a análise dos grafitos nos banheiros masculinos, tanto da Rodoviária quanto da Universidade Federal de Pelotas e a realização de um levantamento de imagens, a partir da fotografia dos grafitos, usando apenas o celular, no modo silencioso. Dessa forma foi possível atentar para as particularidades dos grafitos em cada local e evidenciar as expressões de territorialidade sexual desses homens.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Percebemos, assim como apresentado anteriormente, que os banheiros são locais de liberação do corpo e seus usos, bem como um local para territorialidade do desejo erótico e homoafetivo através do agendamento de encontros, discussões sobre a vida desses personagens e seus gostos. Assim, o banheiro cumpre um papel que vai além da necessidade fisiológica, em se tratando desses espaços públicos, que se cruzam com a privacidade do grafito na cabine reservada, pois nesse espaço é possível perceber a liberdade de expressão de sexualidade e desejo, daquilo que flui do corpo social. Nesse sentido, os grafitos são parte de uma memória materializada e das vivências que ali passaram e passam, das resistências cotidianas que ali são articuladas (SOUZA, 2013, p. 141). Ao analisarmos os grafitos, fica nítida essa territorialidade sexual por meio de escritos, desenhos e desabafos. Sendo assim, esse espaço mostra-se como uma possibilidade expressiva para as intimidades dos corpos sociais da cidade, um eco para as inquietações, sensibilidades, indo além de um ato de vandalismo, como explicita Otta & Teixeira (1998). Na maioria dos banheiros visitados, números de celular e e-mails se faziam presentes, de forma marcante, pois são elementos de extrema importância para essa comunicação entre os homens que ali frequentam, com a intenção do ato sexual. Nas cabines da rodoviária, o diálogo se dá por troca de mensagens escritas nas paredes e portas, os frequentadores marcam por ali mesmo os encontros ou até trocas de farpas. Pudemos perceber também a sobreposição de grafitos, o que evidencia um diálogo entre as pessoas em diferentes temporalidades. Como exemplo, citamos um primeiro grafito que diz: “Procuro homens de preferência negos, mais velhos e ativos....sexo real”. Na sequência, outra pessoa respondeu: “Sou nego, 184 de alt, 21 cm de pica...vc toma gala?” O primeiro segue o diálogo: “até a última gota...vem que to te esperando...me chama no zap xxxxx4556”. O segundo dando sequência: “vou te chama no zap sua putinha”. Por fim, o primeiro finaliza a conversa com a seguinte informação: “<3”.

A despreocupação com a ortografia é notável entre eles, dado evidenciado em quase todas as cabines da Rodoviária, diferentemente dos banheiros da universidade, onde a escrita “correta” é uma constante. O uso de canetas esferográficas de várias cores foi evidenciado em todas as cabines.

Além do uso de canetas de tintas coloridas, tinta guache e, até mesmo, batom e lápis de olho foram encontrados. Além dos grafitos em busca de sexo e encontros, também se fazem presentes nesses diálogos manifestações de ódio e preconceito. Segue diálogo encontrado no banheiro de um dos prédios da Universidade: “Se você for homem discreto e tiver afim de um sexo gostoso e prazeroso, pois deixe aqui seu whats”. Com a seguinte resposta: “SEU VIADO DE MERDA... AQUI É LUGAR DE MACHO E NÃO DE FRESCO. SEU EU TE ENCONTRAR, VOU TE ENCHER A PORRADA”. Na sequência, uma terceira pessoa entra na conversa: “VÊI TEMOS QUE MATA ESSES PUTÃO. VAMO DESCOBRI ESSA MARICA E FUDE ELE A SOCO”. Destacamos que essas frases foram escritas em letras maiúsculas neste texto, pois assim constam no banheiro. Essas demonstrações de violência no ambiente universitário nos fazem pensar sobre o papel da universidade na luta contra a LGBTfobia, sobre a importância de políticas voltadas para o acolhimento das comunidades LGBTs.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estes foram alguns primeiros resultados evidenciados pela pesquisa. Os banheiros públicos estão longe de serem locais usados apenas com a finalidade de atender necessidades fisiológicas, são espaços de sociabilidade e comunicação entre pessoas de diferentes classes sociais, etnias e formas de vivenciar o mundo, que se aproximam, em sua maioria, para a prática de sexo e encontros casuais, expressando dessa maneira o desejo erótico e homoafetivo. Notamos a intensidade dos grafitos, mesmo em banheiros recém

pintados, o que evidencia que o número de adeptos das cabines como ferramenta voltada para encontros é significativo e constante. É importante compreendermos esses grafitos a partir da Arqueologia Urbana (SOUZA, 2013), para entendermos as dinâmicas de ocupação do espaço pelos LGBTs na cidade. Entendermos como essas comunidades LGBT habitam a cidade, como a constroem a partir de suas dinâmicas, além de funcionar como uma ferramenta interessante para a inclusão destes grupos e para a luta contra a LGBTfobia.

REFERÊNCIAS

- FERREIRA DAMIÃO, Natália; PLAZA TEIXEIRA, Renata. Grafitos de banheiro e diferenças de gênero: o que os banheiros têm a dizer? **Arquivos Brasileiros de Psicologia**. V. 61, N. 2, 2009.
- LIMA, Tania Andrade. Humores e odores: ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro, século XIX. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**. V. 2, N. 3, p. 44-94, 1996.
- OTTA, Ema; TEIXEIRA, Renata Plaza. Grafitos de banheiro: um estudo de diferenças de gênero. **Estudos de Psicologia**. V.3, N. 2, p. 229-250, 1998.
- SOUZA, Rafael de Abreu. Pixações sob a ótica da Arqueologia Urbana. **Revista de Arqueologia Pública**. V. 8, p. 135-156, 2013.

ARQUEOLOGIA SOB UMA PERSPECTIVA QUEER: IMPORTÂNCIA E DESAFIOS DA PESQUISA

Manuela Costa Valle Tuerlinckx

Universidade Federal de Pelotas. E-mail: manuelatuerlinckx@gmail.com

Palavras chaves: Queer; gênero; interseccionalidade; identidade.

1. INTRODUÇÃO à uma teoria que (pode) liberta(r)

Sabe-se que o processo de inclusão pode, muitas vezes e em muitos âmbitos, ser doloroso, e é nesse momento que a ciência deve entrar em campo e cumprir o seu papel. A pesquisadora pode não ter consciência, ou até mesmo noção, do poder de alcance da sua pesquisa. Os livros didáticos chegam a todos os cantos e para todas as idades (em tese) e, nesse sentido, uma história mal contada pode disseminar-se por gerações e tornar-se parte do senso comum e popular, disseminando racismo, misoginia, homofobia, entre tantos outros preconceitos.

Quando me refiro a uma teoria que pode libertar, refiro-me à Teoria Queer. Em primeiro lugar, explico: o verbo “poder” não faz parte da sentença por acaso. Toda e qualquer teoria que liberta também tem a capacidade de aprisionar, se esta, por sua vez, não carregar consigo três conceitos fundamentais – raça, gênero e classe. A Teoria Queer foi pensada para descategorizar, sobretudo, processos sexistas no mundo moderno ocidental.

Sob a necessidade de construir um pensamento não- opressivo, Teresa de Lauretitz e Glória Anzaldúa introduzem ao meio acadêmico a Teoria Queer em 1980, revolucionando a academia. Surgem, também nesse contexto, a arqueologia de gênero e a arqueologia feminista, sob o pretexto de sede por mudar repetições de padrões normativos e patriarcais. Enquanto a crítica feminista desafia a norma sexista e androcêntrica, a Teoria Queer amplia um pouco mais o panorama de desafios, repensando outras formas de normatização e categorização.

2. DESCONSTRUIR PARA CONSTRUIR

À medida que percebemos que a sociedade está construída sob bases heteronormativas, entendemos que toda nossa percepção sobre o passado pode estar equivocada. Nesse sentido, utilizo o conceito de Judith Butler (1999) dos corpos adjetos, no qual a autora reitera que as normas silenciam. Assim, os corpos relevantes são aqueles que seguem as normas, ou seja, corpos brancos, masculinos e heteronormativos. Os demais são adjetos, não importam. Dito isso, tenciono a reflexão: quem faz a arqueologia? Quais corpos são os detentores do “saber”? Os corpos que produzem a ciência buscam, nela, se reafirmar?

Segundo Thomas Dowson (2000), a arqueologia ainda é feita por muitos homens brancos, cis e héteros, e são essas realidades que serão retratadas em seus trabalhos/pesquisas. Por isso, o poder discursivo da arqueologia é patriarcal, por conta das impressões que essas pessoas heteronormativas dão a ela. A partir dessa discussão, é compreensível o porquê da categorização sexual na disciplina e o motivo desta ainda existir de maneira tão persuasiva. Inventar (ou tornar) corpos padronizados para validar a pesquisa é um método ainda utilizado, contudo, a arqueologia queer está disposta a destruir essa metodologia cheia de equívocos.

Não existe uma tabela para padronizar corpos e sexualidades, justamente por existirem infinitas possibilidades, tanto no mundo moderno como no mundo não moderno. Desconstruir esses métodos que normatizam parece ser uma saída para transformar a

arqueologia que categoriza em uma disciplina que liberta os corpos dos padrões sociais que tanto oprimem.

3. DISCUSSÃO E FINALIZAÇÃO

O binarismo na ciência impossibilita que identifiquemos corpos que estão além da dicotomia feminino ou masculino, bem como impossibilita o entendimento das diferenças dos corpos e as infinitas possibilidades que elas representam. Assim como a sexualidade não pode ser categorizada, corpos e comportamentos também não podem se enquadrar em normas e padrões modernos. Corpos não carregam gênero nem sexualidade. Além disso, corpos não são imutáveis – pelo contrário, corpos estão em transformação a todo o momento.

Ao longo de toda discussão aqui proposta, compreende-se que a arqueologia, como parte da história, cumpre, para além do papel acadêmico e científico, um importante papel social. Enquanto houver legitimação da disciplina mediante padrões heteronormativos sobre o passado, haverá, no presente, comportamentos homofóbicos validados pela ciência. É nesse sentido que a arqueologia e a pesquisa arqueológica devem atuar, a fim de quebrar padrões que são normativos e opressores, tanto no passado como no presente. A arqueologia queer tem a possibilidade de dar um sentido extremamente humano para a pesquisa, visto que esta pode fazer diferença na vida das pessoas.

Contudo, realizar uma pesquisa assim não é tarefa fácil. A arqueologia queer, situada em um campo bastante novo, se mostra ainda um grande desafio. Devemos, como pesquisadoras, repensar e reconhecer nossos privilégios, para, então, desconstruir todas as categorizações sociais e culturais. Por fim, é necessário desconstruir métodos e suposições, para, dessa forma, construir novos métodos que permitam incluir todxs nas histórias contadas.

REFERÊNCIAS

- AIMERS, James; RUTECKI, Dawn M. Brave New World: interpreting sex, gender, and sexuality in the past. **The SAA Archaeological Record**, v. 16, n. 1, p. 12-17, 2016.
- BLACKMORE, Chelsea. How to queer the past without sex: queer theory, feminisms and the archaeology of identity. **Archaeologies**, v. 7, n. 1, p. 75-96, 2011.
- COBB, Hannah. Bodies that matter? Examining prehistory from a queer perspective. In: **Conference Proceedings-Thinking Gender-the NEXT Generation**. 2006.
- DOWSON, Thomas A. Why queer archaeology? An introduction. **World Archaeology**, v. 32, n. 2, p. 161-165, 2000.
- ESPINOSA-MIÑOSO, Yuderlys. Una crítica descolonial a la epistemología feminista crítica. **El cotidiano**, n. 184, p. 7-12, 2014.
- FERNANDES, Estevão Rafael. Decolonizando sexualidades: Enquadramentos coloniais e homossexualidade indígena no Brasil e nos Estados Unidos. 2015.
- GONTIJO, Fabiano. Biologia, direito, perspectiva queer e intersexualidade. **Teoria Jurídica Contemporânea**, v. 3, n. 1, p. 120-139.
- GONTIJO, Fabiano de S.; SCHAAN, Denise P. Sexualidade e Teoria Queer. **Revista de Arqueologia**, v. 30, n. 2, p. 51-70, 2017.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos pagu**, n. 5, p. 7-41, 1995.
- OYĚWŪMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêtricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. **CODESRIA Gender Series**, v. 1, p. 1-8, 2004.
- PRECIADO, Beatriz. Multidões queer: notas para uma política dos "anormais". **Revista Estudos Feministas**, v. 19, n. 1, p. 11-20, 2011.

RIBEIRO, Loredana. Crítica feminista, arqueologia e descolonialidade. **Revista de Arqueologia**, v. 30, n. 1, p. 210-234, 2017.

RUTECKI Dawn, & BLACKMORE, Chelsea. Towards an Inclusive Queer Archaeology an Overview and Introduction. **The SAA archaeological record**. Vol. 16. 2016.

DA CHARQUEADA A LEITARIA: AS MODIFICAÇÕES NA PAISAGEM

Marcela dos Santos Dode

Universidade Federal de Pelotas. E-mail: marcela_santos_dode@hotmail.com

Palavras-chave: Passo dos Negros; paisagem; leitaria;

1. INTRODUÇÃO

O Passo dos Negros é uma localidade na cidade de Pelotas que se encontra entre as margens do canal São Gonçalo e o arroio Pelotas. No século XVIII e XIX, era um local onde pessoas escravizadas e tropas de gado embarcavam e desembarcavam, tendo como destino as várias charqueadas localizadas no Canal São Gonçalo, entre o arroio Pelotas e o arroio Santa Barbara. Segundo Ester Gutierrez (2001:153) nas margens do canal São Gonçalo haviam três charqueadas entre o arroio Pelotas e o Passo dos Negros. Elas possuíam poteiros ao fundo, no meio estrutura de olaria, pomares e horta. Às margens do canal situavam-se a casa de moradia e a fábrica de charque, exatamente como descrito no registro de imóveis da 1ª Zona de Pelotas quando da aquisição da propriedade, em 1949, por Sezenando Souza dos Santos. Diferentes sucessões e ocupações marcam a propriedade e com o tempo muitas transformações ocorreram, deixando marcas na paisagem tanto física, quanto social e simbólica.

O objetivo desse trabalho é focar na leitaria que esteve presente nessa paisagem de 1949 a 1973, tinha como proprietário Sezenando Souza dos Santos. Esta leitaria estava localizada nas margens do Canal São Gonçalo. O presente trabalho pretende mostrar outras temporalidades que não o período das charqueadas, demonstrando a importância social, econômica e simbólica dessa localidade e focar no estudo da paisagem e as transformações que ocorreram na leitaria, onde havia uma das duas charqueadas de Antônio José da Silva Maia.

Segundo informação oral de familiares do proprietário da leitaria essa tinha a função de moradia e de sustento dos familiares, Bem como, servia como local de eventos sociais como o casamento de seus filhos e reuniões de amigos, segundo THIESEN (2009: 154): “A paisagem é também um objeto social, que se compõe de uma imensa rede de significações, que nos cabe interpretar”.

Cabe destacar que, este trabalho, está sendo desenvolvido como parte da pesquisa de conclusão de curso (TCC) para obtenção do título de Antropóloga, com linha de formação em Arqueologia, no Bacharelado em Antropologia da UFPel. Encontra-se vinculado ao projeto de Pesquisa Margens: grupos em processo de exclusão e suas formas de habitar Pelotas. Bem como, ao projeto de extensão Narrativas do Passo dos Negros: um exercício de etnografia coletiva para antropólogos/as em formação. Ambos vinculados ao Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos (GEEUR).

2. METODOLOGIA

Para coletar os dados e atingir os objetivos os materiais e os métodos utilizados são: entrevista com familiares do proprietário da leitaria, pesquisa em fotografias e documentos de propriedade dos familiares, pesquisa em cartórios de registro de imóveis de Pelotas, análise de mapas antigos e imagens do Google Maps, imagens de droner, uso de GPS, análise de estruturas arquitetônicas remanescentes na propriedade onde era a leitaria, bibliografia próprias sobre o assunto, e observação participante.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa encontra-se em fase de coleta de dados em cartório e entrevista com familiares de Sezenando. Em pesquisa bibliográfica e em pesquisa em cartório, entre as várias charqueadas que existiam às margens do Canal do São Gonçalo, pode-se constatar que duas eram de propriedade de Manoel Soares da Silva (GUTIERRES, 2005:153) e uma de Jacinto Mendonça. Com a morte de Manoel Soares da Silva seus bens foram divididos entre os herdeiros, sendo um dos beneficiados seu genro Antônio José da Silva Maia (Figura 1). Por diversos negócios de compra e venda, essa propriedade chegou a Sezenando Souza dos Santos, no ano de 1949.

Figura 1: Localização da propriedade de Antonio José da Silva Maia



Fonte: Gutierrez, 2005.

Em relação às entrevistas realizadas até agora, os familiares de Sezenando relataram como se configurava a propriedade, como eram distribuídas as edificações dentro da propriedade e os alguns locais que consideraram como marcos paisagísticos, tanto físicos, como simbólicos. Um deles é o algibe que era um marco na paisagem da leitaria não só física mas também social e simbólica era o local de captação de água para uso doméstico esse processo se dava através da captação da água da chuva que caía no telhado era coletada através de calhas que caíam em pequenas caixas e ali drenavam para o interior do algibe e posteriormente iam para o uso doméstico.

Sendo assim, esse marco paisagístico desempenhava uma função não só física, como reservatório de água doméstica, como também social e simbólico pois era uma forma de sobrevivência da família. Ele era um marco tão importante naquela paisagem que por ocasião de uma grande seca, segundo relato de um neto de Sezenando ele diz:

Lembro dessas funções todas lembro uma vez houve uma grande seca e ai seco o algibe ai o vô pediu pros bombeiros levarem água ai foi o caminhão dos bombeiros lá mais foi na metade d' água os cara não sabiam que o algibe era tão grande ai quando chegaram lá os cara disseram puxa a gente achava que era bem menos...e botaram água lá pra dentro e ficaram até de levar mais e não levaram, que acho que depois choveu e aquilo tinha em toda a volta da casa tinha aquelas calhas com captação da água era aquelas telhas, a casa era duas águas o telhado e aquelas telhas de, capa e canal que chama né.

Outro marco na paisagem lembrado por uma filha de Sezenando eram as figueiras, onde segundo ela relata: “os churrascos na figueira, eram tradicional no dia primeiro de Janeiro, neste dia acontecia uma grande festa para a família e alguns amigos”, era onde também se realizavam eventos sociais, como casamentos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados encontram-se ainda em fase de coleta e de análise. Entretanto, considerando que as modificações sofridas pelo local da antiga charqueada e posterior

leitaria, não estão vinculadas apenas a sua mudança funcional, entende-se que a paisagem se constrói e se modifica de acordo com circunstâncias tanto individuais, sociais, como políticas (THIESEN, 2009:153).

REFERÊNCIAS

GUTIERREZ, E. J. B. **Negros, Charqueadas e Olarias**: um estudo sobre o espaço pelotense. 2ª ed. Pelotas: Ed. Universitária/UFPEL. 2001.

THIESEN, Beatriz Valladão. Invisibilidade, memória e poder: a identidade imigrante e a construção da paisagem da cidade – Rio Grande (RS). **Métis**: história & cultura. Caxias do Sul. v.8, n16. 143-155,2011.

A CERÂMICA PAULISTA E O APAGAMENTO EPISTEMOLÓGICO DAS MULHERES TUPINIQUIM NA CAPITANIA DE SÃO VICENTE, BRASIL

Marianne Sallum*, Hyrma Ioris** & Francisco Silva Noelli***

*marisallum@usp.br

Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, Brasil

****hyrma.ioris@outlook.com**

Universidade Metropolitana de Santos, Brasil

***francisconoelli@edu.ulisboa.pt

Universidade de Lisboa, Portugal

1. INTRODUÇÃO

Nosso objetivo é compreender a persistência de práticas cerâmicas que chegaram até hoje, a partir da relação entre partes dos Tupiniquim e dos portugueses a partir de 1502, em um processo colonial ímpar no Brasil. Neste contexto, as mulheres mantiveram a autonomia que tinham antes de 1500, assim permanecendo até o século 18, quando a crescente imigração de portugueses causou mudanças que reconfiguraram a composição sexual diante de novas normas de hierarquia e submissão coloniais na maioria dos núcleos urbanos e onde prosperaram plantations (FIGURA 1). Contudo, as mulheres das comunidades agroflorestais mantiveram algumas estratégias de autonomia, tanto que nas últimas décadas as novas gerações assumiram a luta por igualdade, educação e diversidade de gênero. Além de conhecimento e autonomia, elas definiram sociabilidades para articular comunidades de práticas, incorporando outras pessoas, diferentes significados e outros materiais e tecnologias. Elas optaram pela mudança; adequaram-se para persistir (SALLUM; NOELLI, 2020).

Figura 1. Área inicial de produção da cerâmica paulista.



O processo de formação das comunidades começa com as mulheres Tupiniquim e o seu papel ímpar no estabelecimento de alianças sociais, diferenciação de gênero e relações de produção (CONKEY, 2003). Elas criaram e produziram materialidades, como as vasilhas cerâmicas, estabelecendo um modo de compartilhar diversos saberes e linguagens que conectaram gerações. Essa cerâmica foi primeiro definida pela perspectiva etnográfica nos 1960 (SCHEUER, 1976), chamada de “cerâmica popular de São Paulo”. Scheuer ofereceu informações sobre as ceramistas, processos de transmissão de conhecimentos e o seu contexto de produção, assim como a descrição da cerâmica de oito comunidades. Também fez um inventário da memória genealógica, com uma linhagem mulheres que recuava a 1850, fato confirmado pelos dados arqueológicos de Peruíbe, que alcança o século XVII (SALLUM, 2018). O importante é que Scheuer evidenciou ação e a prática das mulheres, desconhecidas da academia naquele momento, apesar de suas cerâmicas terem sido

coletadas para alguns museus de São Paulo. O fato é que antes deste projeto, não se conhecia a longa trajetória dessa cerâmica. Verificamos a existência de um processo histórico de cinco séculos de transmissão de conhecimento entre as gerações de comunidades de práticas de mulheres, começando com as Tupiniquim, passando para as suas descendentes com os portugueses e para as mulheres que vieram de fora.

2. METODOLOGIA

Nós: i) analisamos 3 mil fragmentos e vasilhas semi-inteiras do sítio arqueológico Ruínas do Abarebebê, no Museu Histórico e Arqueológico de Peruíbe e no MAE-USP; ii) visitamos 37 museus (SP, PR, RJ e MS) e analisamos 230 vasilhas (187 tupiniquim, 54 “cerâmica popular de São Paulo”); iii) iniciamos trabalho de campo etnográfico com ceramistas nas cidades onde Scheuer pesquisou, em busca de dados tecnológicos e memórias; iv) lemos fontes escritas publicadas e inéditas, a maioria sobre São Paulo (séculos XVI, XVII e XVIII); v) começamos um banco de dados sobre a linguagem da cerâmica e dos seus usos em São Paulo e Paraná (SCHEUER, 1976) e Portugal (BUGALHÃO; COELHO, 2018; FERNANDES, 2012).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nós revisamos a definição Scheuer, por termos encontrado registros que a conectar inequivocamente as ceramistas do século XX com a Tupiniquim. Nós a definimos como cerâmica paulista (NOELLI; SALLUM, 2019): “cerâmica comum portuguesa apropriada e transformada no século XVI pelas Tupiniquim da área de São Vicente, para uso nos assentamentos coloniais e reproduzida até o presente na região sudeste de São Paulo”. Esta definição está embasada no registro arqueológico das vasilhas escavadas em Peruíbe e nas publicadas bibliografia, nas coleções de museus e no processo histórico de formação colonial. A cerâmica foi produto da relação e troca de conhecimentos e tecnologias num contexto particular que levou à formação dos primeiros núcleos coloniais, na área entre os assentamentos entre São Vicente e Itanhaém. E a sua persistência resultou do: 1) consumo integrado ao estilo de vida agroflorestal autodeterminado e autossustentado dos Tupiniquim no interior da Mata Atlântica; 2) renovada decisão de manter a cerâmica, transmitindo conhecimentos entre as gerações. Consideramos que a persistência não é sinônimo de continuidade, pois engloba mudanças (SILLIMAN, 2009). Ela articula intencionalmente “certas práticas e identidades relativas à luz de novas economias, políticas e realidades sociais... unindo efetivamente passado e presente numa dinâmica e inquebrável trajetória” (PANICH; ALLEN; GALVAN, 2018:11-12).

O apagamento epistemológico não foi apenas dxs arqueólogxs, mas também dxs historiadorxs e etnógrafxs. Não houve um interesse em analisar mais amplamente as fontes escritas, as próprias pessoas e suas memórias. Pudemos conferir em campo que as mulheres ceramistas do presente possuem memórias que recuam ao século 19, ao mesmo tempo em que os livros de cartório e das igrejas permitem mapear as genealogias das suas ancestrais a períodos muito mais recuados. Também é possível tentar conferir as genealogias a partir do século XVI. As fontes escritas registram a partir do século 18, por todo o sudeste de São Paulo e nordeste do Paraná, inúmeros locais no interior da floresta habitados pelos chamados “antigos paulistas”, não fluentes em português, e que não produziam intensamente para o comércio, com poucos dados quantificáveis para estudos de interesse econômico e que não venderem sistematicamente a sua força de trabalho, geralmente ficaram fora das estatísticas oficiais.

Um relato de 1820 retrata o assentamento e estilo de vida agroflorestal: “um mísero casebre feito de varas fincadas umas ao lado de outras e que davam passagem ao vento e à chuva. Algumas panelas e esteiras eram tudo que havia na casa, e seus moradores estavam

cobertos de andrajos” (SAINT-HILAIRE, 1851). Este viajante, assim como os arqueólogos e outros acadêmicos, ignoraram a vida autossustentada de pessoas que dependiam apenas de si próprias, dos seus conhecimentos e das suas redes locais de colaboração. Estereotipou-as como metonímia de pobreza e da perda cultural; o despojamento e aparência de suas residências como metáfora da indolência e da miséria.

De fato, as suas residências eram biodegradáveis e deixaram como evidência somente os escombros dos seus fornos e dos acúmulos de restos de vasilhas quebradas durante o processo produtivo ou do seu uso. De certa forma essas pessoas não precisaram de ninguém para emergir do apagamento. Elas deixaram pilhas de descartes que constituíram a paisagem, marcas eloquentes da sua prática autodeterminada. A persistência dessas práticas prosseguirá enquanto as mulheres continuarem produzindo a cerâmica paulista.

REFERÊNCIAS

- BUGALHÃO, J.; COELHO, I. Cerâmica Moderna de Lisboa: proposta tipológica. I Encontro de Arqueologia de Lisboa: Uma Cidade em Escavação. **Anais...**Lisboa: Imprensa Municipal/Câmara Municipal, 2018.
- CONKEY, M. Has Feminism Changed Archaeology? **Journal of Women in Culture and Society**, v. 28, n. 3, 2003.
- FERNANDES, I. **A loiça preta em Portugal**: Estudo histórico, modos de fazer e de usar. Minho: Universidade do Minho, 2012.
- NASCIMENTO, H. Cerâmica Folclórica em Apiaí. **Revista do Arquivo Municipal**, n. 186, p. 45–121, 1986.
- NOELLI, F. S.; SALLUM, M. A cerâmica paulista: cinco séculos de persistência de práticas tupiniquim em São Paulo e Paraná, Brasil. **Mana**: Estudos de Antropologia Social, v. 25, n. 3, p. 702–742, 2019.
- PANICH, L. M. Archaeologies of Persistence: Reconsidering the Legacies of Colonialism in Native North America. **American Antiquity**, v. 78, n. 1, p. 105–122, jan. 2013.
- PANICH, L. M.; ALLEN, R.; GALVAN, A. The Archaeology of Native American Persistence at Mission San José. **Journal of California and Great Basin Anthropology** |, v. 38, n. 1, p. 11–29, 2018.
- SAINT-HILAIRE, A. DE. **Voyage dans les provinces de Saint-Paul et de Sainte-Catherine**. 1. ed. Paris: Libraire-Éditeur, 1851.
- SALLUM, M. **Colonialismo e Ocupação Tupiniquim no litoral sul de São Paulo**: uma história de persistência e prática cerâmica. [s.l.] Universidade de São Paulo, 2018.
- SALLUM, M.; NOELLI, F. S. An Archaeology of Colonialism and the Persistence of Women Potters’ Practices in Brazil: from Tupiniquim to Paulistaware. **International Journal of Historical Archaeology**, p. 1–25, 2020.
- SCHEUER, H. **Estudo da cerâmica popular do Estado de São Paulo**. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1976.
- SCHEUER, H. L. **A Tradição da Cerâmica Popular**. São Paulo: Escola de Folclore/Editora Livramento, 1982.
- SILLIMAN, S. Change and Continuity, Practice and Memory: Native American persistence in colonial New England. **American Antiquity**, v. 74, n. 2, p. 211–230, 2009.

O COMPLEXO INDUSTRIAL DO ENGENHO PEDRO OSÓRIO A PARTIR DA ARQUEOLOGIA DA ARQUITETURA

Melina Monks da Silveira
Universidade Federal de Pelotas. E-mail: melimonks@gmail.com

Palavras-chave: Arqueologia da Arquitetura; Arquitetura industrial; Engenho Pedro Osório; Engenho de arroz; Passo dos Negros.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca analisar as estruturas do Engenho Pedro Osório, em Pelotas, no Rio Grande do Sul, a partir da abordagem da Arqueologia da Arquitetura. O Engenho Pedro Osório foi fundado em 1922, mais especificamente no Passo dos Negros, situado às margens do Canal São Gonçalo, pelo Coronel Pedro Osório no ciclo econômico do arroz e contava com uma Vila Operária, que cedia moradias para seus/suas funcionários/as, uma escola e também o campo do Osório Futebol Clube, a fim de garantir o controle sobre eles/as (SILVEIRA e COSTA, 2018).

A partir da abordagem da Arqueologia da Arquitetura, podemos entender as técnicas que o poder disciplinar exercia sobre as experiências individuais e coletivas, construindo visões de mundo e diferentes formas de resistir, em uma paisagem que age como produtora de hierarquias entre os/as próprios/as trabalhadores/as (COSTA et. al, 2018). O objetivo é entender como essas construções relacionadas ao Engenho possuem relações com a disciplinarização empregada pelo Coronel Pedro Osório, e como a materialidade atua como um dispositivo de poder que opera na reprodução do sistema capitalista. E, estabelece uma articulação entre passado e presente, desconstruindo a visão de tempo linear.

2. METODOLOGIA

A organização do espaço onde estamos inseridos pode nos dizer muito da sociedade. A arquitetura é a materialização dessa ordem espacial e são tanto produtos de determinado contexto social, como são vetores de relações sociais. A arquitetura possui intenções e conotações ideológicas e analisar a arquitetura e seu contexto histórico, social e simbólico (ZARANKIN, 2001) é importante para entender essas relações.

Para isso, foram analisadas as construções relacionadas ao complexo industrial do engenho e suas distribuição espacial no entorno do prédio principal. A escolha da disposição dessas edificações estão ligadas à essas relações simbólicas. Um dos principais mecanismos para garantir o funcionamento do poder é a sua capacidade para controlar o espaço (FOUCAULT, 2014).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As funções básicas geradas das atividades do Engenho estavam diretamente ligadas ao trabalho, educação, moradia, lazer e circulação. Todas essas atividades foram pensadas e implantadas com o intuito de controlá-las. O edifício sede do Engenho foi implantado na beira do canal São Gonçalo para facilitar a circulação de matéria prima e mercadorias, onde possuía um pequeno porto particular. A escola foi implantada logo no acesso da planta do complexo industrial, criando uma sensação de segurança para os trabalhadores, pois seus filhos estariam estudando próximos aos seus postos de trabalho (Figura 1).

Figura 1 – Distribuição das edificações no espaço do Passo dos Negros.



Fonte: Elaborado pelas autoras a partir do mapa base do Google. Fotos: Autoras e Neab.

Relacionando com essas múltiplas marcas e redes, os espaços arquitetônicos do complexo industrial foram estrategicamente pensados para atuar como um aparelho de disciplinarização e vigilância da vida cotidiana dos/as funcionários/as, até mesmo nas horas de lazer que o futebol proporcionava. Trabalhadores/as estes/as que continuam morando no Passo dos Negros, mesmo após a falência do Engenho, e reafirmam seus sentimentos de pertença ao lugar, ao apropriar-se e defender o patrimônio industrial (SILVEIRA e COSTA, 2018).

O engenho encerrou suas atividades em 1994 e atualmente o complexo industrial ainda persiste na paisagem, mas em processo de arruinamento. O Engenho Pedro Osório e a Vila Operária e está cadastrado no Inventário do Patrimônio Histórico e Cultural da cidade, fazendo parte da área de especial interesse cultural, AEIAC e compreende um dos Focos Especiais de Interesse Cultural - FEICs, os quais possuem delimitação e caracterização descritas: II - Engenho Pedro Osório e Vila Operária: Composto pela área do antigo Engenho Coronel Pedro Osório e parque São Gonçalo e pela Vila Operária, em um raio de 200m do centro do prédio do engenho.

Perceber que existe intencionalidades no entorno das edificações, que desenrola suas vidas cotidianas e seus dispositivos de poder, pode ser algo perigoso para o controle do sistema. A partir da arqueologia da arquitetura abre-se mão de abordagens reducionistas, que veem a arquitetura apenas de uma forma funcionalista e utilitarista, nublando a relação entre esta e a sociedade da qual faz parte (ZARANKIN, 2001).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que o ordenamento espacial dessas estruturas do complexo industrial do Engenho Pedro Osório foi intencionalmente projetado para agir como um instrumento de vigilância, controlando os modos de viver dos/as funcionários/as, até mesmo nos horários de lazer no campo de futebol. As intencionalidades ao se projetar e pensar esses espaços escapam em uma análise funcional e estética dessas arquiteturas. Através das memórias dos

moradores/as e as reminiscências que persistem na paisagem, podemos analisar que essa disposição está relacionada à disciplinarização e controle desses moradores, em todas as suas tarefas do dia.

A formação e a produção do espaço urbano da cidade de Pelotas foi diretamente influenciada por todo esse complexo de comercialização e produção do arroz. E, a partir da construção desse passado no presente, podemos entender o complexo industrial do Engenho como referência cultural, que já é reconhecido pelos moradores do Passo dos Negros, que olham as ruínas com afeto e contam suas histórias.

REFERÊNCIAS

- COSTA, Vanessa Avila; SILVEIRA, Melina Monks da; SILVA, Matheus Fernandes; ALFONSO, Louise Prado. Arqueologia da Vila Operária do Passo dos Negros: o cotidiano no complexo do Engenho Pedro Osório. **[Anais do] XI Encontro da Sociedade de Arqueologia Brasileira**. SAB – SUL; Orgs. Mirian Carbonera et. al. Videira: Êxito , 2019.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: Nascimento da prisão. Editora Vozes. Petrópolis/RJ. 2014.
- SILVEIRA, Melina Monks da; COSTA, Vanessa; ALFONSO, Louise Prado. As Vivências Cotidianas Dos Trabalhadores e Trabalhadoras Do Engenho Pedro Osório Pelo Olhar Da Arqueologia Da Arquitetura. **II Encontro Internacional de Pesquisa em Ciências Humanas**. BasiBooks. Pelotas/RS. 2018
- ZARANKIN, Andreas. **Paredes que domesticam**: Arqueologia da Arquitetura Escolar Capitalista: O caso de Buenos Aires. Tese (doutorado) - UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, São Paulo, 2001.

PENSANDO A EDUCAÇÃO COMO LIBERTADORA: UMA PROPOSTA DE OFICINA DIASPÓRICA EM UM CURSO POPULAR

Milena Rosa Araújo Ogawa* & Maria Clara Lysakowski Hallal**
Universidade Federal de Pelotas. E-mails: *ogawa_milena@hotmail.com.br,
**clarahallal@hotmail.com

Palavras-chave: Resistência; Arqueologia; História.

1. INTRODUÇÃO

Pretendemos apresentar os resultados da oficina “Somente um olhar para 1808? A vinda da família real ou as formas de resistências dos escravizados no período joanino e imperial”. A escolha de transformar a aula em uma oficina buscou possibilitar uma atividade diferenciada às/aos educandas/os, tendo como premissa os próprios conhecimentos e discussões apresentadas por elas/es, para então, o lançamento de questionamentos pelas mediadoras, as quais obtiveram respostas instigantes e que serão expostas ao longo do trabalho.

A atividade foi desenvolvida na aula de História do Curso Pré- Universitário Popular UP, Capão do Leão/RS, vinculado ao Programa de Auxílio ao Ingresso nos Cursos Técnico e Superior (PAIETES) da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e da Prefeitura do Capão do Leão-RS no prédio do Centro de Referência da Juventude (CRJ), Capão do Leão. Ao longo de toda a disciplina é aferida uma documentação – escrita e/ou cultura material

– para análise. Essa proposta, de maneira alguma, visa ilustrar o conteúdo, mas oportunizar que as/os estudantes observem cada suporte de maneira específica, percebendo peculiaridade nas informações que cada categoria pode oferecer. Também destacamos que a proposta educacional do curso é refletida a partir da educação libertadora, que nas palavras de bell hooks⁹, seria:

A educação com prática da liberdade é um jeito de ensinar que qualquer um pode aprender. Esse processo de aprendizado é mais fácil para aqueles professores que também crêem que sua vocação tem um aspecto sagrado; que crêem que nosso trabalho não é o de simplesmente partilhar informação, mas sim o de participar do crescimento intelectual e espiritual dos nossos alunos. Ensinar de um jeito que respeite e proteja as almas de nossos alunos é essencial para criar as condições necessárias para que o aprendizado possa começar do modo mais profundo e mais íntimo (HOOKS, 2013,p.25).

Dessa maneira, acreditando que cada educando apresenta um ponto de vista (Cf. Alison Wylie, 2017). Operacionalizamos fomentar a sensação de pertencimento da identidade local e questioná-las/los sobre o (re)pensar a transformação social.

2. METODOLOGIA

As aulas de História estão pautadas em documentações de fontes primárias, destacamos duas experiências: a saída de campo para o sítio arqueológico do Pontal da Barra (Pelotas-RS) com o Prof. Dr. Rafael Guedes Milheira (Universidade Federal de Pelotas-UFPel) e a aula-palestra “O Brasil antes de Cabral: breve introdução à arqueologia brasileira” da professora convidada Dra. Carolina Borges (Universidade Federal Rural de Pernambuco- UFRPE) que trouxe cerâmica guarani, quebra coquinho, mão de pilão,

⁹ O nome de bell hooks é um pseudônimo utilizado pela autora e solicitado para ser redigido em caixa baixa para romper com as normas acadêmicas e não dar ênfase a pessoa e sim ao conteúdo que visa trabalhar.

cachimbo, bola de boleadeira, machado, raspador, machado de mão e réplica de ponta de flecha, apresentando uma história indígena brasileira sobre a perspectiva decolonial dos “500 anos de História”.

Destacamos a cultura material, como uma nova forma de ensino- aprendizado mais crítico, pautado na perspectiva de que a/o aluna/o observe as edificações, os objetos em geral e as demais documentações de forma mais ampla, aguçando a curiosidade e as/os instigando a pensar como e por quê existem determinados acessos a grupos sociais distintos, assim como, os modos de produção também são variados, construídos e organizados em cada sociedade e períodos histórico. Assim, essa oficina buscou trabalhar com pinturas, desenhos, relatos de viajantes e matérias de jornal que serão apresentadas na próxima seção.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A oficina ocorreu no dia 28 de agosto de 2019, em dois períodos de 50 minutos, tendo 3 recortes, no primeiro houve uma exposição do contexto histórico, “a vinda da família real” trabalhando o bloqueio continental, as relações estratégicas entre Portugal e Inglaterra e os elementos agregadores que a maior parte dos livros didáticos empregam ao mostrar a mudança na paisagem ocasionada pelos portugueses como a ampliação das ruas, iluminação e questões de higiene. Em um segundo momento houve uma série de perguntas às/aos educandas/os: existiu algum impacto ambiental na cidade do Rio de Janeiro? Onde as pessoas que moravam lá foram parar? Quem era a “mão de obra” da sociedade.

No terceiro momento ocorreu a respostas aos questionamentos e a entrega de 12 documentos, destacamos três que proporcionaram muitas questões: a) Aquarela (48 x 30,5 cm) de E. Loeillot, 1835 (Domínio público, Biblioteca Nacional Digital), b) Aquarela (15,7 x 21,6 cm) de Jean-Baptiste Debret. 1827 (Domínio público, Museu Castro Maya) e c) Reclame publicado no dia 24 de maio de 1830, Jornal do Commercio (Fundação Biblioteca Nacional).

Os alunos antes das questões pontuavam apenas os escravizados com tom de “piedade” e pelo viés dos castigos. Ao longo da roda de conversa e com diversas explicações sobre estratégias de resistências como o banzo, infanticídio, suicídio, fugas, formação de quilombos e o momento da alimentação com uso paidêutico de transmitir estratégias de resistências (Cf. Loredana Ribeiro, 2017) o discurso começou a permear o tom laudatório, nas palavras das/os alunas/os: “nossa, profe, pode crer, é claro que eles não iam só apanhar, eles formavam uma família mesmo com sangue diferente cuidavam de todo mundo, tipo a gente na vila”

Destacamos que a disciplina visa uma leitura diaspórica que busque “desenvolver explicações em comum para abordar o racismo, bem como recuperar as estratégias de resistência e luta das mulheres negras e indígenas, visando seu registro como protagonistas e sujeitos históricos” (CARDOSO, 2014, p. 968).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da oficina percebemos a interação dos alunos não só com o conteúdo, mas relacionando o momento pretérito com o presente e com as suas vivências. Observamos que o assunto foi problematizado mediante um novo olhar, não como de avanços tecnológicos trazidos por uma família, mas como um genocídio aos povos do nosso passado originário e com olhar sobre os desdobramentos do processo de escravização, que até hoje se materializa no racismo cotidiano brasileiro.

REFERÊNCIAS

Iconográfica:

DEBRET, Jean-Baptiste. Aquarela (15,7 x 21,6cm). Domínio público, Museus Castro Maya, 1827.

JORNAL DO COMMERCIO, Reclame. Fundação Biblioteca Nacional, 24 de maio de 1830.

LOEILLOT, E. Aquarela (48x30,5cm). Domínio público, Biblioteca Nacional Digital, 1835.

Bibliografia:

CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 965-986, Dec. 2014.

Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300015>>. Acesso em: 10 ago. 2019

hooks, Bell. **A educação como prática da liberdade**. 1ª edição. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2013, 283p.

MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 74, p. 107-123, Mar. 2006. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002006000100007>> Acesso em 31 ago. 2019.

RIBEIRO, Loredana. Da praça à cozinha, passando pela sala de jantar: gênero, raça e classe na Pelotas do século XIX-e depois. **Vestígios-Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, v. 11, n. 2, p. 77-105, 2017. Disponível em:<<https://seer.ufmg.br/index.php/vestigios/article/view/10446>> Acesso em: 10 ago. 2019.

UMA ARQUEOLOGIA DO URBANO NA AMAZÔNIA

Newan Acacio Oliveira de Souza

Universidade Federal do Rio Grande. E-mail: newansouza@outlook.com

Palavras-chave: Arqueologia do Contemporâneo; Paisagens; Planos Diretores; Macapá.

1. INTRODUÇÃO

Estudar a cidade, suas diferentes compreensões e representações a partir de uma Arqueologia do Contemporâneo (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2006; LEITON, 2009; TRAMASOLI, 2017) nas cidades contemporâneas é explorar aspectos que vão além de concepções como *cota positiva e negativa*. É adentrar os conflitos, as formas de controle e a pluralidade de visões e discursos sobre determinadas realidades.

Esse trabalho surge, como alguns outros tantos perdidos *por aí*, do meu trabalho de conclusão de curso. Proponho, a partir da ideia de que a cidade também é lugar de Arqueologia e, principalmente, no tempo contemporâneo (COSTA; FONSECA, 2007) problematizar aspectos acerca dos próprios processos de urbanização. Assim, debruço-me sobre os planos diretores da cidade de Macapá, seu contexto de criação, e a multitude de virtualidades (AGIER, 2015) que as *urbes* e tais aparatos legais de regimento de desenvolvimento possuem.

2. METODOLOGIA

A metodologia consistiu em uma leitura exaustiva dos planos diretores, em especial o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Macapá - PDDUAM (2004), e do que se produziu acerca dele (TOSTES, 2006). Partindo do que Souza (2013) relata sobre a constituição do que seria uma Arqueologia Urbana no Brasil, as leituras e reflexões da Geografia e Antropologia Urbana foram deveras importantes nesse processo. Dentre tantas, Agier (2015) colocou-me a pensar sobre o que chama, a partir dos estudos de cidade de Lefebvre, das diferentes virtualidades e, conseqüentemente, discursos que as cidades possuem e promulgam, como também pensar as *urbanidades* das vivências cidadinas, ou seja, que diferentes sujeitos vivenciam e fazem-cidade a partir de óticas diversas. E, em muitos momentos, as urbanidades e virtualidades são contrárias ao que o poder público e noções universalizantes de cidade propõe. E quais seriam essas nuances na realidade em que estudo?

Três aspectos chamam a atenção no PDDUAM: a repetição do caráter de *função social* da cidade; os trechos referentes às áreas de ressaca; e acerca do Patrimônio Ambiental, Cultural e Paisagístico da cidade. Sobre tais considerações o proposto é compreender sobre como a *função social* se define para tais regimentos, como ela é conceituada teoricamente e suas relações com a Lei 10.257/2001 - Estatuto da Cidade. Assim, traçar ideias de como as cidades contemporâneas possuem seus lugares e espaços controlados por visões e concepções de sua funcionalidade.

Os dois últimos aspectos (Áreas de ressaca/Patrimônio Ambiental, Cultural e Paisagístico) possuem características sitiadas nas peculiaridades de Macapá. Todos os parágrafos em referência clara às áreas de ressaca, que a propósito são inúmeros, traçam características reformistas e pautadas em um discurso ambiental higienizante. O manejo do Patrimônio Ambiental, Cultural e Paisagístico da cidade é, em proporções menores, recorrente e se estrutura na defesa e caracterização de áreas específicas: como o traçado da antiga praça e vila de São José de Macapá, a Fortaleza de São José de Macapá, a Igreja de São José de Macapá, a orla do Rio Amazonas, as manifestações culturais, sítios

arqueológicos e as APA's (Área de Proteção Ambiental), também se estendendo a futuros locais, edificações e manifestações a serem de importância reconhecida.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Desse modo, cabe ressaltar que os planos diretores não são a centralidade do meu trabalho de conclusão de curso, mas são suportes diferentes para alcançar, ao mínimo teoricamente, uma multitude de representações e imaginários de Macapá. Acredito que pensar a cidade, suas diferentes transformações, seus fluxos e redes através de humanos e não-humanos é problematizar sobre as tecnologias de poder (FOUCAULT, 2014) e formas de cerceamento do traçado, das dinâmicas e vivências pelo e no urbano.

Os planos diretores e seus decretos complementares, são imprescindíveis na compreensão de como a cidade é controlada e pensada institucionalmente. Dessa forma, tais regimentos podem ser visto através de uma ótica de agentes *institucionalizadores* de espaços e, conseqüentemente, das paisagens de uma cidade. Uma exemplificação é a vinculação quase que direta da *função social* da cidade e *função social* da propriedade privada (PEREIRA, 2010; RODRIGUES, 2004; SALEME, 2005), que em suma, regem tais políticas produzindo e construindo noções sitiadas de cidade, urbanização e promovendo processos de exclusão.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Propus pensar como os planos diretores, a partir de seu caráter institucionalizador, transformam os discursos e práticas da urbe. Tais aparatos legais são fruto de uma dinâmica modernista e reformatória dos espaços citadinos e de seus sujeitos. Não pretendo acusar uma *culpa* automática aos planos diretores em geral, mas refletir sobre eles compreendendo as dinâmicas de exclusão e inclusão que são material e virtualmente postas. As divagações aqui expostas são de caráter provisório e vistas de diferentes modos a partir de regimes de conversação entre Arqueologia, Antropologia, Geografia, Arquitetura e Urbanismo e até mesmo Direito.

REFERÊNCIAS

- AGIER, M.. DO DIREITO À CIDADE AO FAZER-CIDADE. O ANTROPÓLOGO, A MARGEM E O CENTRO. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 483-498, Dec. 2015.
- COSTA, L. A.; FONSECA, T. M. G.. Do Contemporâneo: O tempo na história do presente. **Arquivos Brasileiros de Psicologia** (Rio de Janeiro. 1979) (Cessou em 2002), v. 59, p. 1-5, 2007.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir** – Nascimento das prisões. 42a ed. Vozes. Petrópolis, 2014.
- GONZÁLEZ-RUIBAL, A. The Past is Tomorrow: towards an Archaeology if the vanishing present. **Norwegian Archeological Review**. V.39. N.02. 2006.
- LEITON, D. M.. Hacia Una Arqueologia del Pasado Contemporáneo. **La Zaranda de Ideas**. Revista de Jóvenes Investigadores en Arqueología. Buenos Aires: Sociedad Argentina de Antropología. N5. Pp.65-83, 2009.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAPÁ. **Plano diretor de desenvolvimento urbano e ambiental de Macapá**. Macapá, P.M.M. - SEMPLA, IBAM. 81 p, 2004.
- PEREIRA, E. M.. Qual planejamento urbano no contexto da sociedade da incerteza? Florianópolis e seus planos diretores. **Geosul**, p. 103-121, 2010.
- RODRIGUES, A. M.. Estatuto da Cidade: função social da Cidade e da propriedade. **Cadernos Metrópole** (PUCSP), São Paulo, v. 12, p. 9-26, 2004
- SALEME, E. R.. Parâmetros sobre a Função Social da Cidade. In: **Congresso Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Direito**, 2005, Fortaleza. CONPEDI

- 2005, 2005.

SOUZA, R. A.. Pixações sob a ótica da Arqueologia Urbana. **Revista de Arqueologia Pública**, v. 8, p. 135-156, 2013.

TRAMASOLI, F. B.. haja hoje p/ tanto ontem. revista de arqueologia, **Revista de Arqueologia**, v.30, p. 186-209, 2017.

TOSTES, J. A. **Planos diretores no estado do Amapá**: uma contribuição para o desenvolvimento regional. Macapá, AP. 2006.

EMPODERAR E INCLUIR: TODOS POR UMA ARQUEOLOGIA DIGITAL MAIS DIVERSA, ACESSÍVEL, IGUALITÁRIA E MENOS NORMATIVA

Priscilla Ulguim
Teesside University. E-mail: priscillaulguim@gmail.com

Palavras-chave: Diversidade; Igualdade; Acessibilidade; Arqueologia

1. INTRODUÇÃO

A Arqueologia estuda a humanidade, seu passado, seus modos de vida e de morte. Compreender o nosso passado nos possibilita compreender o nosso presente e ponderar sobre o nosso futuro.

Contudo, nossas interpretações e as de nossos colegas permanecem ainda limitadas e incompletas, ao passo que os arqueólogos e o passado arqueológico não são representativos da vasta diversidade e multivocalidade que a humanidade apresenta.

É verdade, no entanto que os arqueólogos estão cada vez mais atentos ao requisito e a necessidade de diversificar nossa disciplina (Rutecki e Blackmore 2016) e entendem que nosso presente é inerentemente tendencioso, de várias maneiras. Como afirma Marwick (2019), as quais podem incluir:

Características como sexo, orientação sexual, deficiência, aparência física, tamanho corporal, raça, nacionalidade, sexo, cor, origem étnica ou social, gravidez, cidadania, status familiar, status de veterano, informações genéticas, religião ou crença, política ou qualquer outra opinião, pertencer a uma minoria nacional, propriedade, nascimento, idade ou escolha do editor de texto (Marwick 2019).

Para modificar essas situações, os arqueólogos devem continuar lutando proativamente pela igualdade e acessibilidade de seus trabalhos e de seus colegas. Nesse sentido, é importante ressaltar a existência de três vertentes principais de esforço que são importantes para que possamos progredir. A primeira, visibilidade, a segunda, melhorando, inovando e principalmente, implementando políticas dentro e fora da academia.

Além disso, os arqueólogos devem reconhecer o seu papel fundamental na comunicação e divulgação das múltiplas maneiras de viver das sociedades pretéritas, da diversidade da existência humana no passado e da importância de fazê-lo para desenvolvermos um presente mais inclusivo, compreensivo e diverso.

Hoje, temos ferramentas e recursos digitais que nos possibilitam colaborar e espalhar nossas mensagens pelo mundo, seja para chamar a atenção para injustiças ou para compartilhar boas práticas. Temos movimentos globais que lutam pelos direitos das inúmeras vítimas da discriminação e diferentes tipos de abuso. No entanto, nossa sociedade ocidental permanece ainda bastante tendenciosa. E essa tendência ainda é bastante evidente nas nossas escolhas e formas de exibimos e retratamos o passado e a sociedade passada seja em nossos museus, congressos, coordenações de campo, etc.

Muitos na academia e na sociedade ainda encararam outras pessoas que não “se encaixam” dentro da “normatividade esperada” como uma ameaça, alguém a se sentir medo ou raiva ao contrário de incluir, demonstrar empatia, compreensão e conversar de forma aberta. Neste contexto, nós arqueólogas e arqueólogos precisamos urgentemente exigir mais mecanismos e práticas que criem espaços seguros, inclusivos, abertos e de diversidade para todos nós.

2. METODOLOGIA

Após uma revisão da literatura queer, da “enable archaeology” e da arqueologia ativista, da coleta e análise de dados sobre conferências e publicações atuais, bem como da escolha de casos relevantes sobre situações de risco dentro da arqueologia, o presente trabalho discute a lacuna entre a prática atual e as políticas estabelecidas sobre diversidade e acessibilidade.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No presente trabalho abordei as três vertentes ou pilares de esforço na construção de uma arqueologia mais coesa e inclusiva, são elas por sua vez: a visibilidade, a prática e a comunicação do passado.

A primeira, visibilidade, é um dos maiores *assets* que temos para garantir que a arqueologia seja diversificada. Como Katherine Cook (2019), observou em sua apresentação sobre Queering Archaeological Knowledge maps, apenas porque algo não é visível, não significa que não é importante.

No entanto, muitas vezes é apenas com o *barulho*, campanhas e com a comunicação que tornamos o invisível visível. Com visibilidade, podemos levantar questões e tratar de injustiças. A visibilidade traz familiaridade e a familiaridade é um passo em direção à compreensão, empatia e aceitação. O'Mahoney (2017), revelou essa visão em seu artigo sobre deficiências em arqueologia, explicando que os arqueólogos às vezes têm medo de pessoas com deficiências ou melhor “*enabled archaeologists*”: sem saber o que esperar das pessoas, se podem trabalhar nos projetos, em campo, como interagir, e geralmente partem do pressuposto que algumas tarefas são impossíveis.

A segunda, prática, está ligada a políticas justas e ponderadas e sua implementação efetiva nos locais de trabalho, seja na sala de aula, em campo, ou nos laboratórios. Precisamos construir políticas que sejam inclusivas e abertas, mas também precisamos garantir que elas sejam implementadas adequadamente e seguidas.

As ondas de reações públicas a eventos recentes na SAA 2019 (#SAA2919) fornecem um exemplo de como as sociedades de arqueologia estão despreparadas para lidar com situações de vulnerabilidade que envolvem vítimas de assédio e abusadores. Além disso, revelam a quão fraca e não efetivas são as políticas de anti-assédio quando elas estão presentes. Mas também demonstram o importante papel das mídias sociais e das ferramentas colaborativas na manifestação de nossos sentimentos de desaprovação, preocupações e principalmente na chamada para ação quando estamos frente a situações de vulnerabilidade (Awesome Small Working Group 2019).

Embora existissem vários processos para lidar com queixas de assédio sexual, e para lidar com assediadores sexuais, as políticas não foram efetivas durante a conferência de 2019, colocando em situação de vulnerabilidade diferentes participantes da conferência. Tal situação foi agravada pela falta inicialmente de comunicação, pela forma inadequada e pela linguagem imprópria com as vítimas e demais membros da associação após o incidente.

Assim, para criar espaços seguros, conforme apontado por Cook (2019), e possibilitar uma arqueologia diversificada e inclusiva, bem como a criação de políticas e códigos de conduta claros que devem ser seguidos com rigor é vital para a arqueologia como um todo, mas especialmente em países Latino Americano onde a situação de vulnerabilidade é ainda mais grave a implementação de boas práticas.

Em terceiro lugar, como arqueólogos, muito do que fazemos é contar histórias sejam histórias do passado ou histórias da humanidade que ajudar a moldar nossas percepções do presente. Nesse sentido, em alguns casos, o poder que nós é conferido pelas evidências arqueológicas é muitas vezes mal empregado, e podem vir a servir como subsídio a visões tendenciosas do passado e beneficiar e legitimar visões de mundo de determinadas instituições, organizações ou indivíduos. Basta lembrar as evidências de Kossinna na Alemanha ou as justificativas para o domínio colonial ao redor do mundo.

As evidências arqueológicas também têm o poder de contar sobre a história do comportamento humano e da sua diversidade no passado e nós devemos contar essas histórias! E garantir também que esses discursos arqueológicos normativos e heteronormativos não sejam priorizados em detrimento de outros em nossa leitura do passado. Exemplos bastante recentes como os "Amantes de Modena" onde foi comprovado que dois homens estavam de mãos dadas dentro de um túmulo, apenas ilustram o potencial que diferentes perspectivas podem proporcionar a interpretação arqueológica. Contar bem essas histórias leva a maiores chances de uma compreensão da pluralidade e da diversidade da experiência humana ao longo dos tempos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Usando de mecanismos da visibilidade, prática e da comunicação do passado, proponho uma chamada a criação de ações para o desenvolvimento de uma arqueologia mais coesa e inclusiva, que promova a acessibilidade e a diversidade. Afim de apoiar nossa prática futura em benefício do conhecimento humano no passado, e das arqueólogas e arqueólogos que são hoje, em alguma medida marginalizados e invisibilizados pela sociedade e pelo *status quo* da academia. Parafraseando Cook (2019) é tempo de confrontarmos o passado, é tempo de confrontarmos o presente, é tempo de confrontarmos a autoria e autoridade, pois o futuro “*será digital, mas apenas será diverso e inclusivo, se juntos, nós o fizermos*”.

REFERÊNCIAS

- COOK, Katherine. Queering archaeological knowledge maps. **Paper presented at the 47th Annual CAA Conference, Krakow, Poland, 23-27 April 2019**. Disponível em: <<https://twitter.com/KatherineRCook/status/1121788530206883840>>. Acesso em: 19º set. 2019
- MARWICK, Ben. **Transparent and Reproducible Archaeological Research Using Open Data Science Tools**. Lectures and Workshops at the Nara National Research Institute for Cultural Properties, Japan, September 10-11, 2019. Disponível em: <https://benmarwick.github.io/2019-09-10-nara/> . Acesso em: 19º set. 2019.
- O'MAHONEY, Theresa. Breaking down barriers to inclusion. **Paper presented at CIFA 2017, Newcastle, UK, 19-21 April 2017**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=mbp2axD22a8>>. Acesso em: 19º set. 2019
- RUTECKI, Dawn M. e BLACKMORE, Chelsea. Towards an inclusive queer archaeology: An overview and introduction. **The SAA Archaeological Record**, 16(1):9-11, 2016.
- Awesome Small Working Group. Take back the SAA: Member-led organizing and action in the wake of #SAA2019. **The SAA Archaeological Record**, 19(4):16-22, 2019.

COBRAS GRANDES E OLHOS DE BOTO EM TODA A PAISAGEM: RELAÇÕES ENTRE O CONHECIMENTO SITUADO AMAZÔNICO E ARQUEOLOGIA

Queiton Carmo dos Santos

Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: tonqueiton@gmail.com

Palavras-chave: Amazônia; Arqueologias; Conhecimentos; Pessoas; Narrativas.

1. INTRODUÇÃO

A proposta deste trabalho é pensar as emergências de outras formas de entendimento do arqueológico. Percorrendo a ideia de marcas e o que tem se pensado sobre o conceito de outras ontologias (Cabral, 2014; Cabral & Alberione, 2018) ou mesmos conhecimentos situados (Haraway, 1995). Pois, ao nos questionarmos a respeito dos movimentos e implicações sociais que tal proposta a respeito do próprio processo de conhecimento pode nos constituir não somente como pesquisadores, mas como mediadores e responsáveis pelo que fazemos. Pensar nesse sentido as terminologias utilizadas no título dessa apresentação, em que a paisagem pode ser vista e habitada por uma diversidade de seres, em uma leitura que esses seres poderiam ser incorporados como entre humanos e não-humanos, ou humanos e coisas (Latour, 1994; Hodder, 2014; Ingold, 2015) ou mesmo, exemplos de inconstância do binarismo natureza-cultura, (Viveiros de Castro, 2002; Strathern, 2014) em que está assentado não somente a antropologia, mas a própria arqueologia e o nosso modo de conhecer moderno-ocidentalista.

2. METODOLOGIA

Dessa forma pretendo refletir sobre essas ontologias, a partir da minha experiência de pesquisa do ponto de vista da chamada arqueologia etnográfica (Castañeda, 2008) em comunidades ribeirinhas da Ilha do Pará-Afuá, mas não somente. Nessa apresentação, metodologicamente, utilizarei a exibição de um videoclipe do grupo Sampleados a respeito da formação das músicas exibidas pretende-se linkar tal visualização do vídeo com a discussão da relação com esses outros seres, da qual a sinopse do clipe segundo os próprios produtores é: “Três pequenos saem da cidade para passar as férias com a avó (Fafá de Belém) em uma área ribeirinha de muita mata, onde vive a Cobra Grande (Leona Vingativa), o Boto (Jeff Moraes) e a Matinta Pereira (Joelma Klaudia). Ela os instrui a brincar para não mexer com os encantados.”

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Essa discussão é marcada por pensar a Amazônia como uma paisagem plural de sujeitos, como nos aponta Márcia Bezerra para o momento de “Quando a chuva cai na Amazônia ela anima a vida, hipermatizando cores e encharcando o ar com cheiros oriundos da combinação de sedimentos, folhas, resíduos da passagem de humanos e não humanos (...)” (2018: 53). É também nesse movimento que passado e presente se misturam para nos provocar uma sensação de inquietude com o que vem à superfície onde “O transbordamento de coisas é acompanhado por um fecundo processo imaginativo que parece querer perpetuar os ecos do passado nas coisas que, após as chuvas, vazam e se expõem sobre a superfície.” (BEZERRA, 2018: 53). Nesse interim, é necessário pensarmos em outras sensíveis inflexões sobre quais arqueologias ainda não estamos deixando vazar, ou, sobre quais arqueologias ainda são possíveis de serem pensadas além do nosso lugar seco, onde a chuva não pode molhar, onde ela não pode respingar e sujar nossa aparente cientificidade.

Compreender esse debate de maneira relacional no mundo, tanto das materialidades,

ou, coisas, é deslocarmos seus entendimentos convencionais, de lugares, pessoas e o arqueológico. Nesse sentido, ao expandirmos essa noção de arqueológico como fez Mariana Cabral (2014), com o sistema de conhecimento Wajãpi, é evidenciarmos não somente uma maneira teórica de se voltar para esses conhecimentos, mas pensar nas nossas formas de simetria ou criações de pontes dentre formas distintas (Cabral, 2014), de habitar e observar as múltiplas realidades. Ou como tem nos provocado os debates de Gabby Hartemann e Irislane Moraes (2018) em que caminhar e contar histórias com nossos ancestrais é um modo de aprender que nos é transformativo de outro tipo de conhecimento.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa e esse trabalho de reflexão ainda estão em andamento, e assim como as águas do Rio Amazonas, ele está em movimento. Acompanhar os movimentos das águas além de apresentar uma metáfora é também uma maneira de habitar tais compreensões de mundo. Assim, entender essas histórias e outras sobre a Amazônia brasileira nos provocam a levar a sério como formas legítimas de instâncias, em suma orais de saberes, geracionais ou mesmo ancestrais. Para que dessa maneira, possamos pensar uma arqueologia que esteja atenta e aberta para um conhecer e aprender pluralizado socialmente ético.

REFERÊNCIAS

- BEZERRA, Márcia. O machado que vaza ou algumas notas sobre as pessoas e as superfícies do passado presente na Amazônia. **Vestígios Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**. Vol. 12, nº. 2, Jul – Dez, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/vestigios/issue/view/663>>. Acesso em: 16 de Abril. 2019.
- CABRAL, M. & ALBERIONE, J. Precisamos falar sobre tempo, cosmologias ameríndias, ontologias e outras... Mas, o que é que a arqueologia tem a ver com isso? **Vestígios. Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**. Vol.12, nº. 2, Jul - Dez. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/vestigios/issue/view/663>>. Acesso em: 16 de Abril. 2019.
- CABRAL, Mariana Petry. De cacos, pedras moles e outras marcas: percursos de uma arqueologia não-qualificada. **Amazônica Revista de Antropologia**. (Online). V.6 nº. 2, 314-331, Jul – Dez. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/1871>>. Acesso em: 13º Mar. 2017.
- CASTAÑEDA, Q.E. The “Ethnographic Turn” in Archaeology: research positioning and reflexivity in Ethnographic Archaeologies. In CASTANEDA, Q.E. & MATTHEWS, C.N. (eds.) **Ethnographic Archaeologies: reflections on stakeholders and archaeological practices**. Altamira Press, Plymouth, UK, 25-61. 2008. p. 220.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n. 5, p. 7-41. 1995.
- HARTEMANN, Gabby & Irislane, MORAES. Contar histórias e caminhar com ancestrais. **Vestígios. Revista Latino-Americana De Arqueologia Histórica**, v. 12, p. 9-34. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/vestigios/issue/view/663>>. Acesso em: 16 de Abril. 2019.
- HODDER, Ian. The entanglements of Humans and Things: A Long- Term View. **New Literary History**, Maryland-USA, v. 45, nº. 1, p. 19-36, winter, 2014. Disponível em: <<https://muse.jhu.edu/article/543417>>. Acesso em: 12º mar. 2017.
- INGOLD, Tim. **Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição**. 1ª Ed. São Paulo: Vozes, 2015. p., 392.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**. 1 Ed. Rio de Janeiro, Editora 34, 1994, 152 p.
STRATHERN, Marilyn. **O efeito etnográfico e outros ensaios**. Coordenação editorial:
Florença Ferrari. São Paulo: Cosac & Naify, 2014. p. 576.
VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A inconstância da alma selvagem e outros ensaios
de antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify. 2002. p. 552.

ARQUEOLOGIA DAS MASCULINIDADES: PIRÂMIDES INVERTIDAS DAS TRANSMASCULINIDADES

Shay de los Santos Rodriguez

Universidade Federal do Rio Grande. E-mail: shayleninrodriguez@gmail.com

Palavras-chave: Transmasculinidades; Gênero, Classe e Raça; Arqueologia das Masculinidades.

1. INTRODUÇÃO

O homem trans é uma pessoa, que por sistemas biológicos, foi designado como mulher ao nascer, por conta do dito sexo feminino, no entanto, ao longo de sua vida, se identifica com o gênero masculino. Porém a masculinidade não se resume somente ao ser homem, é também atribuída a outras identidades que fogem do espectro binário de gênero, por isso é apropriado usar o termo transmasculinidades, para abranger o maior número de identidades com expressões masculinas que comungam em suas vivências (REDE TRANS, 2018, p. 06). Arqueologia aqui, é como uma prótese, uma extensão que provoca um desenvolvimento e assim me auxilia nos questionamentos e problematizações da masculinidade hegemônica tida como um fato a não ser questionado. Eis aqui, um exercício de uma arqueologia das masculinidades.

2. METODOLOGIA

A masculinidade hegemônica pertence a uma ideologia que privilegia alguns e desfavorece quem não cumpre as categorias de hegemonia. Portanto, homens que não correspondem ao ideal hegemônico, estão fadados a viver na clandestinidade, estão condenados a serem vistos como menos homens e assim terem menos oportunidades, dignidade social, privilégios e mais invisibilidade, preconceito e violência. Mas homem é realmente tudo igual? Porque não podemos aceitar as diferenças ao invés de buscar uma igualdade para todas as pessoas? Com base nas entrevistas e conversas que tive com: Silvio, Lucas, Eros, Jonathan, Pedro, Brunn, Phelipe Caetano, Dener e Jota (5 brancos, 3 negros e 1 asiático), desenvolvi duas pirâmides invertidas, são invertidas porque quanto mais privilégios, mais clara for a pele, mais corresponde a ordem binária de gênero e mais espaço adquire, portanto quem está na base, menos espaço e privilégios tem, por isso a pirâmide não faz sentido em ser uma pirâmide “normal”. De acordo com Scott (1995), é preciso ter uma visão mais global e usar três categorias para entender uma nova história: gênero, classe e raça.

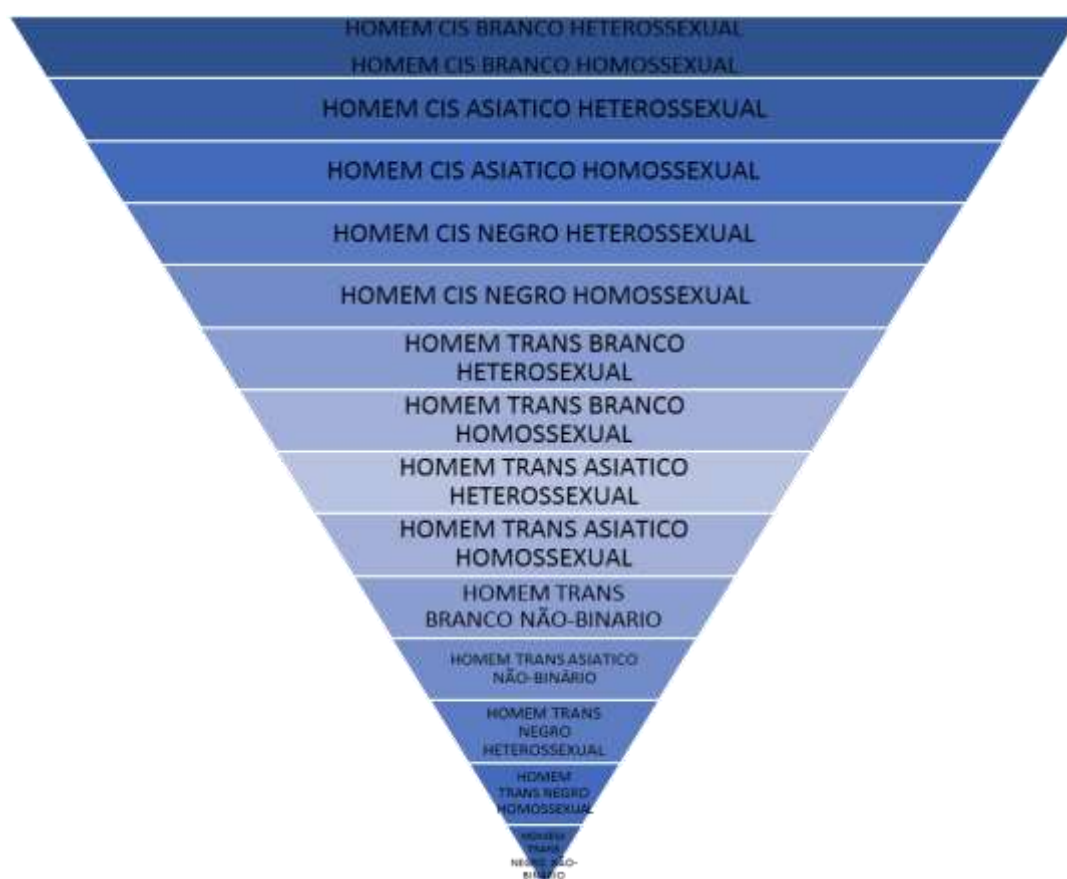
As relações de gênero são estruturadas com base na dominação do gênero, nas relações entre pessoas e grupos. Porém, os sujeitos-homens só recentemente estão sendo estudados na perspectiva de gênero em arqueologia, com foco no processo de construção das masculinidades. Segundo Benjamin Albert, “os homens têm sido historicamente mais visíveis, mas seus gêneros não” (ALBERT, 2006, p.401 apud SENE, 2017, p.165).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pirâmide invertida do homem mais homem que o homem (Figura 1), corresponde a competitividade entre homens cis e homens trans conforme os atributos masculinistas em valorização na sociedade. No topo está o homem cis branco e heterossexual e nas últimas 4 lacunas na base, está decrescentemente: homem trans asiático não binário; homem trans negro heterossexual; homem trans negro homossexual e o homem trans negro não-binário. A pirâmide invertida da hormonização transmasculina (Figura 2), corresponde a competitividade entre homens trans hormonizados e não hormonizados. Assim, as

pirâmides invertidas explicam muito bem a hierarquia das posições de masculinidades, sendo algumas mais que as outras, fazendo com que uns homens não sejam considerados tão homens quanto os outros. Como dizem as pessoas em forma de elogio ou não: “isso que é um homem de verdade”. Fez-me refletir: se existem homens de verdade, então quer dizer que existem homens de mentira? Ou então homens falsos? *O falso é aquilo que dá valor ao verdadeiro* (LATOUR, 1994, p. 92). Com isso, de acordo com Latour, creio que no mundo hoje, essa frase faz o total sentido, se pensarmos em uma perspectiva das relações de gênero, as masculinidades clandestinas vistas como falsas, dão mais valor e legitimidade as masculinidades hegemônicas, vistas como verdadeiras. Portanto, as relações de gênero se mostram cada vez mais como relações de poder, onde uns tem mais poder que os outros. Mas o poder está em todos os lugares, assim como mostra muito bem a segunda pirâmide invertida.

Figura 1 - Homem Cis x Trans.



Fonte: Shay de los Santos Rodriguez.

Figura 2 - Hormonização Trans.



Fonte: Shay de los Santos Rodriguez

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os homens gays, negros, trans, são, por exemplo, menos homens que o homem cis, branco e heterossexual. Existem várias masculinidades, diversas formas de ser masculino, e assim diversas transmasculinidades. Mas a nossa sociedade insiste em nos colocar nas caixinhas binárias: você é masculino ou feminino; é homem ou é mulher; tem pênis ou vagina.

REFERÊNCIAS

- LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994
- REDE TRANS. Saúde do homem trans e pessoas transmasculinas. **Rede Nacional de Pessoas Trans** – Brasil. 2018, 26 p. Disponível em: <http://redetransbrasil.org.br/wp-content/uploads/2018/03/Cartilha-Homens-Trans.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2018.
- SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria de útil de análise histórica**. In: Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul/dez, 1995.
- SENE, Glaucia Malerba. **Pela Materialidadedos gêneros**: repensando dicotomias, sexualidades e identidades. In: *Revista de Arqueologia*. V 30, n, 2, p. 162-175. 2017. Disponível em: <<http://revista.sabnet.com.br/revista/index.php/SAB>>. Acesso em: 14 jul. 2018.
- DE LOS SANTOS RODRIGUEZ, Shay. **SE EU COMPREI, ENTÃO É MEU!:** coisas do cotidiano e do prazer sexual para além da heteronormatividade. 1. Ed. Rio Grande: CLP, 2019. 226 p.

O RECURSO AUDIOVISUAL COMO MANIFESTAÇÃO DA ARQUEOLOGIA: EM FOCO O VÍDEO ARQUEOLÓGICO “EVOCANDO PAISAGENS – UMA CARTOGRAFIA DE MEMÓRIAS DA GRIÔ”

Vanessa Avila Costa

Universidade Federal de Pelotas. E-mail: vanessaavilacosta@hotmail.com

Palavras-chave: Vídeo Arqueológico; Cartografia; Arqueologia da Paisagem; Trabalhadoras Sexuais; Pelotas.

1. INTRODUÇÃO

Este vídeo arqueológico foi realizado na disciplina de Vídeo Etnográfico ministrada pela professora Claudia Magni, no âmbito do LEPPAIS – Laboratório de Ensino, Pesquisa e Produção em Antropologia da Imagem e do Som, do Departamento de Antropologia e Arqueologia da UFPel e está vinculado à pesquisa da minha dissertação de mestrado intitulada “As Manifestações das Paisagens Ocultadas: Arqueologia da Pelotas de Trabalhadoras Sexuais”. Também se insere no projeto de extensão Mapeando a Noite: O Universo Travesti e no projeto de pesquisa Margens: grupos em processos de exclusão e suas formas de habitar Pelotas do GEEUR – Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos.

Conforme Ingold (2005), com a ótica racional de ciência o envolvimento com a arte na construção da cartografia foi negada com a justificativa de que esta se apresentava de forma subjetiva. Dessa maneira, como nos diz Ingold a partir das considerações de Svetlana Alpers, passamos a acreditar que os mapas estão mais próximos da ciência, por fornecerem dados quantificáveis e a topografia do lugar, enquanto as imagens de paisagens se aproximam da arte. Estas são evocativas, e ao contrário, procuram nos dar alguma qualidade de um lugar ou a impressão de seu/sua observador/a (INGOLD, 2005, p. 97). Contudo, expelir arte do mapa é também expelir ator-perceptores humanos do mundo, empurrar a sua experiência sensorial direta para os extremos, e mandar suas narrativas de movimento e de viagem para o domínio da fábula, fantasia e alucinação (Ibidem, p. 98). É desconsiderar as visões de mundo dos grupos que habitam o lugar e a experiência das paisagens. Logo, ao pretender evocar as histórias das paisagens e das trabalhadoras sexuais que nelas viviam/vivem, propus a criação de cartografias envolvidas com a arte. Uma destas cartografias construídas foi o vídeo arqueológico.

2. METODOLOGIA

A cartografia audiovisual foi pensada como uma construção que rejeita a concepção linear de tempo, a inércia dos mapas e a paisagem como um mero cenário que elimina as vivências das trabalhadoras sexuais que a fazem, buscando trazer de volta a arte aos mapas. Portanto, esta parte dos pressupostos da Arqueologia da Paisagem para compreender como as paisagens agenciavam os modos de habitar de trabalhadoras sexuais, imprimindo valores, normatizando e influenciando comportamentos, legitimando e naturalizando desigualdades, bem como exprimindo resistências (SOUSA, 2005, p. 295). Conforme Thiesen (2009), a materialidade pode ser observada diretamente. Todavia, podem haver vestígios que foram destruídos, que foram efêmeros ou que nunca foram realizados, como, por exemplo, um projeto (p. 145). Por isso, de acordo com a autora, existem duas formas complementares que potencializam o acesso à cultura material de uma sociedade: a observação direta e a indireta (BRUNEAU; BALUT, 1997, p. 46-47 apud. THIESEN, 2009). Ao observar a materialidade indiretamente, já que os antigos prostíbulo não estão mais fisicamente na paisagem, considero fundamental o uso da arte como uma experiência de manifestação dessa materialidade, utilizando implicações próprias da Arqueologia. Neste caso, soma-se o

potencial da arte na criação de cartografias como formas de expressão do mundo material.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A definição da potência de manifestação da materialidade através do vídeo está não só na forma como realizamos sua gravação, atentando para enquadramentos de câmera, mas também na sua montagem. Ao montar um vídeo, através da escolha de sequências de imagens e sons, conseguimos configurá-los a nossa maneira, alterando cores, inserindo efeitos, dando destaque aos ruídos, etc. Utilizando-nos desses recursos, podemos exteriorizar uma paisagem que foi e é transformada cotidianamente e, inclusive, desconstruir a noção de tempo linear. Não somos capazes de acessar diretamente o passado, mas, por meio das narrativas da Griô, é possível revelar as paisagens de tempos que dialogam entre si, que estão no agora, juntamente conosco. Explico melhor ao demonstrar uma pequena parte do pós- roteiro que embasou a edição deste vídeo¹⁰:

Sirley, ao caminhar pelas ruas Major Cícero e Doutor Cassiano, entre as ruas Quinze de Novembro e Andrade Neves, lembra-se de sua infância. A paisagem a faz voltar no tempo e ela lança mão da sua imaginação no ato de rememorar a Pelotas de quando ela era criança. Os seus vínculos com aquela paisagem se revelam como “presenças de ausências”. Ela designa “aquilo que não é mais: ‘aqui vocês vêm, aqui havia...’, mas isto não se vê mais” (CERTEAU, 1994, p. 194). A paisagem, para ela, está carregada de sentimentos de afeto, despertando-lhe inspirações e emoções. As ruas lhe trazem as lembranças de seus pais, das brincadeiras com as crianças da quadra, do seu ofício de costureira desde os 13 anos de idade e do seu sonho em ser professora de ginástica, de seus/suas vizinhos/as, as casas de comércio daquele tempo (restaurante, bar, confeitaria, açougue, etc.) e das trabalhadoras sexuais que trabalhavam em casas ali situadas. Histórias que, como relata Sirley, “com o tempo ninguém vai dizer, só os antigos”. Passados estes que não são contemplados pela narrativa oficial, mas que são contados pela Griô. Em sua oralidade, as histórias de sujeitos/as e de paisagens se entrelaçam. Quem são os/as personagens principais desta trama? Tanto Sirley, como as pessoas de suas lembranças e as paisagens das ruas (humanos e não humanos), atuam como protagonistas do produto audiovisual. No vídeo, a Griô está em movimento, onde conta suas lembranças e mostra a localização das casas e de outros elementos que estavam/estão presentes na paisagem. Por isso, utilizo o plano conjunto¹¹ para enquadrar Sirley e a paisagem das ruas, como também, apenas a rua em si, e o primeiro plano, onde apenas Sirley é enquadrada. No trabalho de edição, as imagens de Sirley que foram gravadas em primeiro plano, são revezadas com as imagens das ruas e das casas, mas sua voz está presente. As casas são filmadas atentando para os detalhes contados por Sirley. Por exemplo, ao falar da janela da casa de Julinha – “eu me lembro de ver a Julinha na janela (...)” –, esta é enquadrada em primeiro plano, para trazer a sensação de sua presença ao/à espectador/a. A ideia é provocá-lo/a para que perceba que o mundo material é socialmente ativo e nos constitui enquanto sujeitos/as. As imagens das ruas são realizadas utilizando o plano aberto e plano geral e, além disso, seu sons (ruídos provocados pelo barulho dos carros e motocicletas, por exemplo) não foram minimizados na edição, para mostrar ao/à espectador/a as vivências das ruas, que estão em movimento e que são transformadas no cotidiano, pois entendo que somente ao nos desfazermos da intenção de purificar o mundo material conseguiremos compreender a realidade da vida.

¹⁰ O vídeo Evocando Paisagens – Uma Cartografia de Memórias da Griô está publicado no YouTube e pode ser acessado através do link: <https://www.youtube.com/watch?v=6957MblpV0M&t=263s>

¹¹ Este site explica de forma didática a noção de enquadramento na linguagem cinematográfica, além de demonstrar em imagens cada tipo de plano utilizado para a gravação deste vídeo: <http://www.primeirofilme.com.br/site/o-livro/enquadramentos-planos-e-angulos/>. Acesso: 09/09/2019.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Witmore, a “experiência digital não pode substituir a experiência vivida de caminhar”, mas “pode ser usada como um complemento a essa experiência” (WITMORE, 2004, p. 62). Por isso, quando caminharem pelas ruas de Pelotas, mostradas no vídeo, pessoas poderão lembrar-se das histórias contadas por Sirley, de como eram estas ruas no passado recente, tendo uma experiência diferente das que tiveram em caminhadas anteriores, a partir de uma outra forma de conceber aquela materialidade. Elas poderão refletir sobre o modo como as trabalhadoras sexuais fizeram a paisagem da cidade e, apesar disso, foram invisibilizadas na construção da narrativa oficial de Pelotas.

REFERÊNCIAS

- CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.
- INGOLD, Tim. Jornada ao longo de um caminho de vida – mapas, descobridor- caminho e navegação. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, 25(1): 76-110, 2005.
- SOUSA, Ana Cristina. Arqueologia da paisagem e a potencialidade interpretativa dos espaços sociais. **Habitus**, Goiânia, V. 3, N. 2, 2005.
- THIESEN, Beatriz. Invisibilidade, memória e poder: a identidade imigrante e a construção da paisagem da cidade – Rio Grande (RS). Universidade de Caxias do Sul. **Revista Méti**s: História & Cultura. V. 8, N. 16., 2009.
- WITMORE, Christopher. Four Archaeological Engagements with Place: Mediating Bodily Experience through Peripatetic Vídeo. **Visual Anthropology Review**. V. 20, N. 2, 2004.

FLOR DE PAPEL: ARQUEOLOGIA, PERFORMANCE E MEMÓRIA

Violet Alex Baudelaire* & Vanessa Avila Costa**

E-mails: *alex-anzini@outlook.com Universidade Federal do Rio Grande

**vanessaavilacosta@hotmail.com Universidade Federal de Pelotas

Palavras-chave: Arqueologia do contemporâneo; Performance; Memória; Prostituição; Pelotas.

1. INTRODUÇÃO

“Flor de Papel” trata-se de uma performance artística de caráter arqueológico-ritualístico que foi desenvolvida como parte de meu estágio de campo¹² em uma pesquisa arqueológica¹³ situada na região de Pelotas, a respeito da prostituição no início do século XX. Nesta, procuramos compreender como a paisagem também é constituída por estas pessoas que viveram às margens naquela época. Se eu considerar que a paisagem é auto-poiética (SILVEIRA, 2009) e as trabalhadoras sexuais existiam naquele período, então quais foram as marcas deixadas por elas sobre a cidade de Pelotas? Onde elas estavam e como estabeleciam estratégias de existência, sobrevivência e resistência em seus cotidianos? Afinal de contas, quem contou a história das trabalhadoras sexuais em uma sociedade onde os discursos do passado foram e continuam sendo construídos sob uma perspectiva patriarcal, branca, moralista, eurocêntrica, burguesa e cis- heteronormativa?

Escavar as histórias de vida dessas mulheres¹⁴ é um passo importante, não apenas para tirá-las da invisibilização em uma sociedade hipócrita que trata a prostituição como tabu, mas ao mesmo tempo cria ela e culpa as trabalhadoras sexuais, como se não existisse um mercado consumidor destes serviços. Mas, também, para lembrar que o patrimônio que constitui nossas paisagens ao longo do tempo é construído por outras categorias de sujeitos¹⁵ esquecidos pela história convencional. Assim, pensamos em uma arqueologia que não estuda apenas o passado ou um objeto de estudo estático e unicamente material. Para nós, a arqueologia pode quebrar todas estas fronteiras, ela estuda coisas¹⁶ que são materiais e imateriais ao mesmo tempo, que estão impregnadas de corporalidades, performances, signos, significados e discursos. A arqueologia, portanto, pode ter como “coisa” de estudo, os corpos da e na paisagem, no passado ou no presente, e compreender como nossas redes de significados são atravessadas e estruturantes de relações cotidianas de poderes.

2. METODOLOGIA

Este trabalho foi construído com base na pesquisa de notícias encontradas no jornal Pelotense O Rebate, referente aos anos de 1914 à 1917, em leituras de bibliografias já desenvolvidas sobre o tema e uma prospecção arqueológica nas regiões de potencial de existência de casas de prostituição durante o final do séc. XIX e início do séc. XX, para

¹² Disciplina obrigatória do curso de arqueologia da Universidade Federal do Rio Grande.

¹³ Pesquisa de mestrado da arqueóloga Vanessa Costa, intitulada “A prostituição na pelotas novecentista: as margens sob a ótica da arqueologia da paisagem” no Programa de Pós-Graduação em Antropologia com área de concentração em Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas – UFPel.

¹⁴ Compreendemos que mulher é uma categoria de gênero muito ampla, assim mulher não é apenas a branca, cisgênera, heterossexual e heteronormativa, inclusive já em meados do século XIX existiam categorias de hierarquização das garotas de programa que eram estruturadas de acordo com estruturas raciais, de gênero, sexualidade, nacionalidade, classe econômica, etc.

¹⁵ Uso de linguagem com flexão de gênero não-binária, pois consideramos que as sociedades humanas não são constituídas apenas de dois sujeitos cis-heteronormativos.

¹⁶ Conceito desenvolvido pelo teórico Tim Ingold (2012).

observar elementos da paisagem que existiam naquele período e continuam constituindo a paisagem contemporânea. Estas informações e observações servem como base para interpretar e construir o discurso do passado sobre as formas de vida social das trabalhadoras sexuais e seus patrimônios. Decidimos fazer isso produzindo pinturas, desenhos e performances como meio de comunicação destes discursos. Afinal, compreendemos que estas formas de produzir discursos extrapolam o convencional meio de comunicação acadêmica, escrito em artigos, teses, etc, que o tornam tão elitista e inacessível para a maior parte da população. Estas obras de arte podem ser instaladas e performadas nos locais públicos, onde a população de Pelotas costuma transitar, como, por exemplo, nas praças.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

As pesquisas realizadas por outras estagiárias nas edições do início do século XX dos exemplares do jornal “O Rebate” na Biblioteca Pública Pelotense permitiram mapear as regiões da cidade onde provavelmente eram localizadas as casas de prostituição, assim como possíveis características da sua arquitetura e histórias associadas às trabalhadoras sexuais, que residiam e/ou trabalham nesses lugares. Segundo as notícias observadas, a rua Tiradentes, mais especificamente entre as ruas Anchieta e Quinze de Novembro, no centro histórico de Pelotas, próxima ao Mercado Público e a praça Coronel Pedro Osório, era repleta destes tipos de locais, sendo chamada na época de “Bairro Sujo” ou “zona encercada”. Embora os prostíbulos não se encontrem mais em pé, os relatos e outras pesquisas (MACIEL, 2014; SILVA, 2018; DINIZ, 2016; LUCCHESI, 2018) sobre estes tipos de construção daquele período permitem interpretar que estas casas poderiam ser arquitetonicamente similares aos cortiços do final do século XIX, mas que, neste caso, se misturavam na paisagem com os prédios burgueses que continuam em pé até o presente momento. Por isso, resolvi desenhar estas casas de prostituição próximas destes prédios antigos, o que também permite visualizar a desigualdade que parece ter sido marcada na paisagem até meados da década de 1920. Com base ainda nestes relatos, realizei uma pintura em 4 folhas de papel A3 com tinta a óleo de uma cena onde trabalhadoras sexuais são vistas apedrejando e jogando água em um homem, conforme uma notícia lida no jornal O Rebate. Estas obras foram expostas no Museu Histórico da Bibliotheca Pública Pelotense.

A Performance “Flor de Papel” foi pensada para contar versões alternativas das histórias de trabalhadoras sexuais às notícias encontradas no jornal “O Rebate”, em janeiro de 1915, na Rua Tiradentes, onde ficavam as casas de prostituição. Para isso, selecionei três notícias referentes a três diferentes trabalhadoras sexuais, que evidenciam as relações de abuso de poder, violências e desigualdades pelas quais estas mulheres foram submetidas. Porém, as notícias contam as histórias das mulheres como se elas fossem apenas objetos, abjetos e indignas de serem lembradas, e estão carregadas de uma linguagem machista, racista e cis-heterossexista. Por isso, durante a performance, eu contava a notícia e, em seguida, realizava um ritual de incorporação da alma daquela sujeita. A partir do meu corpo, ela poderia contar sua versão da história e apontar as violências e hipocrisias que sofriam, que foram apagadas da memória coletiva sobre o passado do trabalho sexual. Este ato foi realizado três vezes, uma para cada notícia do jornal. Após contá-la, eu queimava uma flor de papel em uma garrafa de vidro antiga enquanto um tambor era tocado, invocando as memórias destas mulheres. A performance foi realizada no dia 09 de agosto, na Explanada do Theatro Sete de Abril, localizada na praça Coronel Pedro Osório, que se situa nas proximidades da rua Tiradentes.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquanto mulher trans, garota de programa e formanda do curso de arqueologia, compreendo como meu lugar de fala atravessa essa pesquisa. Até então, a performance foi

muito desafiadora, pois além de tocar em cicatrizes tão pungentes de minhas vivências, ela exige que eu repense um passado que foi apagado. É quase como fazer uma auto-etnoarqueologia e buscar as raízes das minhas categorias. Este é um trabalho muito sério, pois construir o passado é uma tarefa que é sempre feita no presente por pessoas do e no presente, e que, embora parta de um processo criativo, de transcriar o passado, já que este nunca se mostra para nós da forma como ele é, isso não quer dizer que possamos afirmar qualquer coisa deste passado. Acredito que a maior dificuldade foi encontrar bases empíricas e teóricas para a construção de tais discursos, porém, elas existem. Ainda assim, acredito que outras pesquisas futuras, que afinem estas bases empíricas e/ou busquem construir outras, podem ajudar a compreender melhor a construção histórica e social de nossa sociedade, e denunciar as desigualdades de gênero, étnico-raciais, entre outras que estruturam nossas conjunturas contemporâneas.

REFERÊNCIAS

- MACIEL, Letícia Norberg. A problemática dos cortiços pelotenses entre os séculos xix e xx. **Cadernos do Leparq**, Pelotas, Vol. XI, nº22, 2014.
- SILVA, Gabriela Natália. As muitas faces da prostituição: uma abordagem histórica sobre o controle da sexualidade a partir de Foucault. **Divers@: Revista Eletrônica Interdisciplinar**, Matinhos, v. 11, n. 1, p. 15-25, jan./jun. 2018
- LUCCHESI, Bianca Melzi D. Do cortiço às vilas operárias: políticas públicas e a construção do cotidiano nos quintais paulistanos: **Anais da Anpuh: História e Democracia**. Guarulhos, São Paulo, 2018.
- DINIZ, Ana Cláudia Araújo. **PODER E SEXO: uma análise dos territórios de prostituição no Centro de Campina Grande-PB** – Dissertação de Mestrado, UFP, 2016.
- INGOLD, Tim. **Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais**. Horizontes antropológicos. V.18, N.37, Porto Alegre, 2012.
- SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da. A paisagem como fenômeno complexo, reflexões sobre um tema interdisciplinar. In: SILVEIRA, F.L.A. da; CANCELA, C.D.. (Org.). **Paisagem e cultura**. Dinâmicas do patrimônio e da memória na atualidade. Belém: Editora da Universidade Federal do Pará, 2009, p. 71-83.

ESPETÁCULO, FETICHE E REIFICAÇÃO NA MATERIALIDADE ARQUITETÔNICA DE PELOTAS OITOCENTISTA

Yuri Zivago Yung Grillo* & Rafael de Almeida Nogueira**
Universidade Federal de Pelotas. E-mails: *yurziyun@gmail.com,
**rafaelnogueira1789@gmail.com

Palavras-chave: Fetichismo; Alienação; Coisificação; Pelotas; Arqueologia.

1. INTRODUÇÃO E METODOLOGIA

Este trabalho insere-se dentro de um contexto de estudos em conjunto da obra de Karl Marx (1985), *O Capital*, onde procuramos entender como as categorias desenvolvidas por Marx podem contribuir com as pesquisas históricas e arqueológicas que utilizem como fonte a materialidade de sociedades com o modo de produção capitalista ou, de modo geral, inseridas dentro desta formação social. Nesse sentido, concluimos que três categorias aparecem com maior frequência e intensidade a partir do surgimento capitalista, especialmente o capitalismo industrial do século XIX em diante, sendo elas identificadas por Marx (idem) como: alienação, fetiche e coisificação (ou reificação).

A alienação está presente nas relações de produção dentro deste sistema, onde através do trabalho assalariado da classe proletária, a burguesia obtém o acúmulo de excedente produzido através do trabalho não pago (ibidem). Esta situação conduziria a outros desdobramentos gerados pela alienação, como o já mencionado “fetiche”, onde as mercadorias apareceriam para a sociedade como seres autônomos e determinantes das relações sociais, invertendo as relações entre humanos e coisas (ibid.). O fetiche entronizado conduz à uma sociedade onde as coisas dominam as relações sociais, coisificando as relações humanas e transformando as pessoas, de forma análoga, em mercadorias, máquinas e coisas (NETTO, 2015). Desta forma, algumas coisas apareceriam na sociedade como fetichizadas, possuindo valores para além do uso e, por outro lado, seres humanos se venderiam em sociedade de mercado como se fossem coisas.

Enquanto Marx descrevia esta situação tendo como foco o centro de um capitalismo industrial, localizado na Europa e Estados Unidos, outros países espalhados pelo mundo estavam em modos e relações de produção que divergiam do padrão capitalista industrial, onde, por exemplo, não existia ainda uma classe de indivíduos assalariados como principal força produtiva. É o caso do Brasil até o ano de 1888, onde a principal força produtiva era a mão de obra escravizada, no que foi chamado de “Escravidão Colonial” (MOURA, 2014). O Escravidão Colonial, no entanto, que surge a partir de um capitalismo mercantilista entre metrópole e colônia, inseria-se no século XIX dentro de uma formação social maior, onde o centro político-econômico era o capitalismo industrial nascente (idem).

Desta forma, e considerando a divisão internacional do trabalho e a influência da hegemonia cultural (GRAMSCI, 1999), acreditamos que os Estados periféricos deste sistema se articulavam dentro de uma sociedade que reproduzia, seja por imitação ou por desdobramentos internos, as condições capitalistas de alienação, fetiche e coisificação. Tendo isto em consideração, procuramos investigar a história e a materialidade do século XIX que poderiam revelar indícios destes fenômenos apontados por Marx (1985), utilizando como sítio para investigação a própria cidade de Pelotas, através de suas construções e a bibliografia histórica sobre este período. Por fim, este trabalho demonstra a sua importância, dialogando com o tema deste encontro, ao buscar entender como as relações capitalistas atuam na invisibilização de grupos sociais explorados e a visibilização de exploradores através da criação da assim chamada “sociedade do espetáculo”, como foi definida por Guy

Debord (2003).

Para demonstrar as transformações ocorridas escolhemos investigar espaços ligados à reprodução social, sendo estes os meios de produção, as moradias e os locais de sociabilidade. Insere-se, portanto, esta pesquisa dentro do que tem sido chamado de arqueologia da arquitetura, uma vez que buscamos compreender como funcionavam edifícios e construções arquitetônicas dentro da sociedade estudada, entendendo estas construções como cultura material. Esta investigação, por sua vez, é feita levando em consideração estilos arquitetônicos, materiais de construção, espaço construído e localização com relação ao meio urbano.

2. RESULTADOS, DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como resultado prévio, percebemos que a presença dos fenômenos identificados por Marx (1985), chamados fetiche, alienação e coisificação, estão presentes em Pelotas do século XIX, diretamente relacionados com a invisibilização de grupos sociais explorados. Por outro lado, toda a invisibilização pressupõe a existência de uma super visibilização em outro lugar, como em um palco de luzes apagadas onde a luz se concentra em um único ponto, enquanto os/as bastidores são escondidos por detrás da cortina. Se a sociedade capitalista se assemelha ao teatro, o espetáculo na cultura material são os casarões e construções monumentais, localizadas principalmente nos centros das grandes cidades, em ruas largas e bem iluminadas, onde estilos e materiais fetichizados são exibidos (DEBORD, 2003), o que seguramente ocorreu em Pelotas (PEIXOTO, CERQUEIRA, 2006). Neste espetáculo da sociedade capitalista podemos dizer que os bastidores são aqueles que sustentam e mantém esta tragédia, sem saber ou sem querer, através da força do seu trabalho. Em Pelotas estes bastidores eram aqueles que trabalhavam incessantemente em charqueadas, olarias, fábricas e mercados, onde a divisão do trabalho, o controle do tempo e da vida gira em torno da produção da riqueza (ARRIADA, 1994; GUTIERREZ, 2001) e esta, sendo alienada pelos senhores, era exibida no palco do centro elitista. A cortina, o elemento que separa os bastidores, pode ser vista de várias formas na sociedade. Pode ser a separação entre os espaços da elite e as vilas e bairros de negros e operários, as senzalas, os cortiços e casas afastadas do centro, mas também, a própria divisão produtiva, onde uns trabalham e outros alienam (ENGELS, 1887; GILL, 2006; MACIEL, 2014).

Por fim, o último elemento da sociedade do espetáculo são os espectadores. Quem seriam os espectadores de uma sociedade que utiliza e conforma todos em torno de uma produção social alienante, obrigando até os mais distantes e afastados elementos da sociedade para que de alguma forma atuem dentro de um mesmo palco? No presente de cada atuação não há espaço para os espectadores, exceto se considerarmos que os próprios atores também assistem à peça encenada. No entanto, em um sentido mais preciso, é no futuro que os espectadores se encontram. Cada geração seguinte assiste de forma passiva o espetáculo anterior, demonstrado através da história dos grandes atores, naturalizando a sociedade do espetáculo para que cada um, ao retornar ao seu papel na sociedade presente, no espetáculo atual, aceite como natural a trama que tem sido escrita, supostamente, desde sempre.

Se o presente é espectador do passado, nisto reside o potencial da arqueologia de encontrar os bastidores invisíveis. Sendo uma disciplina que se guia mais pelo tato do que pela visão, ela pode ir além da ilusão do espetáculo e encontrar os vestígios materiais desta sociedade alienada e esquecida, que não deixou de existir, mas cujas raízes históricas deveriam ser descobertas, rasgando o pano que separa o palco, revelando aos espectadores a realidade construída pelos bastidores, através da alienação, do fetiche e da coisificação na sociedade capitalista.

REFERÊNCIAS

- ARRIADA, Eduardo. **Pelotas - Gênese e Desenvolvimento Urbano (1780- 1835)**. Armazém Literário, 1994.
- DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Projeto Periferia, 2003.
- ENGELS, Friedrich. **Para a Questão da Habitação**, Janeiro de 1873. Fonte: Obras Escolhidas em três tomos, Editorial "Avante!". Texto da edição de 1887.
- GILL, Lorena Almeida. Labirintos ao redor da cidade: as vilas operárias em Pelotas (RS) 1890-1930. In: **História Unisinos**. Vol. 10 Nº 1, 2006.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere, volume 1**; edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho — Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- GUTIERREZ, Ester J. B. **Negros, Charqueadas e Olarias**: um estudo sobre o espaço pelotense. 2ª ed. — Pelotas: Ed. Universitária/UFPEL, 2001.
- MACIEL, Letícia Nörnberg. **Uma abordagem arqueológica sobre os cortiços pelotenses entre os séculos XIX e XX**. 2014. 43 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Antropologia) — UFPEL, Pelotas, 2014.
- MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da economia política. Volume I. Apresentação Jacob Gorender. — 2ª ed. — São Paulo: Nova Cultura, 1985.
- MOURA, Clóvis. **Dialética Radical do Brasil Negro**. / Clóvis Moura. — 2.ed. — São Paulo: Fundação Maurício Grabois, co-edição com Anita Garibaldi, 2014.
- NETTO, José Paulo. **Capitalismo e Reificação**. 2ª edição. São Paulo: ICP, 2015.
- PEIXOTO, Luciana da Silva; CERQUEIRA, Fábio Vergara. Salvamento Arqueológico do Centro Histórico de Pelotas RS/BRASIL. In: **Anais do V encontro do Núcleo Regional Sul da Sociedade de Arqueologia Brasileira** — SAB/Sul. Rio Grande, RS, 2006.

APOIO



GPCIE – Grupo de Pesquisa
Cultura, Imaginário e Educação

